HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ

BIBLIOTECA MILITAR

Séde

Edifício do Ministério da Guerra
3.º pavimento

PRAÇA DA REPÚBLICA
RIO DE JANEIRO

BIBLIOTECA MILITAR

VOLUME LXV

HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ

LUIZ LOBO

Coronel de Artilharia do Exército Nacional (reformado); engenheiro-geógrafo militar. Do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (Rio de Janeiro).

1943

BEDESCHI

RIO

ÍNDICE

PARECERES SOBRE A "HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ"

(Memória apresentada pelo Tenente Coronel Luiz Lobo ao Instituto Histórico e Geográfico)

CÓPIA — Estado Maior do Exército. 1.ª Sub-Secção. S/N. Objeto: Remessa de parecer. Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 1922. Ao Sr. General Chefe da 5.ª Secção, o Major Chefe da 1.ª Sub-Secção. Sr. General Chefe: — O Sr. Major Luiz Lobo, em comissão no Comando Geral da Força Policial do Pará ofereceu ao Estado Maior do Exército um exemplar datilografado da memória que apresentou para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Centenário da Independência do Brasil, sob o título "HISTÓRIA MILITAR DO PARÁ".

Distribuida, pela natureza do assunto à 5.ª Secção, foi catalogada entre os trabalhos históricos da Biblioteca. Mais tarde, em telegrama ao Sr. General Celestino Alves Bastos, então Chefe desta Repartição, pediu o julgamento do seu trabalho, por parte do Estado Maior. A 1.ª Sub-Secção vem agora desobrigar-se da tarefa que lhe fôra cometida. Tratando dos acontecimentos ocorridos no Pará, com repercussão de real importância nos fatos de sua vida política e militar, desde os primórdios da posse territorial até a proclamação da República, o nosso camarada realizou, sem dúvida, obra meritória. Pena é que dados deficientes e premência irredutivel de tempo não lhe permitissem talhar, em linhas mais amplas, a missão que o Instituto Histórico do Pará lhe confiara, bem a feição de sua cultura e aptidão profissional.

O assunto, entretanto, não está sacrificado. Foram bem fixados os pontos determinantes da vida agitada do grande Estado. Aí estão descritos, em síntese bem apanhada, as cenas da ocupação do território, as lutas desdobradas contra os Índios e Estrangeiros, firmando a posse das primeiras conquistas e transpondo para bem longe as novas fronteiras do Brasil. E' justo o seu entusiasmo pela figura altamente simpática de Pedro Teixeira, o heroi máximo dessas campanhas sumamente memoráveis e sempre capaz de todas as

empresas. Surgem, depois de relativa preocupação de economia interna, as questões de limites, seguidas de medidas de defesa, com levantamentos de portos aquí e alí, consoante naturais previsões de segurança. Uma boa visinhança não exclue a necessária preparação militar. E, nesses recuados tempos, à força competia, sem dúvida, firmar o que ela própria conquistara.

Culmina, então, com D. Marcos de Noronha, um belo período de eficiente instrução e adextramento profissional, como secundando os meios da defesa preparados pela obra material antes realizada. Precauções especiais, mais tarde, condizendo com os receios da metrópole por parte dos franceses trazem medidas mais apuradas de ordem militar, chegando mesmo, como represália, até a ocupação de Caiena pelas tropas de Manoel Marques d'Elvas Portugal.

Depois destes acontecimentos e após a execução do tratado de entrega de Caiena, foram tomadas providências de carater militar no Pará, perturbadas, dentro em breve, pela repercussão dos sucessos de 1820, em Portugal. A sua vida transmuda-se por completo. Entra francamente num período de lutas intestinas, de desordem geral, envolvendo, por vezes, movimentos puramente militares, através dos pródromos da Independência até a fase sombria da "Cabanagem. Não fôra suficiente, para dominá-la, a força moral do Marechal Manoel Jorge Rodrigues. Falho o seu aparelhamento militar, falha seria nesse meio tenebroso de lutas fratricidas, a sua própria ação, muito embora o largo prestígio de reconhecida bravura. Faltaram então ao velho soldado os indispensáveis recursos de pessoal e material para a luta terrivel que enfrentara.

Soares de Andréa, com muitos vastos meios de ação, pode, finalmente jugulá-la com pulso firme. A sua previdente e enérgica administração permitiu o surto de medidas de organização militar, que se refletiram no domínio absoluto da anarquia que tudo antes avassalara. Com mais algumas páginas, referentes ao sucesso sobrevindo do advento do 2.° reinado até à proclamação da República, termina a bela monografia que acabamos de estudar com a mais sincera preocupação de bem interpretá-la. Acha-se, nesse trabalho, uma fonte subsidiária de incontestavel merecimento para o futuro coordenador das Histórias Militares do Brasil. D seu autor merece, por isso, de nossa parte, as mais francas felicitações. Que o seu exemplo frutifique, despertando outras aptidões no mesmo rumo, dentro de nossa classe. (Assinado) TITO REGIS DE ALENCASTRO, Major Chefe da 1.ª Sub-Secção.

JUIZO DO HISTORIADOR RODOLFO GARCIA

O Brasil não conta ainda, em sua bibliografia, uma história militar, que se deva considerar independente das outras histórias. A de D. José de Mirales, assim intitulada, não passa de arcabouço e não vai além de meados do século XVIII; vale pela documentação e pela cronologia, que são fidedignas e de primeira mão; mas faltam-lhe outros requisitos essenciais para que se lhe possa dar o nome de história. O Barão do Rio Branco projetava escrever essa história militar, e tê-lo-ia feito maravilhosamente, se trabalhos mais relevantes e mais uteis à nação lhe não tivessem absorvido a existência gloriosa. Madrugara nessa faina: é de seus tempos de estudante da Faculdade de Direito de São Paulo o seu *Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão de Serro-Largo,* que é um capítulo primoroso das guerras do Sul, de 1811 a 1827. Depois teve a seu cargo as anotações e comentários a *História da Guerra do Paraguai,* de Schneider, do que se desempenhou com reconhecido brilho; e começou a trabalhar em sua história, que não poude concluir, mas da qual aproveitou grandes trechos na *Esquisse de l'Histoire du Brésil,* no *Don Pedro II, Empereur du Brésil,* de B. Mossé, e nas *Ephemerides Brasileiras,* de publicação póstuma.

Bem ponderado, no que diz respeito a documentos impressos e as monografias especiais, a missão do historiador militar já não encontra tantos tropeços, como se lhe depărariam em épocas mais afastadas. Os trabalhos dos Institutos Históricos e das repartições culturais constituem hoje repertórios documentais dos mais eficientes; as monografias sobre sucessos bélicos avultam consideravelmente na produção literária brasileira atual. Está no número dessas monografias especiais a *História Militar do Pará,* que escreveu o ilustrado Coronel Luiz Lobo, e que, graças a uma velha camaradagem, permitiu ao abaixo assinado uma demorada leitura.

Os fastos militares do Pará, ao tempo da conquista e da ocupação, naquele meio bárbaro, participam por vezes da epopéia.

Aqueles primeiros capitães são homens extraordinários, que batalham contra a indiada infinita e contra numerosos corsários estrangeiros, e saem sempre vitoriosos; chamam-se Francisco Caldeira de Castelo Branco, Pedro Teixeira, Gaspar de Freitas, Francisco de Medina, Bento Maciel Parente, Manuel de Sousa Deça, Custódio Valente, Pedro da Costa Favela, e tantos outros, que lutaram, dominaram e conservaram para a corôa portuguesa aquelas terras veementemente cobiçadas pelas mais fortes potências da Europa na ocasião. O Coronel Luiz Lobo, acercando-se das melhores fontes, expõe magistralmente os acontecimentos, com a medida necessária, e sem os excessos dos Berredos e Baenas; seu método é seguro, seu raciocínio claro. Com essas qualidades imprescindíveis ao historiador, leva ele sua exposição do assentamento ao primeiro reduto contra os índios,, na segunda década do século XVII, à proclamação da república, na última do século XIX.

São assim três séculos de história, marcados por lutas políticas das mais agitadas, como repercussão do que se passava nas metrópoles distantes, ou como resultado de conflitos locais, de que serve de exemplo a revolução dos Cabanos, com seus atos de banditismo, de assassinatos e pilhagem.

Compendiados todos esses fatos sobre o plano histórico, verifica-se que o técnico militar se prevalece dos ensinamentos dos estados-maiores para estudar aqueles episódios com precisão e rigor, traçando um quadro perfeito das campanhas guerreiras que se travaram no extremo norte do Brasil.

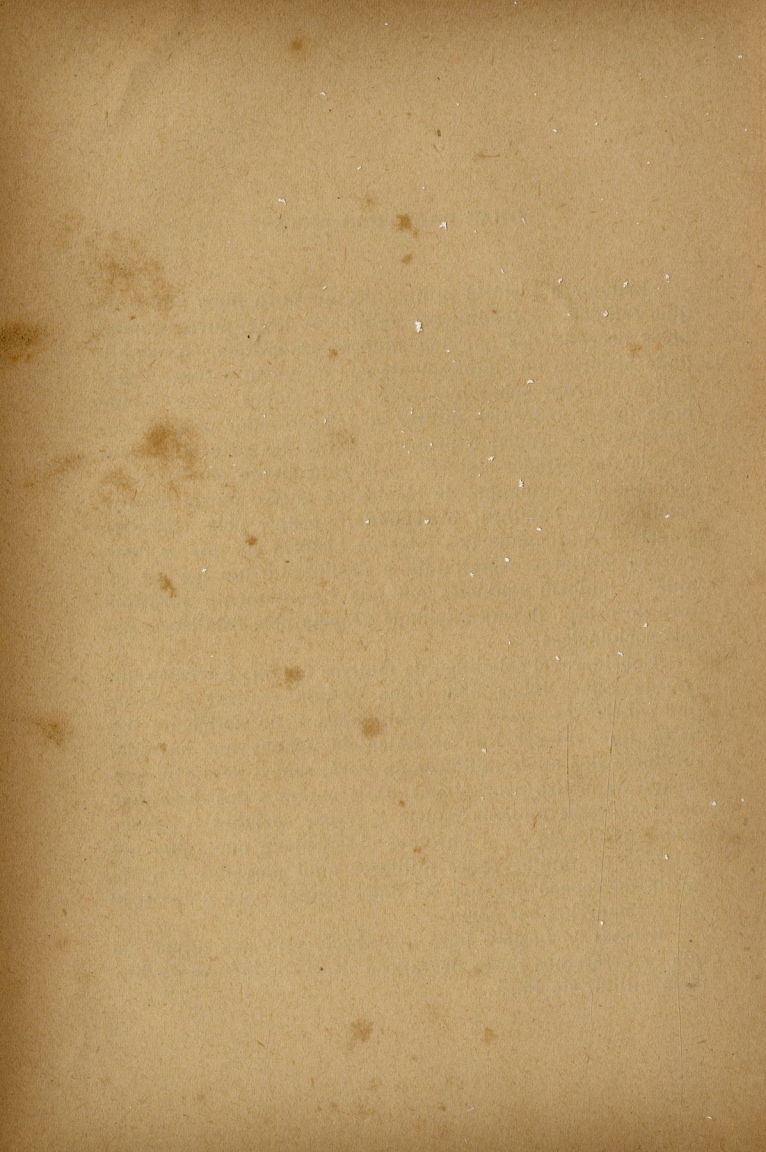
A História Militar do Pará, pelo Coronel Luiz Lobo, será dos melhores capítulos da grande história em elaboração, com a qual, mais cedo ou mais tarde, o Brasil honrará a memória dos seus fundadores, dos seus defensores e dos seus heróis.

(a) RODOLFO GARCIA.

DUAS PALAVRAS ANTES

Estudar a história militar de um povo mais não é do que estudar as instituições militares desse povo, criadas pelas necessidades que sua situação geográfica, sua finalidade histórica ou simplesmente sua evolução natural e gradativa fizeram sobrevir através dos tempos. Esse estudo pode fazê-lo o técnico militar ou o historiador profano aos misteres das armas; o primeiro, à luz dos princípios doutrinais dos estados-maiores, pelo julgamento sintético dos sistemas de campanha, da técnica da guerra ou da própria estética das batalhas; o segundo, apenas, pela narrativa singela e coordenada dos fatos da história em que as instituições militares exercitaram a destinação que lhe foi cabida e tambem daqueles em que insolitamente surdiram fora do campo de sua atividade própria pela fatalidade das leis sociológicas.

Consideravel sobejidão de motivos faz que o técnico que traceja estas linhas não tenha podido realizar a tarefa que caberia às suas responsabilidades, e no deficiente trabalho que vai ser lido se patenteie apenas um narrador medíocre dos anais militares do Pará, sem o desejavel predicado de crítico profissional. Dois porém e dos mais ponderosos desses motivos podem carregar sozinhos o pecado desta deficiência — a absoluta obscuridade que reina nos detalhes de muitas ações militares aquí passadas e a angústia de espaço que nos foi dado ocupar para a inserção desta esmarrida memória.

E esses só bastam para nos absolverem das culpas em que incorreremos neste desvalioso desenvolvimento da história militar do Pará.

CAPÍTULO I

A conquista e a ocupação do Pará até a terminação do domínio espanhol

Bem mais se apropositariam ao Pará e às regiões circundantes da Amazônia ubérrima, aquelas palavras com que Frei Vicente de Salvador, espantado do descaso da Metrópole pelo Rio de Janeiro, estranhava que tal terra "por não sei que descuido estivesse por povoar". Tateante e sem orientação prefixada, porque se iniciando por um arremedo do regime feudal serôdio e obsoleto, decaiu rápida num electismo dissolvente, a colonisação portuguesa só infletiu para o norte da terra descoberta, quando sob o domínio da Espanha, holandeses, franceses e ingleses num protesto efetivo pela doutrina do *mare liberum* e invejosos do brilhante poderio ibérico, intensificaram sobre ela sua ação conquistadora e comercial, e mais comercial que conquistadora. Razão foi esta porque ao atingirem o Pará ao começo do século XVII, obedecendo aos conselhos de Pedro Botelho e Diogo de Menezes e sob a impulsão de Gaspar de Souza, os portugueses ao envés de virem encontrar sob o meridiano limite de sua possessão apenas a natural resistência de seus autochtones, sentiram duramente que a esta se somava como valores de alta relevância, a reação dos ocupadores e traficantes estrangeiros.

A história militar do Pará começa pois com o primeiro passo para sua ocupação. Sob o comando do Capitão-mór Francisco Caldeira Castelo Branco organiza-se no Maranhão a expedição mixta (de soldados de mar e terra) que dalí parte em 25 de Dezembro de 1615 em um caravelão, um patacho e um lanchão, com dez peças de artilharia, oito quintais de pólvora, munições e mantimentos bastantes. Como força de desembarque dispõem de três companhias de infantaria de cincoenta soldados escolhidos e bem equi-

pados sob o comando dos Capitães Álvaro Neto, Pedro de Freitas e Antônio da Fonseca, tendo por subalternos os Alferes Gaspar de Macedo, Pedro Teixeira e Pedro Favela. Ao pôr o pé em terra a 12 de Janeiro de 1616, Caldeira Castelo Branco busca na baía do *Saparará* (1), sítio propício ao aquartelamento de sua força. Vai encontrá-lo com raro tato profissional da ponta saliente de terra firme que mais avançava nas águas da baía, de maior altitude e de íngreme subida, flanqueada por um igarapé que o defendia das investidas dos índios em dois terços talvez de sua frente terrestre, e que por isso deixava apenas uma pequena porção dessa frente a fortificar por curta trincheira de facil construção.

Assentou aí o Capitão-mór seu primeiro reduto contra os índios, erigindo o forte denominado de *Santo Cristo* consoante uns, *Presepe* conforme outros historiadores e que veio mais tarde a se chamar do *Castelo* (2) por certo como homenagem a seu fundador, da mesma sorte porque se batisara antes de *Presepe* para memorar o dia de natal em que partira do Maranhão a feliz expedição. Assentada a obra de defesa que "o sustivesse dentro daquela vastíssima espessura habitada de imensas variedades de homens bravios" apressou-se Caldeira Castelo Branco em mandar pelo Alferes Pedro Teixeira comunicar ao conquistador do Maranhão o resultado de sua missão. Esse oficial com um pequeno troço de soldados e alguns índios de confiança, pôs-se por terra a caminho da velha séde da capitania, em 7 de Março de 1616, abrindo assim desde logo para os soldados lusos uma linha de comunicação fora das vistas dos corsários. Batendo os índios tupinambás que lhe quizeram estorvar a jornada quando esta já ia pelas terras do Caeté por eles habitada, Pedro Teixeira chega ao Maranhão após dois meses de viagem, causando este tão brilhante êxito indescritivel satisfação. Com as notícias de ocupação, Caldeira pedia novos recursos materiais para assegurá-la. Aprestados estes, regressa o Alferes Pedro Teixeira com os seus, desta vez por mar, trazendo no lanchão que os con-

---

(1) Guajará de hoje.

(2) Hoje desarmado e entregue ao comando da 8.ª Região, após ter ficado a cargo das Obras do Porto.

duzia sob o comando de Salvador de Melo 30 soldados arcabuzeiros e dois mil cruzados de fazenda, petrechos bélicos e fardamento, acrescentados ainda de presentes para atrair os selvagens. Bem andara Caldeira em aumentar seus fatores de defesa; mais do que a dos índios, a resistência dos europeus que haviam invadido as margens do Amazonas para o tráfico dos produtos da colônia, e entre eles notadamente os holandeses, estava a exigir uma ação decisiva dos ocupadores lusitanos. Sabendo-os localisados em pequenos núcleos de exploração, começou o Capitão-mór por bater aqueles de que tinha mais precisas notícias. Para isto em 7 de Agosto de 1616 ordenou aos Alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas que com duas canoas armadas em guerra e guarnecidas de soldados e de índios fossem bater uma nau holandesa que bordejava nas visinhanças da foz do Xingú, à espera de uma grande armada patrícia com cujos elementos alí se estabeleceria. Pela noite de 9, e a três dias de Belém, pois, as pequenas embarcações enfrentam o inimigo a cujo fogo cerrado de artilharia não poderiam jamais contrapor o seu. Travara-se, pois, um combate naval interessante pela desigualdade das unidades bélicas em presença. Sentindo que senão perdida, pelo menos indecisa ficaria a ação, Pedro Teixeira, valendo-se do pequeno porte de suas embarcações, mete-as dentro do ângulo morto das peças holandesas e assalta a nau inimiga por abordagem, lutando corpo a corpo com a guarnição, lançando-lhe fogo e só a abandonando quando o incêndio não poderia ser mais dominado. Ferido na ação, Pedro Teixeira não conseguiu fixar o local das feitorias estrangeiras nem tão pouco apossar-se de sua presa de guerra antes que ela imergisse; assinalou, porém, o local em que afundara a nau holandesa e dela retirou mais tarde peças de artilharia que vieram armar o forte do Presepe.

Batidos os estrangeiros, levantaram-se os tupinambás levados pela felonia do índio Amaro, tido como amigo dos franceses. Primeiramente em Cajú, sua principal aldeia, desbarata-os o Sargento-mór Diogo Botelho ajudado pelo Alferes Gaspar de Freitas, e convencido de que não volverão à luta, destaca este último para observá-los em Iguapé. Gaspar de Freitas verifica as disposições hostis do inimigo,

sente-se imediatamente cercado de milhares de selvagens e na impossibilidade de enfrentá-los, rompe o sítio guiado por um índio amigo, através da floresta, alcançando o rio e por este descendo no lanchão que servira de transporte aos soldados mortos pelos tupinambás quando adquiriam víveres para a guarnição. A fuga de Gaspar de Freitas exalta o ânimo dos índios; estes volvem a atacar de novo, porém, não o fazem mais nas próprias aldeias, audazmente descem o rio em canoas pejadas dos seus, sendo esperados por sucessivas descargas de fuzilaria dos portugueses comandados pelo Alferes Francisco de Medina, descargas que dizimam quasi por inteiro seus efetivos.

Ao longo das cabildas do Guamá os tupinambás agitam-se ainda para recomeçar os ataques; Pedro Teixeira, a mando de Caldeira, derrota-os na baía das Bocas (Carabobocas), estabelece entendimentos de paz com outros selvagens, e recalca o remanescente das tribus batidas para o recesso das florestas.

As lutas fratricidas que aos fins de 1618 deram lugar ao assassínio do valoroso Capitão Álvaro Neto, a impunição do autor do crime pela parcialidade criminosa de seu tio o Capitão-mór Caldeira, e a consequente deposição deste, reacendem nos tupinambás o desejo de lutar contra os ocupadores. Organisaram inopinadamente a 7 de Janeiro de 1619 um ataque geral à cidade, e pelejando desesperadamente contra o forte do Presepe, só são de todo rechassados, quando ferido por uma flecha, Gaspar Cardoso prostra-lhes morto com um tiro certeiro o temivel chefe Guamiaba (*Cabelo de Velha*) que os comandava. Mal chegando, porém, a Belém, o Capitão-mór Jerônimo Fragoso de Albuquerque, após remeter presos para Lisboa Francisco Caldeira e os outros da conspiração que o depôs do governo, organiza cuidadosamente uma expedição para bater de vez os tupinambás. Comanda-a em chefe; faz seu Almirante a Pedro Teixeira, já então promovido a Capitão, a seu sobrinho Jerônimo de Albuquerque Capitão-mór da frota de embarcações. Deixa Belém a 7 de Julho do mesmo ano de 1619 e com 4 barcos e alguns pequenos canhões, tripulados por soldados e numerosos índios ataca Iguapé, cujas

trincheiras de troncos d'árvores (1) reduz a cinzas, Anapú, Caripy e pontos outros onde os índios se haviam fortificado. Não logrou tréguas essa campanha contra os índios; à volta de Jerônimo Fragoso a Belém, chega tambem a essa cidade o Capitão Bento Maciel Parente vindo de Pernambuco com uma expedição de oitenta infantes e quatrocentos índios, habilitados no manejo do arco, especialmente destinada a bater os tupinambás. A contragosto de Jerônimo Fragoso continua a luta sistematisada desta vez com cruel encarniçamento. Morto o Capitão-mór, uma rivalidade se acende entre os seus lugares-tenentes ambiciosos para a sua substituição; nelas entrando e chegando a acupar o cargo os Capitães de infantaria Custódio Valente e Pedro Teixeira. Igual fortuna não a gozou Bento Maciel que pela desenfreada guerra aos selvagens entendera conquistar direitos maiores, mas que ante a energia do denodado Pedro Teixeira se vê obrigado a regressar ao Maranhão na segunda metade de 1620. Conseguindo nomeação legal de Capitão-mór em 18 de Julho de 1621, Bento Maciel fez nova investida aos índios levantados, e manda-os submeter por Pedro Teixeira. Essa reação aos selvagens fez que a paz se delongasse até Maio de 1623. Em 20 deste mês e ano aporta a Belém um caravelão vindo de Lisboa com escala por Pernambuco a cujo bordo viajava Luiz Aranha de Vasconcelos nomeado especialmente pelo governo espanhol para expelir os estrangeiros das margens do rio Amazonas. Gurupá era o sítio em que maior número deles assentara suas feitorias e por isto para alí primeiro norteou Aranha sua ação. Aparecendo, porém, a notícia de que fôra infeliz a expedição e que estava cercada, Bento Maciel organizou uma flotilha de um caravelão, vinte e duas canoas com setenta soldados e mil índios, assumindo-lhe o comando, entregando as unidades à direção dos Capitães Pedro Teixeira, Salvador Melo e Aires Chichorro e parte em direção de Gurupá. Em meio caminho encontra Luiz Aranha que pela inferioridade numérica de suas forças não pudera atacar o inimigo. Assume, então, o comando geral da tropa; estabelece seu plano de combate, mandando que Luiz Aranha e Pedro

(1) Abatizes.

Teixeira sigam pela margem boreal do Amazonas e ele Capitão-mór caminhando pela margem meridional, observando os rios, vão fazer junção em Gurupá.

Ao passo que se realiza essa feliz distribuição de esforços chega ao local o Alferes Amorim, que antes de Bento Maciel viera em socorro de Aranha, e reunidas todas as forças dão desembarque em Gurupá, batendo os pontos de ocupação, a começar do mais importante que era um espaldão erguido à margem do rio e defendido fortemente por uma guarnição de holandeses, franceses e ingleses e muitos índios. Tomadas as pequenas fortificações de cujos nomes a história regista apenas o de *Mariocay* que o fogo reduz a cinzas, os portugueses transportaram-se a ilha dos Tucujús onde supõem haver fugitivos, e encontrando despovoadas feitorias cercadas de muros, nelas fazem descançar suas tropas, sem esquecer de dar-lhe disposições contra possiveis inimigos que existam nas matas visinhas. Entrementes chegaram novas de que uma nau holandesa navega nas proximidades, trazendo socorros aos vencidos. Reconhece Medina a exatidão da notícia; não trepida de enfrentar o maior poder bélico do inimigo e com as cinco canoas que comanda perlonga-se pela popa para inutilizar-lhe o leme. Batido pela artilharia do navio, Medina retira-se para reparar as avarias e, enquanto o faz, Maciel Parente, que tudo observara, deixa a caravela, que por falta de vento não lhe é prestadia, e ataca o inimigo em canoas. Volve Medina a ação e de par com Pedro da Costa Favela, oficial que nesta luta audaciosa se revelou simplesmente intrépido, sustenta nutrido fogo durante duas horas. Dizimados os holandeses, os últimos sobreviventes lançam fogo ao navio, selando com esta derrota a dominação portuguesa naquelas águas do Amazonas. Regressa Maciel Parente a Tucujús; pouco demorou, porém, e, transportando-se a Gurupá no próprio sítio onde existia o forte de Mariocay, eleva outra fortificação sob a invocação de Santo Antônio de Gurupá; guarnece-o com cincoenta soldados e os põe sob o comando do Capitão Jerônimo de Albuquerque. Pensando que seria este o único caminho dos invasores da Amazônia, Maciel Parente, fundando Santo Antônio de Gurupá, ficou na convicção que bastaria esse forte para barrar-lhes a passagem.

Não se conformaram os holandeses com as derrotas sofridas, e os seus Capitães Nicoláu Hosdan e Felipe Porcel, este irlandês, ajuntando cerca de duzentos homens e os restos de ingleses e irlandeses dispertos em Tucujús, voltam a tentar a ocupação das ilhas da foz do Amazonas. Não lhes permite ainda esta tentativa o prevenido ânimo de Bento Maciel; comete a Pedro Teixeira a tarefa de impedir-lhes o êxito. Este Capitão deixa Belém em 2 de Maio de 1625 comandando uma expedição de cincoenta soldados e setecentos índios, que Frei Antônio de Marciana acoroçou a baterem-se pelos lusitanos, tendo por auxiliares os Capitães Jerônimo de Albuquerque e Pedro da Costa Favela. Chegando a 22 a Gurupá, divide sua gente em duas colunas, atacando-os pela madrugada, simultaneamente, por mar e por terra no seu forte de Mandiutuba (1); após mais de doze horas de combate, o inimigo abandonou o campo, deixando quarenta mortos e inúmeros feridos e fugindo em um lanchão sob a escuridão da noite. Favela faz-lhe a perseguição, infelizmente, ineficaz pela espécie de embarcação que comandava. Ao amanhecer, porém, Pedro Teixeira soube que os inimigos se haviam ajuntado aos que ainda restavam em Tucujús e todos reunidos e embarcados numa caravela haviam entrado no rio Felipe. Seguindo imediatamente para alí, encontrou-os organizados em dois fortins e investindo contra ambos, por um ataque combinado e eficiente, destroçou-os com inexcedivel bravura. Mais uma vez Favela é encarregado da perseguição, leva-a, porém, além do que devia e se viu cercado de uma centena quasi de inimigos que o dominariam, se não lhe acudisse Pedro Teixeira, que após algumas horas de luta levou-os de vencida. Ficaram no campo mortos os comandantes holandeses Hosdam e irlandês Porcel e dos prisioneiros um revelou que quinze léguas adiante existia uma fortificação guarnecida por cerca de vinte soldados. Meteu de proa para lá Pedro Teixeira e intimando a guarnição, rendeu-se esta sem travar luta sob garantia única de vida aos vencidos, sendo pelo vencedor arrasadas as fortificações.

---

(1) Sou inclinado a crer, aliás de acordo com o Barão do Rio-Branco, que esse forte ficava numa das margens do Amazonas e não do Xingú, como diz Baena.

Não tinham os colonisadores o direito de assocegarem por muito tempo, ocupados sempre no duplo e constante mistér de baterem os estrangeiros e conterem os selvícolas. O alvará sobre o resgate destes acende desordens intestinas que só vêm cessar em 1629. Em Junho são aqueles que de novo surgem em Tucujús, sendo pelo governador Souza d'Eça mandado o Capitão Favela para batê-los. Esse valente oficial acerca-se à viva força do forte de Torrego (aportuguesação da palavra Taurege) na confluência do Maracapucú, abre trincheiras para assediá-lo e impedir a entrada dos comboios esperados. Como lhe escasseassem as munições, retira-se para Gurupá a esperar socorros. Estes lhe vem por via do incançavel Pedro Teixeira que, partindo de Belém a 1 de Setembro, desembarca sob nutrido fogo inimigo ao pé do forte. Entrincheira-se na visinhança de suas muralhas, realiza assaltos que fatigam os defensores da posição, corta as comunicações com o exterior, vigila e bate as sortidas dos sitiados, concede armistício para parlamentar; recusa, quando solicitado, prorrogá-lo por mór prazo, destroça fora os socorros remetidos aos bloqueados, até que esses, forçados pelas circunstâncias rendem-se sob a garantia apenas de suas vidas e passagem franca para Lisboa, com seus haveres. Em 24 de Outubro Pedro Teixeira era senhor do forte do Torrego e depois de despojá-lo da artilharia e das munições entregues ao Capitão Aires de Chichorro arrasa-o até aos cimentos. Não se contivera a fúria dos invasores estrangeiros com a perda do Torrego; recolhendo-se Pedro Teixeira a Gurupá para restaurar fisicamente as forças de seus batalhadores, o Capitão Roger North segue-lhe as pegadas em dois navios de grande lotação. Experimenta mesmo desembarcar, mas Pedro Teixeira bate-os de maneira tão violenta que mesmo os que escaparam de ficar mortos na praia, embarcaram-se feridos e golpeados gravemente. Pedro Teixeira regressa a Belém em Dezembro. A desmarcada ambição dos invasores não se conforma com a expulsão da terra explorada; em Maio de 1630 dão sinal de aparecimento entre os rios Matapí e Ananirapucú, desta feita associados ingleses, holandeses e selvagens sob o comando de Oudaen, ocupando novamente posições no canal ocidental da margem guianesa do Amazonas a que os por-

tugueses denominavam rio Felipe. A mandado do Governador é o próprio Capitão-mór Jácome Raimundo de Noronha quem, saindo de Belém a 28 de Janeiro de 1631, recebe o encargo de batê-los. Com sua expedição embarcada em trinta e seis canoas e onde ao lado da frecharia dos índios, se encontram fuzís e até bocas de fogo de campanha, sob o comando imediato do Sargento-mór Manoel Pires Freire (Capitão de artilharia), Jácome de Noronha consegue surpreender os invasores e cercar o forte Felipe em torno do qual se entrincheira, sem disparar um só tiro. Inicia sua ação decisiva e o 1.º de Março consegue tomá-lo inteiramente, fugindo grande parte do inimigo sob a direção do chefe Tomaz, e rendendo-se o restante sob garantia de vida. Demolido o forte até aos alicerces, encarrega-se o Capitão Aires de Chichorro da perseguição e consegue não só apanhar os fugitivos como aprisioná-los todos. Ao mesmo tempo que vitorioso dessas ações, regressa a Belém Jácome de Noronha, aporta à mesma cidade o Capitão Luiz do Rego Barros com uma companhia de infantes destinada a vigiar no cabo Norte o movimento dos estrangeiros, inquietá-los pelos flancos e pela retaguarda e impedir os tapuias de se congregarem em grande número. Chegando tambem a Belém em 1651, Feliciano Coelho, no carater de Vice-gerente do governo do Estado, ocupado por seu pai, volve suas vistas para o combate aos índios. Reforça em 1632 as forças do Capitão Favela, que se achava em Gurupá, com uma companhia comandada pelo Capitão Miguel de Siqueira e com uma força de 240 soldados e 5.000 índios embarcados todos em 127 canoas, consegue bater os nengaibas, fazendo parte deles fugir para os ingleses fortificados em uma nova posição denominada Camaú, construida proximamente a Torrego e Felipe. Os Capitães Chichorro e Pedro Baião de Abreu partem para atacar Camaú e, enquanto aquele vai dar conta a Feliciano Coelho do estado em que encontrou a fortificação, este a toma à viva força e consegue fazê-la render-se na noite de 9 de Julho. Não tendo o Capitão Rogério Fray, que o comandava, recebido os 500 homens que esperava de Londres, regressa em uma nau em que deveria guiá-los à fortificação. A 14 de Julho, porém, o Capitão Chichorro consegue abordá-la, dizima-lhe a guarnição que

morre em grande parte com seu comandante, conduzindo a nau como um dos mais ricos despojos para Belém. Os socorros que haviam faltado tão oportunamente a Rogério Fray, surgem em Janeiro de 1633; dois homens feitos prisioneiros quando punham pé em terra dão notícias que holandeses e ingleses, organizam empresas poderosas em Flexighen para a conquista do Amazonas.

Este fato fez com que Feliciano Coelho seja de novo mandado ao Pará de cujas forças é desta feita nomeado por seu pai, comandante supremo. Com o intuito de melhor garantir a integridade da capitania, não só reforça as forças de Gurupá, sob o comando do Capitão Favela, como intenta mudar a capital para sítio que não ofereça como Belém facilidades de ataque. Não realiza, porém, essa última intenção; os habitantes da capital não lhe acham razoáveis os receios e se opõem terminantemente a ela. Extintos os rumores da guerra contra os estrangeiros ou de combate aos índios levantados, surgem de novo as lutas de competições para os altos postos da capitania e o largo trato de tempo que vai de 1635 a 1637 os colonisadores o gastam em intrigas políticas, sempre odiosas e estéreis.

Em fins desse último ano, quando declinara já a tensão política que angustiara a capitania, aportam a Belém dois leigos castelhanos da ordem de S. Francisco — Frei Domingos de Brieba e Frei André de Toledo e seis soldados. Tendo saido da cidade do Quito para a província dos Encabelados como missionários, erra-se-lhes o destino pela imolação feroz que os selvagens praticaram na pessôa de seu Capitão João de Palácios. Narram no Maranhão, ao Governador Jácome de Noronha todo o itinerário desconhecido que a sorte lhes fizera percorrer e que estão dispostos a perlustrar de novamente se a tanto os ajudarem com auxílios em homens e em armas. Mal embarcam os frades para a Europa, por lhes não ter animado o Governador na prática de seus desejos, abrolha no ânimo dessa autoridade a ambição de celebrisar-se por essa expansão geográfica de que o sangue do Capitão Palácios traçara a trajetória feliz.

Manifesta essa intenção aos seus amigos, e não tarda que murmurações se levantem até aos seus ouvidos, receiosos os habitantes do Pará de que a expedição projetada

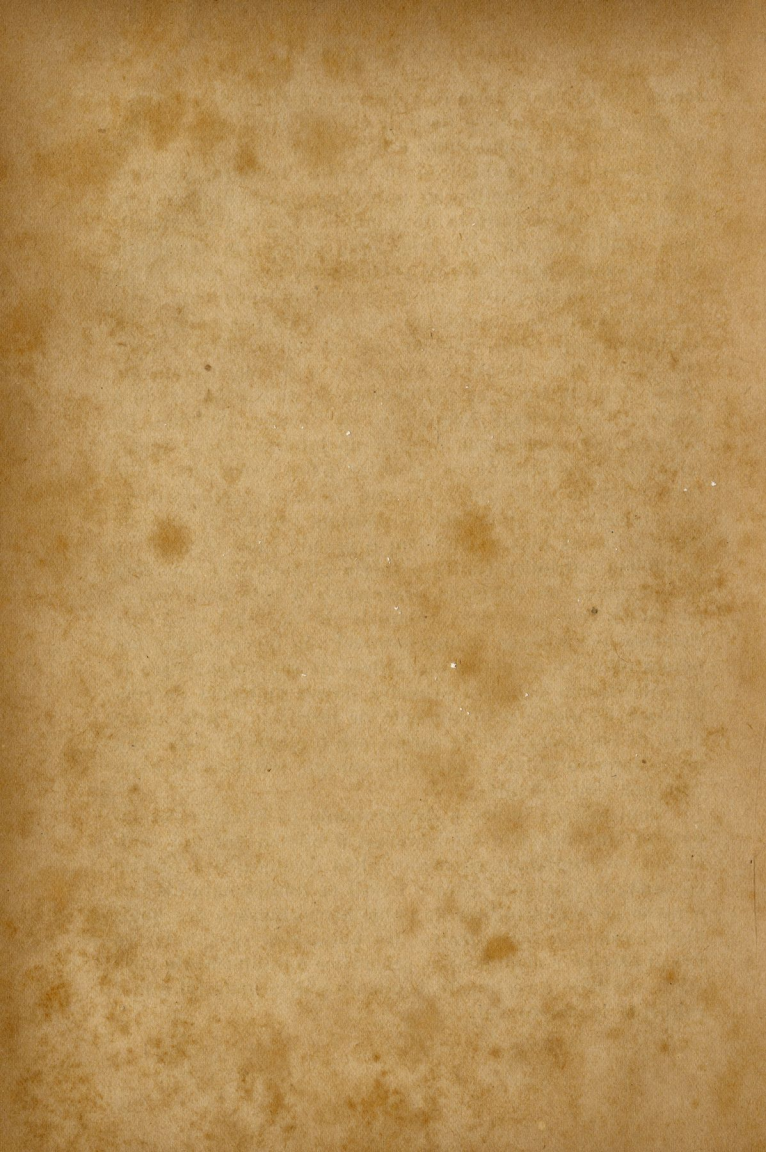
Pedro Teixeira

lhes afaste os elementos todos da defesa da terra, ficando essa entregue às invasões dos estrangeiros. O Governador, porém, contrapõe a estes receios as vantagens do conhecimento completo dos seus domínios, e as alianças possiveis com as tribus selvagens, impedindo assim pelo labirinto amazônico a navegação dos holandeses, e o seu tráfico com o Perú tido no momento como o mais rico país do mundo. Venceram estes argumentos; e é a Pedro Teixeira, o experimentado guerreiro, o mesmo denodado que foi levar por terra a Alexandre de Moura a notícia da fundação do Pará, que Jácome de Noronha comete a temerária empresa. Atribuindo-lhe a patente de Capitão-mór da força militar, com poderes de Capitão General Governador do Estado, dá-lhe como companheiro Bento Rodrigues de Oliveira que é feito Coronel, Felipe de Matos Cotrim elevado a Sargento-mór e os Capitães de infantaria Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu. Apresentando-se a 25 de Julho de 1637 em Belém, com todos os seus oficiais, inicia Pedro Teixeira seu admiravel cometimento, saindo de Cametá águas arriba do rio mar a 28 de Outubro com 45 canoas, nas quais fez embarcar 70 soldados, mil índios de flecha e remo, nove oficiais, dois sargentos, um almoxarife e um escrivão de viagem. Atingindo seu objetivo em Setembro de 1638, põe-se Pedro Teixeira a caminho de regresso em Fevereiro de 1639; toma posse a 16 de Março na barra do Aguarico para a Coroa de Portugal das terras que para o ocidente se estendiam até beira-mar, alargando assim os domínios coloniais de sua pátria.

O feito heróico do brilhante guerreiro teve dos seus concidadãos excepcionais demonstrações de alto apreço e bem os mereceu o intrépido Pedro Teixeira, pois que sua expedição militar não só dilatou até as posições cisandinas de Castela, as fronteiras da capitania e os limites da pátria, como preestabeleceu os pontos estratégicos do labirinto hidrográfico da Amazônia, fechando o perímetro de sua completa defesa. Tão certo é isto que o flamengo Gedeão Morrios, conhecedor da descoberta do denodado Capitão, nos seus sonhos grandiosos de conquista não cessou nunca de pedir à câmara da Zelândia a tomada da capitania do Maranhão, porque esta pela sua visinhança contígua com as

terras do Perú facilitaria os golpes que a Holanda marítima e conquistadora poderia desferir em sua rival, arrancando-lhe as possessões riquíssimas e indefesas.

Bastaria esta expedição de Pedro Teixeira, pacífica, mas de tão alta destinação patriótica para encerrar com chave de ouro a história do domínio espanhol no Brasil. Seus resultados, não há negar que exerceram fascinante renascimento cívico entre os portugueses, revivendo-lhes na mente a idéia da pátria grande, forte e independente. Atacados no forte de Gurupá em fins de 1639 por holandeses, auxiliados por índios rebeldes que em um patacho armado em guerra remontaram o Amazonas e se dispuzerem em frente daquele forte, os portugueses da guarnição, tendo à frente o Comandante João Pedro de Cáceres, sózinhos, tomam-no por abordagem, ocupam-no inteiramente e repartem com generosidade os despojos pelos vencedores. Foi esta a última ação guerreira que os nossos colonisadores se empenharam, ainda sob o domínio castelhano de que em tão breves dias, sacudiriam o pesado jugo. A obra de revindicta patriótica contra a Ibéria potente, se é que fôra já imaginada ou anhelada, tracejara-a a rota destemerosa do maior dos guerreiros coloniais de Portugal — Pedro Teixeira — rasgando o impenetravel véu que encobria aos nossos olhos os domínios magníficos de sua coroa. Para lá se polarisaram pela vez primeira nossas ambições de conquista e de glória pelo aumento de território e pelo acréscimo de riquezas; e de lá surgiu, sob o ponto de vista militar, o terceiro objetivo guerreiro em que teríamos de batalhar por dias adiante.

Contendo os índios e desbaratando os estrangeiros invasores somente, não realizáramos a missão que nos indicavam no continente os nossos altos destinos; era preciso completá-la, buscando para o Brasil os limites naturais que a nossa geografia militar de então aconselhava e dos quais alguns estavam para dentro das possessões espanholas; o Brasil precisava completar-se geográfica e militarmente para ser o que hoje é realmente, a imensa pátria material e moralmente incomparavel.

CAPÍTULO II

Da libertação do jugo espanhol até a celebração dos tratados da paz com a Espanha e com a França em 1801, pondo termo às questões de limites do território

A morte do preclaro Pedro Teixeira e a vil cobardia de Bento e Pedro Maciel Parente entregando sem luta o Maranhão aos holandeses vieram ensombrar de funda tristeza a alegria que produzira no ânimo dos colonisadores o advento de D. João IV ao trono de Portugal. A facil vitória dos soldados de João Corneles obrigou o Capitão-mór Cordovil Camacho a convocar em defesa da capitania os Capitães-mores do Cabo do Norte e da Vila de Cametá João Velho do Vale e Cipriano Manoel Aranha. A chegada do primeiro, depois de dois meses de chamado, longe de facilitar meios à defesa, veio dificultá-los, porque querendo ser obedecido como chefe supremo da guerra e exigindo munições de boca para sua gente, e não podendo ser atendido nem numa nem noutra cousa imediatamente, retirou-se para o Una onde assentou acampamento, imune dos tiros de artilharia (peloiros) com que o alvejara o forte de Presepe ou Castelo. Do Una intimou à câmara com maior audácia, e esta lhe respondeu, oferecendo-lhe mantimentos e quartel a uma légua da cidade, exortando-a vir em sua defesa ameaçada pelos holandeses, avançados já pela altura de Gurupí. Recusou-se a tudo João Velho e regressou a sua capitania. A 19 de Julho de 1642 aponta à boca da barra um navio holandês comandado por Jacques Vandiquier, trazendo a seu bordo Pedro Maciel Parente e quarenta soldados expulsos de Maranhão.

Desembarcando com 10 soldados armados, Pedro Maciel exige a submissão da capitania; respondendo-lhe a Câmara com patriótica altaneria que já tendo denunciado seu comportamento ao Soberano não poderia jamais acei-

tá-lo como Capitão-mór. Pedro Maciel passa-se então para a ilha de Colares, e havendo João Velho acedido ao seu convite para juntos se vingarem da atitude da Câmara, congregam-se em uma posição a que nomeiam São Pedro de Alcântra na referida ilha, reforçada assim como sessenta soldados e grande quantidade de indígenas domesticados. Ao mesmo passo que a teimosia de Velho e de Maciel fazem periclitar a defesa da Capitania, coligam-se no Maranhão elementtos decididos sob o comando de Antônio Muniz Barreiros para expulsar os holandeses, pedindo para isso socorros à Capitania do Pará. Os aliados da ilha de Colares não achando motivo plausivel para se esquivarem à luta, embarcaram-se para o Maranhão com 113 soldados comandados por Chichorro, Bento Rodrigues e Favela é 700 índios, com dezeseis arrobas de pólvora, mas nos últimos dias de Maio de 1643 regressam com a maior parte de sua gente, pretextando falta de munições, quando este motivo seria para redobrarem de esforços ao lado dos abnegados defensores do Estado. Felizmente, a este tempo, já se achava a caminho de Maranhão o Capitão Antônio de Deus, levando as munições que um patacho trouxera em fins de Março, da Baía, o Capitão Feliciano Corrêa a mandado do Capitão-general Governador do Brasil.

Com o auxílio do Governador Pedro de Albuquerque, o Maranhão liberta-se a 25 de Março de 1644 do jugo dos holandeses, tendo lutado dezesete meses. Mas não se conformam estes com a derrota; em Maio de 1647 Sebastião Lučena de Azevedo tem notícia de que na foz do Amazonas apareceram oito navios holandeses e recusa-se a comandar a defesa. Não o consente o povo; impelido pela opinião pública embarca-se para Gurupá; dessa cidade marcha para Maricary onde se achavam os holandeses sob o comando de Bandergús. Ataca-os com denodo e derrota-os completamente.

Afrouxando-se a ação invasora dos estrangeiros, volta-se a Capitania para a mais insistente e irritante questão de sua administração interna — o regime dos índios. De 1646 a 1665, época em que a justa fama guerreira do Capitão Favela se enodoou com o massacre de setecentos índios, ocuparam-se os colonisadores em conseguir que cessasse a jurisdição temporal dos jesuitas sobre os selvícolas, aca-

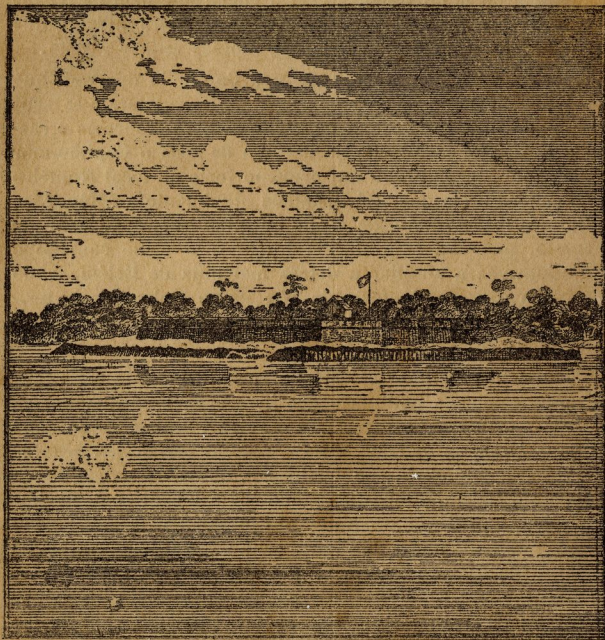
bando o exclusivismo de ordens religiosas na assistência espiritual que lhes era dada, proibindo o resgate, e instituindo um repartidor daqueles que pudessem servir. Dentro desse período surge a figura extraordinária do Padre Vieira e de tanto fulgor moral o enche que nem os baixos apetites egoísticos dos exploradores do cativeiro indígena que entenderam expulsá-lo do Brasil, merece sequer registo.

Tão ameaçada viveu sempre a Capitania do Pará, que mal cessavam as questões dos selvícolas, voltaram-se seus gestores para as questões de limite com os franceses e castelhanos. Foi assim que no decurso de 1665 o Capitão-mór Feliciano Corrêa erigiu um pequeno forte no local fronteiro ao convento em que está instalada atualmente a Alfândega. *Cordiforme à linha de água* na pitoresca linguagem de Baena, montava essa singela fortificação cinco canhões e destinava-se a auxiliar a defesa marítima de Belém, tendo tomado o nome de forte de São Pedro Nolasco pela proximidade em que fica da igreja das Mercês, fundada sob a invocação do mesmo santo.

Um largo espaço se estende então dentro da mais profunda quietação por parte dos invasores, e só quando em 1686 os franceses começaram a ensaiar a usurpação no Cabo Norte é que se voltam de novo para o perigo estrangeiro.

Para conjurá-lo são lembradas obras de defesa marítima em Belém, e admitida como era a iniciativa particular em sua construção, permite o Governador Gomes Freire que Antônio Lameira da França erija a fortaleza marítima da Barra, de forma circular, consagrada à Nossa Senhora das Mercês, sobre a extremidade do barranco de pedra que se estende de Val-de-Cães, dando-lhe o comando vitalício em paga das despesas de construção. Mais tarde, em 1688 no correr de Abril, manda o Capitão-mór Antônio de Albuquerque, como que levado por uma presciência do futuro, levantar no mesmo local em que fôra destruido em 1632 o forte de Camaú, erigido pelos ingleses, a fortificação a que deu o nome de Santo Antônio de Macapá (1). Não decorreram muitos anos que essa fortificação viesse servir de

(1) Pouco acima do ponto em que foi mais tarde construida a fortaleza de S. José de Macapá.

anti-mural aos ataques do Marquês de Ferrolles, Governador de Caiena. Convencido em sua alta prosapia que o rio Amazonas deveria constituir o limite entre o território da sua

Fortaleza de S. José de Macapá

e de nossa Pátria, Ferroles que já exprimira essa idéia em carta dirigida em 1691 ao Governador do Estado, ataca em Maio de 1697 essa fortaleza e consegue invadí-la e tomá-la devido a timidez e a covardia do seu Comandante Manoel Pestana de Vasconcelos, que nem ao menos deu um disparo de seus canhões como sinal de reação. Não demora o

Governador que já então era Antônio de Albuquerque, promovido a Capitão-mór pelo seu alto merecimento — providências para recobrar a fortaleza perdida. Organisa sob o comando de Francisco de Souza Fundão, uma expedição de 160 soldados e 150 índios de flecha, escreve ao Marquês de Ferrolles (1) que irá expulsá-lo das muralhas de Macapá, em pessôa, se as não desocupar logo, e mal parte a força, apressa-se em mandar um reforço às ordens de João Muniz de Mendonça. Fundão acerca-se de Macapá, ocupa a ilha fronteira de Sant'Ana e fica a tiro de canhão dos franceses. Um soldado seu, a nado, apreende uma canôa dos inimigos que fazia o serviço de vigilância e assim deixando-os sem comunicações leva o assalto às muralhas, perdendo logo dois soldados. Este pequeno desastre desanimou-o e fê-lo mesmo pensar em retirar, mas a isto se opõe João Muniz que levanta o ânimo da tropa com decisão e bravura, conseguindo levá-la à vitória, perdendo os franceses 11 homens e rendendo-se sob garantia de lhes conservarem a vida. A bôa vitória obtida sobre os franceses em Macapá não diminuiu a vigilância em que sua ação invasora punha os colonisadores lusos.

O Governador Antônio de Albuquerque sobe até o rio Negro e vai pelo caminho a escolher locais para futuras fortificações; ajuda-o neste mistér patriótico a iniciativa particular. Da mesma sorte que Lameira de França erigira o forte da Barra, constrói no correr de 1697 Manoel da Mota Falcão, continuado por seu filho Manoel da Mota Siqueira, o forte dos Tapajós na colina adjacente à povoação desse nome, recebendo em paga o título de seu Governador e a mercê por três vidas do hábito de Cristo. Com a mesma preocupação dominante o Governador Cristovam Freire institue em Dezembro de 1711 uma companhia de artilharia necessária a coadjuvar o esforço defensivo das cinco companhias francas da Capitania e das duas de infantaria remetidas de Pernambuco pelo Governador Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, e anos mais tarde o Governador Bernardo de Berredo, em Agosto de 1718, sugere à metrópole pelo estudo feito na cidade de Be-

(1) Pierre Éléonor de la Ville de Ferrolles.

lém, da ponta do Mosqueiro e da ilha de Tatuoca, a construção de dois fortes nesses dois últimos locais como inestimavel subsídio à defesa contra o estrangeiro. Ainda em Março de 1738 aproveitando a situação de uma ilha fronteira ao forte da Barra e junto à qual correndo o canal podiam passar os navios fora do alcance dos canhões da mesma fortaleza, mandou por meio de estacadas o Governador João Abreu Castelo Branco consolidar os terrenos de aluvião da mesma ilha na sua ponta setentrional, plantando aí um fortim em forma de paralelogramo com um lado de vinte braças para o rio, armado com cinco canhões que cruzavam fogos com os do forte da Barra.

Com a ascenção ao trono de El-Rei Dom José I, chega ao Estado a ordem de constituir com as companhias francas (sete — 1 de artilharia e 6 de infantaria) o regimento de infantaria regular como em Portugal. Não bastando, porém, os rendimentos da Capitania para custear as despezas do Estado-Maior do regimento, pois que as companhias tinham apenas Capitães e Alferes, o Governador Mendonça Furtado em 1752 organisa em seu lugar quatro terços auxiliares comandados por mestres de campo.

As necessidades, porém, de pôr o Estado em condições de defender os seus novos limites com a Espanha, cujas demarcações se começaram a realizar, levam a Coroa a mandar para o Pará dois regimentos de infantaria, criados de novo em Lisboa, pagos pelo Tesouro da Metrópole, e que entraram na sua capital em 19 de Julho de 1753, sendo um para a cidade, e outro chamado de Macapá, por ser destinado a guarnecer essa praça quando terminada, e dar destacamentos para o Rio Negro, Branco e Solimões. Realmente em Março de 1754 seguiram três companhias para a nova vila de São José de Macapá, com o Tenente-Coronel Francisco Cordeiro da Silva, que não só era portador das instruções disciplinares, como do modo de estabelecer eficazmente a cultura das terras. Cumprindo o mandato régio de Novembro de 1752, o Governador Mendonça Furtado manda erigir na margem esquerda da foz de Tacutú, único sítio de natureza não aluviônica, um forte sob a invocação de São Joaquim, destinado a cobrir o território do Brasil da ação predatória das nações de sua confinidade.

Sobrevindo a notícia do tratado de 1761, entra o Governador Melo Castro em admiravel atividade; embarca para Macapá para concertar com os engenheiros o plano de fortificação que convem a tal posição, organisa dois terços auxiliares, um de infantaria e outro de cavalaria, põe na vila de Caviana um destacamento para impedir a ação dos contrabandistas franceses de Caiena, prescreve o imposto de meio real por libra de carne de açougue para as obras de construção dos quartéis de tropa; retira as peças de artilharia que puzera na atalaia de Curiaú e guarda-as para obras de mais alto valor, estabelece o regimento de sinais de bandeira para o dia, e de foguetes e cuxarras para a noite, e institue postilhões para o serviço de ligação e comunicações da tropa. Em Janeiro de 1771 manda construir um reduto de fachina à borda d'água, perto do convento de Santo Antônio (hoje oficinas da Port of Pará) com a *berma circuitada* de uma palissada; dá-lhe o nome de São José e destina-o a auxiliar o forte de São Pedro Nolasco na defesa da cidade.

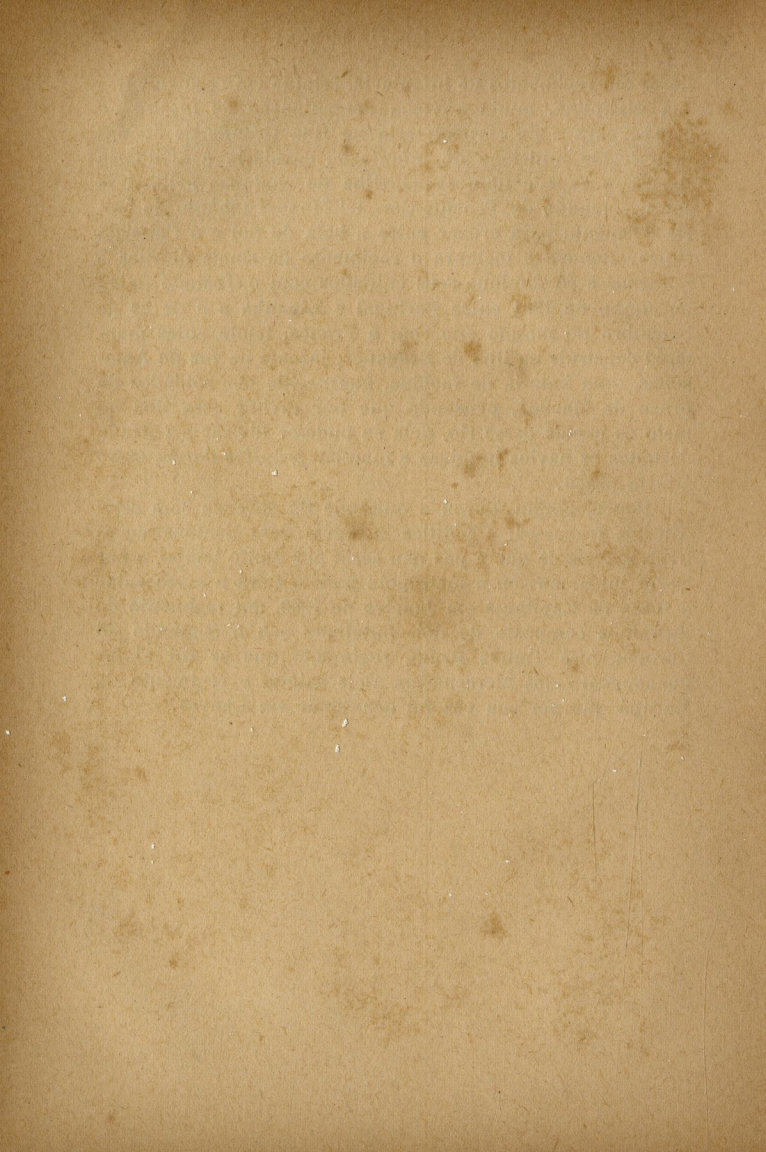
Passando o governo a Pereira Caldas, este em 1774 *organisa, instrue e disciplina* uma guarda de cavalaria de 2 oficiais, 5 sargentos e 40 soldados tirados dos regimentos de infantaria, e para a qual ergue um quartel próprio no largo de Palácio. Mas não era só a defesa imediata de Belem que levava os governadores à prática dessas medidas militares; o Governador José de Nápoles, entusiasmado pela exploração do Rio Tocantins, manda plantar em Alcobaça, pelo Major engenheiro João Braum um forte de faxina com 6 peças de pequeno calibre sob o nome de N. S. de Nazaré de Alcobaça, com o fim de evitar o extravio do ouro, a fuga dos escravos e a aproximação dos índios Acarajás, Apinagés e Gaviões. Não tendo a Corte aprovado a criação da guarda de cavalaria, o Governador Souza Coutinho a extingue em 1791, estabelecendo outra, tirada dos corpos auxiliares, criando ainda por essa ocasião um armazem de pólvora hoje depósito de pólvora no igarapé do Uaurá, e em 1792, manda abrir uma estrada de comunicação entre esse armazem e o forte da Barra.

A eclosão da revolução francesa em 1789 põe o governo de Portugal e mesmo os colonisadores em contínuo receio

de que o surto das idéias políticas que a ocasionaram possa vir até nós. Pensa-se para evitar um ataque dos franceses em fortificar completamente a cidade; para isto propõe o Governador Souza Coutinho cercá-la *pelos arredores* com um parapeito de fachina e terra circuitada de um largo fôsso, cobrir com revelins as embocaduras dos caminhos; pela parte do rio com uma palissada forte de acapú capaz de conter em respeito a tropa inimiga. Chega-se mesmo a edificar a bateria de Santo Antônio nas cercanias do reduto de São José e uma outra de 4 canhões na ilha dos Periquitos defronte de Tapanã e abaixo do forte da Barra. Alarga-se para maior distância a defesa contra os franceses; leva-se até a fronteira, colocando na foz do Oiapoque uma esquadrilha de 5 barcos com 4 peças de calibre 6, cada um dirigidos por oficiais subalternos e inferiores de regimento de infantaria, sob o comando de um Capitão. E' notavel, como naqueles tempos, tão recuados dos de hoje, os recursos militares de mar e terra facilmente se adquiriam *in loco,* sem recorrer sequer ao governo do Estado. O aprestamento dessa esquadrilha que devia guardar-nos dos franceses no Cabo do Norte, dá idéia segura de como se adiantara no Pará a construção naval, a ponto de conseguir o Governador Dom Francisco de Souza Coutinho em ofício de 15 de Setembro de 1800 comunicar ao ministro que durante uma década de sua proveitosíssima gestão construira quatro fragatas de quarenta e quatro, três charruas, três bergartins, doze chalupas artilheiras e muitas embarcações de baixo bordo para a navegação interna da Capitania, tendo mais de 2.000 empregados índios no serviço do córte, de condução e de embarque de madeiras.

A Espanha não descançara, porém, em meio dos nossos cuidados com a França, de ir usurpando trechos e trechos do território, desde o que lhe dera nas demarcações dos limites a ignorância ou a capciosidade impatriótica do Comissário subalterno Teodósio Constantino de Chermont, até aos que os tratados celebrados lhes iam concedendo. Esses fatos puzeram em insuportavel tensão as relações políticas dos dois paises e para qualquer emergência superveniente, foi o governador avisado do perigo. Prepara-se para a hipótese provavel de uma guerra. Transforma os terços auxi-

liares em regimentos de infantaria, estatue em regulamentos sua disciplina, muda a velha denominação de *mestre de campo* para a de coronel; cria na Ilha Grande de Joanes uma legião miliciana de infantaria, cavalaria e artilharia ligeira, e expede uma esquadrilha de chalupas artilheiras sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Libânio de Mariz Sarmento para cruzar entre a baía do Sol e o Cabo do Norte. Renova e melhora o regimento de sinais diurnos e noturnos e só diminue seus cuidados com o Tratado de 14 de Junho de 1801 entre Portugal e Espanha e o de 29 de Setembro do mesmo ano com a França, tendo antes mandado construir na ilha de Bragança, jazente na foz do Amazonas, uma bateria de fachina, guarnecida por soldados da praça de Macapá, pensando que por dividir essa ilha ao meio os canais desse rio, dela se pudesse divisar a entrada de todos os navios inimigos e mandar *próprios* darem aviso àquela praça.

Pouco, porém, durou a quietude do governo com relação aos franceses; a política européia dera demonstrações irrefragáveis de que a paz não seria por muito tempo, e por assim julgar enviou a metrópole para o Pará a acrescentar a força da Capitania em Janeiro de 1803, um regimento de Extremoz composto de dois batalhões sob o comando do Coronel José Tomaz Brum, regimento que se foi alojar no convento dos Mercenários, dele saindo o regimento de Macapá que por sua vez foi acantonar em Chaves.

CAPÍTULO III

Do governo de Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, até o fim da administração dos Governadores e Capitães-Generais

A ascensão de Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, ao cargo de Governador Geral e Capitão-mór do Pará assinala para as instituições militares até aquele momento existentes nesta Capitania, um período de notavel eficiência. Com ele vem de Portugal para Belém em Setembro de 1803 um corpo de artilharia de linha de quatro companhias e seu parque de arma a pé, composto de bocas de fogo de calibre 3 e 6 e quatro obuzes de 6 e 9 polegadas com a palamenta respectiva, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Marques, que designado ao mesmo tempo para essa função, tem mais a incumbência de dirigir a Aula de Artilharia anexa ao mesmo corpo, destinada ao ensino técnico da arma, tudo criado por Carta Régia de 26 de Abril de 1803. Para que, porém, esse ensino fique feito tambem no campo das experiências, manda a Metrópole na mesma ocasião vários artífices destinados ao Trem de Artilharia, criado pela mesma Carta Régia, posto sob a direção do Major da arma Antônio Luiz Pires Borralho, fiscal do regimento, e dotado de todos os instrumentos do artilheiro teórico-prático, saidos da fundição e construção do Tenente-General Bartolomeu da Costa. De par com esses fatores de profícuo ensino prático, é criada uma biblioteca para uso dos alunos da aula de artilharia, doando-lhe o governo o Tratado de Fortificação e defesa de praças — conhecido sob o título de Engenheiro Português — tratados de levantamento de cartas geográficas e topográficas, de filosofia racional, de álgebra e geometria teórica e de geometria analítica, trabalhos da lavra do Engenheiro-mór do Reino Manoel de Azevedo Fontes; todos os livros do plano de estudo de 1763, do curso completo das Academias Real de Marinha e de Fortificação,

Artilharia e Desenho criados, respectivamente, em 1779 e em 1790, regulamentos, novas ordenanças e compêndios de prática criminal do foro militar. Como uma racional coroação a esses assinalados esforços pela instrução militar, é designado o Coronel de artilharia Jerônimo José Nogueira de Andrade para no posto de Brigadeiro superintender a disciplina e a economia da tropa estipendiada e das milícias da Capitania e a inspeção das fortificações, imprimindo assim a unidade necessária à reorganisação militar projetada. Em 1804 como estejam a findar seu tempo de serviço muitos homens do corpo de artilharia e regimentos de infantaria, manda o Governador levantar soldados em Belém e em Joanes (Marajó), e fornece-os de fardamento. Com a constante preocupação da instrução, recomenda ao Brigadeiro comandante das tropas que — "ao mesmo tempo que as instruir nas Leis da Disciplina, da Tática e da Economia Militar, ponha os regimentos de milícias a par dos da Tropa Regular na perícia e na disciplina, instruindo-os em determinados dias no manejo das armas, nas marchas e nos movimentos elementares das evoluções". — Indo ao encontro das diligências do Governador pela preparação militar da tropa, o Brigadeiro Nogueira de Andrade convida em 1804 o comandante do regimento de artilharia e o Segundo-Tenente desse corpo Antônio Ladislau Monteiro Baena para sob sua direção escreverem instruções que lhe parecem necessárias. Postas mãos à obra encarrega-se o Tenente-Coronel Marques da *formação das tábuas de tiro de espingarda armada ou não de baioneta semelhante* as de Lombard, *professor de Auxonne* e Baena de um compêndio de fortificação de campanha feito *à vista das obras de Gaudy, Bailler e Lecointe*. Antes já houvera o Brigadeiro Andrade escrito instruções com as seguintes definições preliminares: — "Adarmes das espingardas e balas e adarmeiros para calibrar ou adarmar as espingardas. Formas e moldes do fabrico de balas; preparação dos cartuchos com balas ou zagalotes; gêneros necessários para a construção dos cartuchos, roladores e medidas de carga para os cartuchos, corte do papel, modo de encher, fecho ou empacotamento dos cartuchos. Nomenclatura dos fechos da espingarda, do cano e da coronha, método de despeçar e recompor a placa

dos fechos; método de limpar, arrecadar e conduzir o armamento nas diversas diligências do serviço e um mapa das dimensões das espingardas da armaria do trem, as quais eram de artilharia do Pará, e do Alemtejo, de caçadores do Pará, do 2.º de Elvas e de Campo Maior, de fuzileiros e de granadeiros dos regimentos do Pará, do de Castelo de Vide, e do 4.º Regimento do Rio de Janeiro.

Um ato de dolorosa indisciplina perturba por um momento a vida da guarnição militar do Pará; o soldado José Alexandre quando à frente do Regimento de Extremoz recebia o castigo de pranchadas, por furto, aproxima-se do seu comandante Coronel José Brum e fere-o com uma facada de que veio ele a falecer dias depois. Condenado pelo Conselho de Guerra a ser enforcado, a sentença é agravada de Lisboa com o aditamento de que deveria *ser esquartejado*, e se pregasse a cabeça em poste diante do quartel do supliciado, e nos largos de cada um dos outros alojamentos, e nos da Pólvora as pernas e braços em iguais postes.

Extranhava o Tribunal de Conselho de Guerra da Côrte que se não houvesse logo executado a sentença do Conselho de Guerra, pois essas eventualidades deveriam constituir o único motivo para a bem da disciplina e da ordem pública não se aguardar sua decisão.

Preocupado em dar completa instalação à casa do Parque manda o Governador alargá-la até o beco do Açougue para colocar o trem de guerra. Ficou assim o edifício abrangendo quasi todo o segundo claustro do convento das Mercês; no primeiro pavimento os armazens de bocas de fogo, de balas, de petrechos e de instrumentos de carregar, o laboratório, a ferraria, os instrumentos de manobras de força, um telheiro para carpinteiros de reparos e obras brancas e outro para o forno com pertences para fundição, com serras braçais de serrar madeira, uma pequena cisterna e almacega. No segundo pavimento instalaram a armaria, oficinas de alfaiates, sapateiros, serralheiros, armazens de munições de infantaria. Com o fim de distrair os soldados, em pescarias, fabrico e venda de cipó, breu, etc., etc., o comandante das tropas obteve do governador licença para que as guardas da cidade fossem rendidas de oito em oito dias, mas pouco depois essa última autoridade vê a incon-

veniência de tal ato e em 20 de Março de 1807 suspende a permissão dada, pelas alterações essenciais que de sua execução sofria a disciplina militar, proibindo o emprego dos soldados na prática ilícita de comerciar. Ainda no decorrer do ano de 1807 manda o Governador que a tropa se uniformise de acordo com o plano de fardamento decretado em Maio do ano anterior e para que cada um tenha seu logar devido dá-lhe numeração nova da maneira seguinte: n. 1, o regimento da cidade; n. 2, o de Macapá e n. 3, o de Estremoz. Dos regimentos de milícias, n. 1, o da cidade; n. 2, o da Campina; n. 3, o de Cametá e n. 4, o de Macapá. Decretada por Carta Régia de 29 de Novembro de 1806, é criada no Estado a Junta de Justiça Militar para conhecimento e decisão dos delitos militares julgados nos conselhos de guerra. Ao começo de 1807, a política francesa entra a inquietar de novo os governantes, e renascem os receios de uma futura guerra. Como medidas de prevenção são aumentados os corpos de ligeiros com 2.540 homens que estavam indevidamente arrolados nos regimentos de milícias, fornecendo o da cidade 1.464; 560 o de Cametá, 389 o de Macapá e 127 a legião da Ilha Grande de Joanes; é intensificada a instrução na infantaria com dias designados para a tropa miliciana; prepara-se um campo junto ao cemitério para instruir a tropa de artilharia na teoria e na prática de balística experimental, com espaldões e alvos, tudo sob a direção do Tenente Antônio Ladisláo Monteiro Baena. Avisado o Governador da nova guerra contra a França e a Espanha, resolve mandar estabelecer em 1807 completa continuidade entre as baterias de S. José e de Santo Antônio, construindo-se então um semi-baluarte e uma muralha em ângulo reentrante que os ficou ligando. A invasão de Portugal pelo exército de Junot e Taranco obrigam o Regente Dom João VI a transferir o trono para o Brasil. Deixando a administração do Reino em 26 de Novembro, embarca-se para o Rio de Janeiro a 29 do mesmo mês do ano de 1807, desembarcando em 8 de Março de 1808 na cidade que devia ser a grandiosa capital de hoje. A abertura do comércio do Brasil a todos os estrangeiros, concedida por Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 e o surto invasor das tropas franco-castelhanas no Reino deter-

minaram novas medidas militares. Levanta o Governador com o intuito de conter os estrangeiros nos seus abusos, duas companhias de milicianos artilheiros na classe dos homens negros e pardos, subordina-os ao comandante do Regimento de Artilharia e declara em documento público que é necessário guarnecer a linha limítrofe do Oiapoque. Organisada a expedição sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Marques d'Elvas Portugal (*), tendo sob seu comando diversos oficiais e 400 praças dos regimentos de infantaria e uma bateria de 4 peças e 2 obuzes, embarcam-se todos em uma escuna de 12 peças, dois cutters de 8, três barcos-canhoneiras com 1 peça de rodízio, uma sumaca e mais alguns transportes, recebendo em Chaves o acréscimo do 2.º Regimento. A 2 de Novembro enfrenta o cabo Norte e consegue dobrá-lo na noite de 12 com tempestuoso aguaceiro e cerração fechada. Pondo pé no Oiapoque procede a expedição a sua posse em 6 de Dezembro e recebendo o reforço de 300 praças que lhe trouxera James Lucas Ieo, divide-se em dois comandos, assumindo o Coronel Manoel Marques o das forças de terra e James Lucas o das de mar. Sem dar tempo a demasiadas providências do inimigo, ataca-lhes as posições à margem esquerda de Maroni em 6 de Janeiro de 1809 em canoas e botes, tomando os fortes de *Diamant, Degrado, Caneo* e o *Trio*. Tentando efetuar um contra ataque foram os franceses repelidos com perda de 17 dos seus, internando os invasores para Caiena até Beauregard de onde intimaram o Governador Vitor Hugues a render-se. Solicitado o armistício, discutida a capitulação a 12, a 14 apossam-se de Caiena com as formalidades militares. Surge em 14 de Fevereiro de 1809 em Belém o Furriel de granadeiros do Regimento de Infantaria n. 2 Joaquim Antônio de Macedo da parte do comandante da vanguarda Tenente-Coronel Manoel Marques para comunicar ao Governador que o seu regimento ocupara a colônia de Caiena, após sangrentos combates, havendo os franceses capitulado por proposta de seu comandante em chefe Vitor Hugues, oficial da Legião de Honra, comissário do Imperador e Rei, havendo embarcado a guarnição rendida com-

(*) Ler o Apenso II.

manda celebrar uma missa, outro oferece o teatro com decorações alusivas ao gênio militar português e o Capitão do 2.° Regimento de Milícia Manoel Gomes Pinto apresenta o largo do Palácio feericamente iluminado. Adoecendo o Brigadeiro Manoel Marques, é mandado para substituí-lo na direção da conquista de Caiena o Coronel de Engenheiros Alexandre Pinto de Souza.

Começaram a produzir os resultados esperados as medidas que melhoraram a instrução militar em 1803 e 1804. Em Junho de 1810 o Capitão-Tenente José Joaquim da Silva apresenta pronta a carta hidrográfica do Pará mencionadas nela as diferentes profundidades, baixios, restingas e todos os detalhes que podem orientar a navegação, franqueando-se, além disso, sua leitura e cópia aos interessados.

Os acontecimentos da metrópole provenientes da expulsão dos franceses, da morte da Rainha Maria I e da elevação ao trono de D. João VI modificaram a orientação da política exterior de Portugal e é já sob a administração do Governador, Capitão-General Conde de Vila Flôr, em Dezembro de 1817 que se manda executar o tratado assinado pelo Conde de Palmela e Richelieu, devolvendo à França a colônia de Caiena até ao rio Oiapoque, entregando-se-lhe tambem as fortalezas e petrechos militares. Cumprindo uma das cláusulas do tratado, a esquadra expedida de Caiena pelo General Carra de Saint-Cyr desembarca no cais de Santo Antônio as tropas portuguesas que ocuparam aquela conquista e que são recebidas em Belém debaixo das mais laudatórias aclamações. Por ordem régia transmitida pelo Governador todos os militares que compuzeram essas tropas são mandados usar no braço direito um pequeno círculo encarnado, tendo no diâmetro a palavra Caiena e oferecida pelo Soberano da Britânia uma medalha sobredourada como louvor ao *pulso* e *ardimento* que patentearam naquela conquista. Como era de esperar de um espírito afeito ao trato das questões militares, o Conde de Vila Flôr não demora em proporcionar à guarnição do Pará medidas que assegurem melhor seu preparo. Cria um esquadrão de cavalaria cujo comando dá ao Major Joaquim Mariano de Oliveira Belo e aquartela-o no edifício de S. José; muda

o quartel do corpo de artilharia para o páteo da Ordem 3.ª de São Francisco, e transfere de Chaves para Belém o Regimento de Infantaria n. 2. Orienta, instrue e disciplina as tropas dentro do regulamento feito pelo Marechal Marquês de Campo Maior e assiste a 10 de Março de 1818 a abertura do curso teórico do Corpo de Artilharia. Entendendo que o armazem de Pólvora do Largo do mesmo nome embaraça a reunião das tropas que faziam alí seu ponto de assembléia geral manda demolí-lo, mas ao fazê-lo lamenta a própria resolução, pois, sacrifica sua *ótima construção e arranjo interno*. Insinua ao ajudante do Corpo de Artilharia Antônio Ladisláo Monteiro Baena escrever uma memória sobre a Aula Militar da Província e como deve ser seu ensino sistematisado, havendo o mesmo oficial a 15 de Outubro do mesmo ano (1818) se desincumbido satisfatoriamente de sua missão. Aproveitando este trabalho, o Governador decreta um estatuto especial para a Aula Militar, quanto à norma, ao método do ensino e à qualidade dos estudos, e para que estes não fiquem exclusivamente no campo teórico, determina ainda ao ajudante Baena a composição de um compêndio de fortificação de campanha, e um programa de exercícios práticos para serem executados anualmente no campo de instrução. A esse ilustre oficial deveu tambem o Governo do Conde de Vila Flôr uma carta topográfica que com seus discípulos Capitão do 3.º Regimento de Infantaria Vicente Ferrer de Souza, ajudante do 1.º Regimento de Infantaria Caetano Alberto Teixeira Cavalcante e Alferes tambem do 1.º Carlos Antônio de Souza Trovão levantou em Agosto de 1819 do espaço marítimo entre a cidade e a fortaleza da Barra. Em 20 de Outubro do mesmo ano o Governador reforma o Regimento de sinais usado por essa fortaleza, e manda que se empreguem tantas bandeiras distintas quantos são os caracteres usados na numeração, exprimindo-se por este meio todas as ordens. Havendo o comandante da fortaleza de Macapá Major Inácio Antônio da Silva, comunicado que até a frente de sua muralha, se apropinquou um pirata que subira o Amazonas, o Governador manda reforçar a praça com 180 homens comandados por um Capitão, e faz cobrir com a escuna "Conde de Vila Flôr" e a Barca artilheira n. 1 as ilhas da foz do

Amazonas, de comum esforço com a tropa de terra. Recebendo queixas do modo porque o Major Inácio trata aos moradores de Macapá, fez-se de vela na escuna "Andorinha" acompanhado pela escuna "Correio" e navega pela foz do Amazonas, passa uma semana na referida cidade e repreende severamente aquele comandante pela sua conduta. Verificando mais de perto nessa ocasião as necessidades de Macapá, cujos habitantes se elevavam ao total de 2.558, pede a El-Rei que mande domiciliar alí um bom número de famílias açorianas que aumentará assim o núcleo de defensores de tão importante praça de guerra.

Uma grande epidemia de bexiga faz baixar de maneira inesperada o efetivo dos regimentos; o Governador comissiona por isto o Tenente-Coronel do 2.º Regimento de Infantaria de 1.ª linha para ir a Cametá e ao baixo Amazonas alistar gente para preencher as vagas que se haviam dado. Os acontecimentos que vieram a se pronunciar logo depois com a subversão da ordem no Pará, justificaram bem essa precaução de não deixar a tropa com claros numerosos nas suas fileiras.

CAPÍTULO IV

Da revolução do Porto ao fracasso do movimento em prol da independência aos 14 de Abril de 1823

A revolução do Porto em 1820 que mais não foi que a reação contra o absolutismo tão despoticamente exercido por Beresford em Portugal, teve no Pará, mais do que em nenhuma outra província do reino unido memoravel repercussão. Agitado pela eloquência patriótica de Patroni que via na restauração do constitucionalismo português solução imediata aos legítimos anceios políticos de sua terra, o povo paraense se levantou e depoz o governo provisional de Antônio da Cunha, Joaquim Felipe e Carneiro de Sá, aliás já malquerido pelas suas conhecidas deshonestidades administrativas. Teve este movimento um carater acentuadamente militar, não só pelos elementos que lhe deram o desejado êxito, como pelo próprio instante em que de súbito irrompeu — o término da parada no Largo de Palácio a 1.° de Janeiro de 1821. Último a ser passado em revista, o 1.° Regimento de Infantaria sob o comando do Coronel João Pereira Vilaça corresponde a uma saudação do povo com o grito — *Viva a Constituição! Vivam as Côrtes!* e manda tocar a rebate. A este toque se apresentam imediatamente o 2.° e o 3.° Regimentos de Infantaria com seus comandantes Coronel Francisco José Rodrigues Barata e Tenente-Coronel José Narciso da Costa Rocha; logo depois o 4.° Regimento de milícias e o 3.° Corpo de Milicianos ligeiros da cidade, comandados, respectivamente, pelo Coronel Geraldo José de Abreu e Francisco José de Faria. Hostís ao movimento recusam-se a ajudá-lo o Corpo de Artilharia e o Esquadrão de Cavalaria, mas a resistência de seus comandantes Tenentes-Coronéis José Antônio Nunes e José Mariano de Oliveira Belo quebra-a o próprio governo provisional, determinando sua incorporação à guarnição rebelde. Eleita a junta provisória do governo, figuram

os militares em maioria, pois dentre os nove membros que a compuzeram são contemplados como vogais os Coronéis Vilaça, Barata, Abreu e Francisco José de Faria. Na guarnição interior da Província, nem toda tropa comungara facilmente com as idéias vencedoras na capital; foi preciso que um trabalho de propaganda habil viesse finalmente minar a lealdade ao governo antigo e fizesse irradiar a insurreição que deu em terra com os Governadores da província do Rio-Negro e da Ilha Grande de Joanes, Majores Manoel dos Passos e Coronel de Milícia Joaquim Antônio de Barros e Vasconcelos, ameaçando tambem o da praça de Macapá Major Inácio Antônio da Silva, que teria tido a mesma sorte senão fizesse solertemente uma adesão oportuna. Substituio ao primeiro o Coronel graduado do 2.º Regimento de Infantaria Joaquim José de Gusmão, sendo encarregado de levar a notícia do movimento à Côrte do Rio de Janeiro o comandante do Esquadrão de Cavalaria Tenente-Coronel Belo.

Apesar da sua adesão ao movimento rebelde não demorou muito tempo em Macapá o Major Inácio da Silva, porque tais eram os maltratos ao povo e o desatino das suas resoluções que em Agosto de 1821 houve o governo por bem substituí-lo pelo Major Baena, o ilustrado e competente oficial a quem tanto deveu o exército do seu tempo. Fez esse incançavel soldado uma completa e radical transformação no governo daquela praça de guerra, mas pressentindo que as circunstâncias da província não favoreciam a exequibilidade de suas iniciativas, recolheu-se ao Corpo de Artilharia e entregou-se exclusivamente aos trabalhos de sua cadeira de matemática na aula militar.

Eleita em Março de 1822 a nova junta administrativa, em cumprimento à determinação das Côrtes, o Coronel Vilaça entendeu caber-lhe o comando em chefe das tropas, mas esta, após ouvir as autoridades militares, conferiu-o ao mais antigo dos comandantes do Corpo o Coronel Joaquim Felipe dos Reis. Substituido este em Abril pelo Brigadeiro do exército português José Maria de Moura que viera transferido de Pernambuco, constituio o General luso seu Estado Maior com o seu antecessor, o Major José de Brito Inglês e Capitão Hilário Gurjão.

Estabelecido o governo militar lado a lado do governo civil, surgem facilmente por exageradas susceptibilidades de um e de outro, os atritos que tanto perturbaram a administração pública. O primeiro passo nesse errado caminho foi dado pelo governo civil, que não querendo confiar na tropa de linha e de milícias, entendeu caprichosamente organisar um Corpo de Polícia seu sob o comando do Coronel Vilaça, composto de 92 praças de infantaria, desligadas da autoridade militar, destinadas às rondas e patrulhas, declarando logo ao governador militar que se ele se lembrasse de mandar fazê-las por força sua, demonstraria "querer escravisar os cidadãos da província". Irritado com esse tom de desconfiança e com tão estranha limitação às suas complexas funções, o governador militar obstinou-se em não conceder a organisação policial pedida e reiterada, não se afastando do seu propósito nem antes nem depois de haverem os dois governos — civil e militar — submetido a causa da contenda à decisão das côrtes gerais num protesto apresentado por este último sob a forma de abaixo assinado firmado por toda a guarnição militar. Esse lastimavel desconcerto na ação governativa produziu o bem que era de temer e o mal que era de esperar: o transtorno da ordem interna elaborada sem desfalecimentos pelos partidários da independência que muito se aproveitaram da falta de solidariedade dos poderes públicos, e a falta de providências decisivas, imediatas e eficazes nos casos de insulto estrangeiro, como veio a acontecer, quando informado o governador militar das incursões pelos castelhanos ao sul da capitania do Rio Negro não teve da parte do governo civil a quem expôs a situação mais que um ofício cheio de admoestações audazes e até de insultos pessoais. Surdos a todos os reclamos do governador militar, aquelas das providências que por este lhe eram reclamadas em benefício da tropa ficaram sistematicamente no olvido. Por este motivo o efetivo da tropa de linha desceu a ponto de nem quasi poder montar as guardas da guarnição. Ao passo e à medida que tais fatos se iam desenvolvendo, a idéia da independência minava subterraneamente os alicerces do domínio colonial e a primeira prova disto foi a eleição de 25 de Fevereiro de 1823 em que nenhum português conseguiu

de 1.° de Janeiro de 1821, o motim do Coronel Vilaça foi um golpe exclusivamente preparado e levado a efeito pela guarnição militar, e tanto esta se compenetrou de tal verdade que entendeu publicar em 4 de Março um manifesto, desculpando-se de tê-lo perpretado. Um só militar discrepou da conduta dos demais, o Major Baena, que eleito duas vezes para a junta, duas vezes recusou dela fazer parte, se bem que não se lhe tivesse oposto em seus desígnios. Para preencher os claros da guarnição entrou a nova junta a prender e a recrutar os parentes e amigos dos presos políticos suspeitos de adeptos da independência e a aceitar, como o fez, os oferecimentos de tropas irregulares como a companhia de cavalaria equipada, armada, municiada, mantida por um grupo de comerciantes portugueses e a de artilharia organisada por Camilo José de Campos. Aqueles reunidos no quartel general elegeram seu comandante a Joaquim Francisco Danin, sargento a Antônio José Machado e cabos a José Antônio de Oliveira e Manoel Pedro Viana, constituindo-se de 1 comandante, 1 2.° comandante, 1 sargento, 4 cabos, 2 clarins e 48 soldados.

A compressão exercida pelos partidários da metrópole, longe de levar ao desânimo os pioneiros do movimento pela independência, conseguia excitá-los na propaganda para a vitória do seu ideal. Entrando em entendimento com os oficiais da guarnição simpáticos à emancipação política do império, os revolucionários brasileiros combinaram levar a efeito a adesão do Pará, ao amanhecer do dia 14 de Abril de 1823. O Alferes da cavalaria Antônio de Loureiro Barreto assumiria a direção de um piquete de cavalaria e de soldados do 2.° Regimento de Infantaria com a missão de tomar o quartel e o parque de artilharia (hoje Ordem 3.ª da Penitência). Realisada esta parte de plano que seria anunciada por foguetes de artifício, o resto do esquadrão de cavalaria sob o comando do Alferes José Mariano de Oliveira Belo acorreria ao 2.° Regimento (hoje edifício do quartel general) rebelado sob o impulso do Capitão Boaventura Ferreira da Silva e juntos iriam buscar o 3.° Regimento de Infantaria (aquartelado no edifício em que está hoje a Alfândega) para ocupando todo o quartel de artilharia assentarem suas peças nas embocaduras das ruas do Açou-

gue (Indústria) e de Santo Antônio e dos Martires (28 de Setembro) por onde lhes poderiam vir prováveis ataques. Tomado de surpresa o parque de artilharia por um ardil que João Balbi, um dos conjurados, empregou imitando a voz do governador militar, e presos os seus oficiais, bombas do ar anunciaram às 4 h. e 5 da madrugada aos demais conspiradores que a primeira parte de seus planos estava realisada. Tomando à frente do seu Regimento o 2.° de Infantaria, o Capitão Boaventura da Silva, exaltou-o, erguendo vivas ao Imperador e a independência e recebendo o concurso do Esquadrão de Cavalaria que já se achava na estrada das Mongubas (hoje Almirante Tamandaré) sob o comando do Alferes Oliveira Belo marchou sobre o 3.° Regimento de Infantaria que encontrou já formado com seu comandante Tenente-Coronel José Narciso da Costa Rocha. Erguendo de novo vivas ao Imperador e à independência correspondidos por toda a tropa, o Capitão Boaventura viu surpreso surgir a frente do Regimento, aconselhando-lhe fidelidade a Portugal, seu fiscal o Major Francisco José Ribeiro que com este gesto de decisão conseguiu evitar a adesão do seu Corpo tão cuidadosamente preparada pelo Capitão Domiciano Cardoso, ajudante Manoel Lourenço e Alferes José Maria Martins.

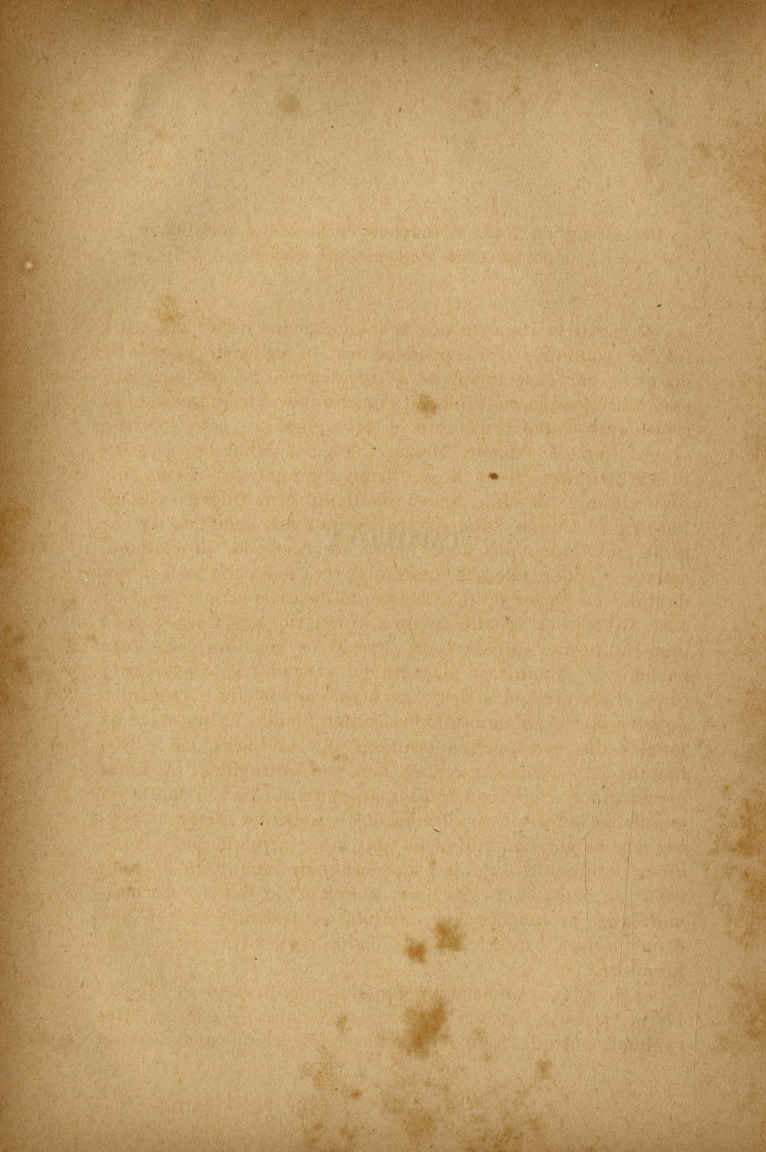
Soldado decidido e de ânimo resoluto, não desanimou Boaventura da interpresa patriótica, e dirigiu suas tropas para o parque de artilharia onde encontrou tudo pronto para qualquer reação ao movimento. Poucos momentos após, escapando-se do quartel, conseguiu o Tenente-Coronel José Antônio Nunes correr a uma peça e dispará-la, dando com este tiro morte à sentinela e ferindo um sargento, mas este desabrido gesto do desventurado comandante foi imediatamente castigado com uma descarga de fuzilaria que o atravessou de balas, causando-lhe ferimentos de que veio a morrer no dia 17 de Abril em casa de Pascoal Rodrigues. A reação do governador militar a este estado de cousas não tardou, tanto mais quanto a defecção do 3.° Regimento de Infantaria enfraquecera sobremaneira o movimento. Do quartel do 1.° Regimento de Infantaria onde se achava, o governador das armas, de cujo assassinato foi encarregado o sargento de ordens no quartel general, tocou rebate

às tropas. Mandando postar o 3.° Regimento de Infantaria em ordem de batalha no flanco esquerdo do parque de artilharia, fez seguir um destacamento do 1.° Regimento de Infantaria sob o comando do Capitão Bibiano Luiz do Carmo para o Reduto, ordenando ao Major Baena que o acompanhasse e que chegando a Santo Antônio o deixasse para se incorporar ao 3.° Regimento de Infantaria. Baena não se quedou, porém, na situação passiva em que lhe mandaram ficar; examinando a atitude dos revolucionários e vendo-a já reduzida a absoluta passividade, cuidou antes de tudo de reunir homens, recolher a munição atirada pela rua até quasi à praia, requisitar a palamenta, e formar o parque de artilharia. O governador militar após o destacamento que fizera seguir na vanguarda sob o comando do Capitão Bibiano, dividiu as forças em duas colunas; assumindo o comando de uma dirige-se pela rua de Santo Antônio até ao Largo desse nome e dando o da outra ao Coronel Vilaça fá-lo marchar pela rua do Açougue (hoje Indústria) com destino ao mesmo Largo.

Dos heróicos defensores da nossa independência muitos já tinham desaparecido, conservando-se apenas à frente dos soldados em atitude decidida e nobre para sofrer o castigo da sua dedicação pela liberdade o Capitão Boaventura da Silva e o Alferes Oliveira Belo, havendo aquele impedido, para evitar efusão de sangue, que o intrépido Cadete Bernal do Couto disparasse sobre a coluna do comando do governador das armas uma peça que as enfiava inteiramente e cujo fogo a muitos dos seus ceifaria.

Abortada assim a conspiração pela independência, os vencedores entregaram-se incendidos de ódios e de ambições em busca das recompensas para si e dos castigos para os vencidos. Para os primeiros as promoções e as gratificações galardoando oficiais e soldados, para esses as mais cruéis penas, sendo recolhidos os militares à fortaleza da Barra Capitão Boaventura da Silva, Tenente Diogo Vaz da Moya, Alferes Antônio Barreto, Domingos Marreiros, José Maria Martins e Oliveira Belo, e o Cadete Bernal do Couto e os civis à cadeia pública. Conseguiram escapar à prisão o Capitão Domiciano, ajudante Manoel Lourenço e Cadete Marcos Martins. A ferocidade vingadora dos dominadores

lusos julgou que a pena de morte devia ser o castigo imposto a todos os revoltosos e se não se fizessem ouvir e acatar no tremendo momento a autoridade e a energia benéficas de Romualdo de Seixas, presidente da junta provisória, tal ignomínia seria consumada contra a opinião da mesma junta, cuja unanimidade foi quebrada apenas pelo perverso voto de Teodósio Constantino de Chermont. O bondoso sacerdote, que foi mais tarde o Marquês de Santa Cruz, opinando que fossem embarcados para Portugal todos os revoltosos afim de serem lá julgados e castigados, salvou-os da pena de morte que aquí por certo se lhes inflingiria a todos e que, se bem que não inteiramente impedida, foi minorada e diminuida para muitos com a viagem a bordo da charrua "Gentil Americana" e da fragata "Leopoldina" no dia 7 de Junho.

CAPÍTULO V

Da adesão do Pará à independência até a instituição do governo regencial no Brasil

O martírio imposto aos revolucionários de 14 de Abril foi de resultados contraproducentes; os estos de liberdade do povo paraense longe de se recalcarem no seu coração, expandiram-se mais ainda. Cresceram e extremaram-se as rivalidades entre brasileiros e portugueses e pelo interior — em Cametá, Abaeté, Melgaço, Vigia e Muaná o espírito liberal triunfou num proselitismo assombroso. Nessa última vila a 28 de Maio João Possidonio, Braz Odorico e João Pereira da Cunha, falangiários escapos aos suplícios da capital, auxiliados por José Pedro de Azevedo, proclamam mesmo a independência, mais uma vez sufocada pela alma daninha do Major do 3.° Regimento de Infantaria Francisco José Ribeiro, à frente de uma força do seu Corpo, após duas horas de nutrido fogo. Presos os vencidos, esse fato encheu de jactanciosa ousadia os vencedores, e enquanto estes eram recebidos pelos portugueses sob arcos triunfais, aqueles passavam humilhados contemplando às portas e às janelas dos estrangeiros senhores de sua terra, os instrumentos de suplício que lhes iam ser inflingidos. A junta provisória e o governo militar auscultando bem o sentir da população não estavam tranquilos, e sabendo medir as consequências da contaminação da força armada pelas opiniões dominantes não se esqueceram de cumulá-la de honras e de bens. A 13 de Maio, natalício do Rei, foram assinadas as promoções até capitão, concedendo-se aos não promovidos — inferiores e soldados — gratificações remuneradoras.

Era esta a situação do Estado quando a 10 de Agosto ferrou velas à entrada da barra o brigue de guerra "Maranhão", em que John Pascoe Greenfell, como lugar-tenente

de Lord Cochrane, vinha apoiar o partido da independência. Em ofício à Junta Provisória, Greenfell faz crer que comanda a vanguarda da esquadra daquele Almirante ancorada na baía do Sol, e pede licença para aferrar no ancoradouro de Belém. Reunidas as autoridades todas, só o governador militar General José Maria de Moura não crê no ardil de Greenfell, e único entre os seus iguais recusa aderir à independência, resignando as funções que desempenhava. Os demais a aceitam e dando disso ciência a Greenfell, este ingressa a barra e vem aferrar no porto da cidade, recebendo o "Maranhão" a seu bordo o que de mais notavel ela possuia. A atitude franca do General Moura e o conhecimento que todos tinham das opiniões do Coronel Vilaça, partidário extremado da metrópole, aconselhavam que se lhes impedisse qualquer reação contra a independência, e por este motivo mandou a junta recolhê-los a bordo do brigue de Greenfell, a 14 de Agosto, sem que a tais prisões alguem se opuzesse. A renúncia do General Moura fez que a junta provisória puzesse seu cargo nas mãos do Tenente-General Manoel Marques d'Elvas Portugal, o ilustre vencedor de Caiena, então inspetor das tropas do Pará. Feita a eleição da nova junta que teria de dirigir os destinos do Estado dentro do regime recem-implantado, foram eleitos para ela quatro militares — o Coronel Geraldo José de Abreu, presidente; o Capitão José Ribeiro Guimarães, secretário; o porta-bandeira Felix Antônio Clemente Malcher e o Capitão João Henrique de Matos e único civil o Cônego João Batista Gonçalves Campos. Como sói acontecer sempre, os partidários da independência distinguiam-se um dos outros pelo rubro mais ou menos carregado das suas opiniões; havendo os radicais de idéias extremadas querendo levar a ferro e fogo os inimigos do Brasil, e os tolerantes que entendiam mais convenientes no momento um congraçamento de portugueses e nacionais. Por mais paradoxal que pareça ser, não há negar que a razão estava com ambos; porque se os últimos levados por considerações de ordem política ou de humanidade assim entendiam que devia ser sua conduta no momento histórico que atravessavam, não se pode recusar aos vencidos de ontem, massacrados sempre bárbara e audaciosamente pelo

estrangeiro, a humana aspiração de excluir completamente do seu seio o elemento que tanto os aviltara e comprimira.

Dentro da junta governativa Batista Campos e Malcher encarnavam os anhelos dos radicais, Geraldo de Abreu, João Henrique e José Guimarães a dos tolerantes. Desse choque de opiniões surgiram graves sintomas de indisciplina na tropa, anciosa por ver satisfeitas as aspirações extremadas dos brasileiros — isto é — a demissão do Coronel Geraldo tido como sério embaraço a sua realisação e a exoneração de todos os oficiais e funcionários públicos infensos à independência, e assim a deportação para Lisboa de todos os portugueses que se haviam oposto não só ao último movimento em seu prol, como aos que o precederam. Desses um dos mais graves foi por certo a manobra tentada no sentido dessas aspirações pelo 1.º, 2.º e 3.º Regimentos de Infantaria e Esquadrão de Cavalaria, assaltando o trem de artilharia e para lá levando como chefes o Cônego Batista Campos, J. Henrique de Matos, Ribeiro Guimarães e Clemente Malcher. Serenados os ânimos pela esperança de que seus desejos seriam satisfeitos, voltou a tropa a quartéis sob os conselhos do Coronel Manoel Sebastião de Melo Marinho Falcão e do Tenente Boaventura José de Vilhena, mas não sem deixar de em companhia de elementos populares de baixa classe atacar muitas propriedades portuguesas, provocando grande inquietação e insegurança na cidade. Não refreada a indisciplina no seu primeiro excesso, era fatal que novos desatinos se viessem a dar, e tantos foram que para impedir as depredações e os saques, não só Batista Campos ordenou aos milicianos patrulharem a cidade, como convocou os chefes dos regimentos para assentar medidas enérgicas e pedir a intervenção de Greenfell com suas forças navais. Estas desembarcadas na madrugada de 17, acrescidas de maruja mercante, começaram por prender as pessôas encontradas pela rua e aquelas que eram denunciadas na agitação reinante.

Desarmou a tropa, conduziu o parque de artilharia para o largo do Palácio na manhã de 17 e pôs tudo no quadrado formado pelas suas forças navais e elementos de terra, armados e municiados, entre os quais até portugueses se encontravam. Destes elementos surgiu a intriga que ia viti-

mando o próprio Batista Campos e que deu lugar ao ato de violência e malvadez de Greenfell, mandando espingardear cinco soldados, um de cada regimento, incriminados nas desordens da noite anterior. Os motins, as prisões, as deserções e a indignação pela crueldade de Greenfell rarearam as fileiras da tropa e a junta provisória, aproveitando o momento, dissolveu os três regimentos de infantaria, fundindo-os em um só com o nome de *Regimento Imperial*, sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, filho de governador militar.

Verificando, porém, a insuficiência desta força e confiando nela tanto que só lhe entregava as armas para as guardas rendidas diariamente, a junta organisou dois corpos mais — de *artilharia e cavalaria* imperiais sob o comando respectivo do Capitão João Antônio da Silva Egues e Tenente-Coronel Ambrózio Henrique da Silva Pombo, que ficaram armados e municiados completamente, e aumentou ainda o efetivo dos regimentos de milícias. Estas providências e mais ainda o requinte da perversidade de Greenfell, mandando encerrar nos porões do brigue "Diligente" e mais tarde "Palhoço" do comando do Tenente João Lúcio de Araujo, duzentos e cincoenta civís e soldados que encontrara nos tumultos da rua para matá-los, como matou pouco a pouco pela fome, pela sede e pela asfixia, desencadeou a reação contra os luzônios no interior da província, sendo seus primeiros pregoeiros as vítimas das perseguições na capital, que pela fuga haviam conseguido escapar à morte.

A valorosa Cametá, orientada pelo Capitão da 2.ª linha José Francisco Alves, encabeça o movimento francamente nacionalista; rendem-lhe obediência Oeiras, Portel, Melgaço, Conde, Beja, Muaná, Igarapé-mirí e Abaeté. Para combater a revolução, serve-se a junta provisória da palavra evangelizadora do Bispo Dom Romualdo e de uma expedição militar constituida de 30 milicianos e 40 marinheiros embarcados na escuna "Andorinha" e na Barca artilheira n. 2 sob o comando do Capitão Joaquim José Jordão, levando como parlamentário o Capitão Fernando Ferreira Ribeiro. A violência com que agiu a esquadrilha por ordem de Jordão e sob a imediata ação do Tenente da Armada

Vitor James Subrá, fazendo fogo sobre a vila antes de qualquer sinal de resistência dos sublevados, inutilisou os resultados que a palavra persuasiva e patriótica de Dom Romualdo, aliás investida de autoridade militar, conseguiria no apaziguamento dos espíritos. As violências da força armada fizeram que o Bispo ilustre desistisse de sua missão pacífica, ficando a junta provisória na contingência de empregar apenas os meios da força para quebrantar a ação revolucionária. Reunida extraordinariamente em 19 de Janeiro de 1824, a junta entendeu de novo entregar armas à tropa da linha para ganhar-lhe a confiança e utilisando-lhe os serviços empregá-la no restabelecimento da ordem em Cametá. Para isso determinou que com ela e com marinheiros se guarnecessem barcos e canoas artilhadas destinadas ao cruzeiro cujos fins seriam proteger a navegação do sertão, impedir os esforços do conjunto dos sublevados e defender a Ilha Grande de Joanes.

O espírito de indisciplina da força da 1.ª linha nos primórdios da adesão à independência não só deixara em seu seio a traça dificil de desarraigar, como ficara servindo aos interesses portugueses para suas tramoias e perfídias. O Major graduado Inácio Pereira, que os encerrava admiravelmente, tendo obtido permissão para concentrar no quartel de artilharia os elementos de defesa da cidade, busca sublevá-los contra a junta, mas esta consegue descobrir seu intuito e não só porque toda tropa não era conivente como porque Inácio Pereira nenhum prestígio possuia, o Coronel Antônio Joaquim de Barros e Vasconcelos, comandando uma força de cavalaria imperial, facilmente sufoca a tentativa na noite de 25 de Janeiro. Presos Inácio Pereira e seus cúmplices, voltam as cousas à sua normalidade na capital, preocupadas todas as autoridades em preparar a expedição militar que deveria implantar a paz no interior da província.

A junta antes de enviá-la manifesta a intenção de ouvir dos sublevados as determinantes de sua atitude, e sabendo que era e seria a destituição dos portugues dos cargos e funções públicas, atende-os, demitindo cento e cinco funcionários, dos quais 83 oficiais, sendo 30 do regimento imperial, 7 de artilharia e 46 de milícias e ligeiros. Isso, po-

rém, não bastou para conter o ímpeto revolucionário dos cametaenses; quizeram mais — a eleição de um novo governo. Ante esta nova exigência e a ameaça da próxima partida de Greenfell, a junta provisória reuniu de novo a 14 de Fevereiro para dizer *não* aos cametaenses, e exortar ao chefe da força naval que não partisse. Nesse, que por incumbência do governo houvera preparado a expedição militar, organisando a flotilha com os barcos ns. 1 e 2, brigue-escuna "Andorinha" e escuna "Carolina", dotando-os, respectivamente, de 8, 5, 3 e 5 bocas de fogo, preparando três transportes para 100 soldados cada um, e provisões para trinta dias, era visivel o descaso pela sorte da terra onde sua crueldade ateara incêndio tamanho. Apesar da ordem de permanência que lhe dera a junta até em nome do Imperador, Greenfell fez-se de vela para o sul em 3 de Março na fragata "Imperatriz" acompanhada do brigue "Maranhão".

Entregue aos seus próprios recursos, a junta preferiu de novo o caminho de persuasão e por ele seguiu, por intermédio do Bispo Dom Romualdo em Cametá e do Vigário Geral André Fernandes de Sousa, em Cintra. Os revoltados do interior da província sentiram que chegara o momento crítico para a terra natal e havendo obtido ampla anistia, franca aprovação aos seus atos e a deportação de elementos portugueses que mais os aviltaram, na galera "Maria", para a Europa, depuzeram as armas para entrarem no regime normal da vida dos povos. Mas de pouca duração foi essa pacificação dos espíritos; atingira-nos tambem a influência dos ideais que haviam delineado a Confederação do Equador. Em Abril, aporta a Belém a escuna "Camarão" do comando de José Caetano de Mendonça, trazendo foragidos notáveis, promotores daquele movimento republicano. Propagando sem temor suas convicções políticas encontram guarida entre os partidários de Malcher, Lacerda e Pedro Henrique e com eles acertam para 1.° de Maio a irrupção do movimento de adesão do Pará ao regime republicano. A 27 de Abril conseguem como medida preliminar dessa adesão encarcerar na fortaleza da Barra o Coronel Geraldo José de Abreu, seu filho Capitão Coutinho de Abreu e Dom Romualdo de Seixas, elegendo para a junta assim deposta

Pedro Rodrigues Henriques, J. B. de Figueiredo Tenreiro Aranha, Coronel Bento Garcia, Major João Roberto, J. A. Corrêa Bulhão e Joaquim Pedro de Morais Bittencourt. Governo efêmero por sua inoportunidade, bastou a chegada inesperada do Coronel José de Araujo Rozo, primeiro presidente nomeado pelo governo imperial para a província, para fazê-lo cair sem reação, dando-se imediata liberdade aos que dela tinham sido privados por ocasião da sua implantação. Da entrada da província no regime constitucional não lhe adveio a tranquilidade que era de esperar. Desgraçadamente contaminada a tropa pelo virus da política pessoal e partidária, não desapareceram os atritos e a administração de Araujo Rozo começou por acirrá-los, negando-se posse no comando das armas ao Brigadeiro José Inácio Borges, sob o pretexto de que tinha idéias republicanas, ou que viria como governador militar estabelecer dissenções com o governo civil como acontecera ao tempo do General José Maria de Moura. Tão reprovavel ato do novo presidente que para praticá-lo não tem dúvida em chamar o concurso da própria força de linha, completou-o com a prisão do Brigadeiro Borges na fortaleza da Barra e posterior ordem de embarque para o Rio de Janeiro via Gibraltar no bergantim "Prazeres e Triunfo". As consequências deste desrespeito à autoridade militar não se fizeram esperar; surgiram em Setembro, as desordens no Turiassú (então povoado e pertencente ao Pará) onde foi consumada a deposição do comando da força Capitão José Gonçalves de Azevedo; alastrou-se pelos fins do mesmo mês por Bragança cujo comandante militar Coronel Pedro Miguel Ferreira Barreto foi assassinado e finalmente repontou na própria capital, na noite do Natal, ainda de 1824, no próprio palácio do governo cuja guarnição embriagada soltou os presos, saindo amotinada para o quartel do seu Corpo que era o de artilharia. Repelidos pela atitude do Tenente-Coronel d'Elvas Portugal à frente do regimento imperial de infantaria, repelidos igualmente no Trem onde se achavam as munições que procuraram, conseguiu o Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha fazê-los regressar a palácio sem que cessasse de todo o espírito de rebelião que os animava. A intervenção oportuna do Tenente do Corpo de artilharia Pedro Xavier Cordeiro que os privou

de fazer uso dos oito canhões que guardavam o presidente, fez-lhe perder completamente a esperança e entraram todos a fugir, mandando as autoridades encarcerar aqueles que o não conseguiram. Um dos que escaparam a prisão — o soldado Antônio Vieira Barbosa já sob a presidência de Pereira de Burgos, assalta e toma na noite de 23 de Abril de 1826 os quartéis de Cametá com armas e municições, à frente de numeroso grupo de civís e prende sem reação o destacamento com seu comandante Capitão Domiciano Ernesto Cardoso. Afetando este certeiro golpe de carater francamente nativista, expede-se uma coluna de 12 oficiais, 166 praças de infantaria, 38 de artilharia e 4 canhões sob o comando do Major Antônio Ladisláo Monteiro Baena. Quando a expedição se avisinhou de Cametá, uma comissão de vereação da cidade apareceu a bordo afim de propôr uma dilação para o começo da luta enquanto o governo respondia às negociações da paz. O Major Baena, de acordo com o presidente, de quem recebera ordens, não a atendeu, exacerbando assim o ânimo dos facciosos, que se dispuzeram para o combate com a superioridade da escolha da posição, conhecedores perfeitos que eram do terreno, entrando a hostilisar a expedição com tiro de canhão e fuzil desde a tarde do dia 4 de Maio, ainda a duas milhas da vila.

Escolhendo mal o porto de desembarque — o chamado das Mercês, a expedição o efetua com quatro canhões sob o vivo fogo de terra, sem estabelecer as comunicações com sua base de operações e fora da proteção da escuna "Carolina" do comando do 1.° Tenente Costa Cabedo que ancorou distante. Os facciosos que não haviam sofrido o bombardeio preliminar aos desembarques, tão de regra nessas operações, haviam assestado um canhão para entrepô-lo aos trazidos de bordo e com ele e com os fuzis tomados à guarnição puderam facilmente nutrir por espaço de duas horas temeroso fogo, matando e ferindo muitos oficiais e soldados expedicionários. Retirando-se desanimado o Major Baena, o resto da tropa dizimada o acompanhou, abandonando o armamento, mas nem uma embarcação das de bordo encontrou na sua linha de retirada; oficiais e soldados feridos aproveitaram duas canoas para voltar para o transporte

General Francisco José de Souza Soares de Andréa

que os conduzira e os que sabiam nadar pelo seu próprio esforço a ele regressaram. Muitos, porém, ficaram prisioneiros e entre estes o ajudante José Olimpio Pereira.

Regressando o resto da expedição a Belém a 6 de Maio, precedida de seu comandante que se lhe adiantara de 24 horas, a derrota encheu de indignação e de pezar o presidente da província que deliberou ser o próprio comandante de uma nova expedição. Antes, porém, que esta seguisse, um ardil do ajudante José Olimpio denodado e inteligente soldado, conseguiu não só evitar os fuzilamentos a que ele próprio estava condenado, como prender os facciosos e repor as autoridades legais de Cametá. Sugerindo a Antônio Barbosa por meio do sargento Manoel João de Amorim Poeira um baile para a véspera dos fuzilamentos, José Olímpio consegue licença ou melhor a graça de dansar pela última vez. Embriaga os chefes revolucionários, solta os prisioneiros, encarcera grande número de facciosos já ébrios e fica inteiramente senhor da situação, com a fuga do promotor principal do movimento, só mais tarde preso em Belém. Para apoiá-lo enviou o governo destacamentos e fez seguir um brigue de guerra do comando do Capitão de Fragata José Joaquim da Silva, substituindo o Capitão Domiciano Cardoso pelo Capitão Caetano Alberto Teixeira Cavalcante. Submetido a conselho de guerra foi o Major Baena condenado à morte, revogando a junta militar de justiça esta sentença para transformá-la em demissão do posto, despresando os embargos que lhe foram opostos numa segunda sentença confirmadora de primeira.

Atravessou o Pará o governo do Barão do Bagé e o comando militar do Coronel João Paulo dos Santos Barreto sem acontecimentos notáveis, apesar da desharmonia existente entre essas duas autoridades. Substituido este pelo Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa e aquele pelo Tenente-Coronel José Felix Pereira de Burgos, já então Barão de Itapicurú-mirim, em Novembro e Julho de 1830, não tardou que recomeçassem as discórdias acesas pelos políticos entre os dois novos dirigentes da província. Uma ordem sobre patrulhas e prisões, em que o General Andréa chamara a si a responsabilidade delas, deu origem a novos atritos, intervindo na contenda o conselho provi-

dencial com ânimo muito prevenido contra o comandante das armas. Não revogou esta sua ordem por entendê-la de acordo com a disciplina e com as leis militares, ficando assentado pela ação moderada e prudente do presidente que fosse afeta a questão ao governo imperial.

Abdicando Dom Pedro I em 7 de Abril de 1831 só em 22 de Maio chega essa notícia ao Pará, reavivando as aspirações demasiadas de uns e os ódios inextintos de outros. Volveram de novo contra o íntegro Andréa sua má vontade e em sessão da câmara municipal a 25 de Maio, foi ele denunciado de comparsaria com os portugueses do trem de artilharia, denúncia que caiu por falta de base e de prova, havendo por isto, no mesmo dia, três membros do conselho providencial, Batista Campos, Camecran e Trovão apresentado uma indicação, exigindo sua suspensão do comando das armas. Se bem que não aprovada essa indicação contra a mais alta autoridade militar da província, a consequente indisciplina de 2 de Junho traduziu bem e logo os seus péssimos resultados. Nesse dia amotinou-se o 24º batalhão de infantaria, marchando as companhias dos Capitães Domiciano Cardoso e José de Aragão e Figueiredo para tomarem o trem o que conseguiram por surpresa, colocando logo peças de artilharia no beco do Açougue. Chamados pelo toque de rebate os batalhões 25.º de infantaria e 12.º de artilharia, formados e municiados restos de corpos da 2.ª linha e o corpo da polícia que foi mandado tomar posição no largo das Mercês, marchou o General Andréa à frente do resto da tropa do largo do Palácio pela rua da Cadeia (hoje João Alfredo) e Santo Antônio até à travessa do Açougue (Indústria).

Assestada a artilharia de ataque em frente a essa última travessa duas bocas de fogo dominando sobre o largo das Mercês a frente do quartel do corpo rebelado, guarnecida as casas fronteiras ao trem com 25 atiradores para caçar os soldados que das janelas de lá observassem a manobra, mandou o comandante das armas que o cidadão Marcos Rodrigues com os seus civís armados espreitassem das casas visinhas o momento preciso de surpreender e tomar a artilharia inimiga, visto ser impossivel abrir passagem para o Trem devido à espessura da parede. Ao toque de avan-

çar cada fracção da tropa cumpriu inteiramente sua missão e com a perda de um morto e oito feridos dos amotinados e quatro feridos dos legalistas, foram presos quasi todos os sediciosos.

Dominados estes, dias após eram chamados ao Rio o Barão de Itapicurú-mirim e o General Andréa, dispensados por Decreto de 18 e 20 de Abril e substituidos em 16 de Julho pelo Visconde de Goiana e Coronel José Maria da Silva Bittencourt.

CAPÍTULO VI

Dos primeiros governos sob a regência até o começo da cabanagem

Ao início da administração do Visconde de Goiana guarneciam a capital do Pará o 24.° e o 25.° batalhões de infantaria do comando dos Tenentes-Coroneis D'Elvas Portugal e João Aires Carneiro, o corpo de artilharia do comando do Major João Henriques de Matos, os regimentos 1.°, 2.° e 4.° da segunda linha e a guarda nacional formada pela gente que sob a direcção de Marcos Martins houvera auxiliado a tropa de linha a jugular o motim de 2 de Junho. Era, porém, tão profunda a imiscuição de toda a tropa na política partidária e consequentemente seu estado de indisciplina, que o próprio Coronel Bittencourt, comandante das armas, desembarcado em Belém com o novo presidente da província em 16 de Julho de 1831, encabeçava em 1.° de Agosto do mesmo ano, isto é — 17 dias depois — o criminoso movimento armado que despojou essa autoridade de suas funções legais.

Ao invés de se manter imparcial entre os *filantrópicos* de Batista Campos e os *caramurús* do astuto e egoista Ambrósio Pombo, a tropa se deixou embair pelas palavras do lugar-tenente dos últimos, Marcos Martins, e cruzando os braços ante os tumultos propositais das ruas, feitos por sua ordem, preparou com esta atitude a queda de um homem que devia ser pelo seu passado, insuspeito aos partidários da independência. Começando a agitação pelo futilíssimo pretexto da forma que devia ter a divisa usada pela guarda nacional, cresceu pela indisciplina da tropa e culminou a 7 de Agosto. Nesse dia, fazendo crer que se dirigia à igreja para a missa, o corpo de artilharia junta-se à guarda nacional no quartel do Trem onde se municiam convenientemente, logo marchando para o largo de Palácio, recebendo

nesse local a adesão do 24.º de infantaria e da tropa especial que fazia o papel inherente à polícia. Pedem a prisão de Batista Campos que eles próprios já haviam feito, pondo-lhe cerco a casa, e com o Coronel Bittecourt à frente depõem o Visconde de Goiana e entregam o governo por via da sucessão ao doutor Marcelino José Cardoso, fazendo embarcar Batista Campos deportado na escuna de guerra "Alcântara" para São João do Crato e o presidente deposto na fragata "Campista" para o Rio de Janeiro.

Não se conformaram com a deposição do presidente as populações de Abaeté, Muaná, Cametá, Conde, Vila Franca, Faro, Alter do Chão, óbidos e Santarem, que entraram em franca agitação, havendo essa exigido a mudança do comandante da sua força o Major João Batista da Silva pelo Capitão Pedro Hilário Gurjão e as quatro últimas reconhecido o Cônego Batista Campos como presidente da província. Não ficou, porém, nestas dolorosas consequências o estado de indisciplina da tropa; na noite de 12 de Abril de 1832 subleva-se a força da comarca de Rio Negro e como seu digno comandante Coronel Joaquim Felipe dos Reis a enfrenta para submetê-la, mata-o, terminando sua rebelião por considerar a comarca desligada da província do Grão-Pará. Dirigida a sublevação pelo soldado Joaquim Pedro da Silva, após a morte do Coronel Reis, assume o comando temporário das armas o Tenente Boaventura Ferreira Bentes, que para se cobrir dos possíveis ataques vindos de Belém, assesta trinta canhões em Ponto das Lages e Bomfim, guarnecidos por um milhar de homens. A esse tempo, havendo já assumido a presidência da província o Coronel José Joaquim Machado de Oliveira e o comando das armas o Tenente-Coronel Antônio Corrêa Seara foram ordenadas providências para pacificar aquela comarca. Confiado o comando da expedição ao Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha, organisou-o este com 50 homens de 16.º de Caçadores de 1.ª linha e dois canhões do corpo de artilharia, embarcando-se a 5 de Maio no paquete "Patagônia" para Cametá e daí para Santarém no barco "Independência", onde recebeu valioso reforço de tropas. Apesar da vergonhosa defecção do Tenente Francisco Fernandes de Macedo, dos Caçadores da 1.ª linha, que se passou para os

rebeldes com o barco "Santa Cruz" e 33 praças do seu comando, aumentando-lhes o poder de resistência, o Coronel Simões da Cunha, forçou com vivo fogo de seus canhões a passagem dos pontos artilhados, entrando vitorioso a barra do Rio Negro a 10 de Agosto de 1832 e nomeando comandante militar interino o Capitão Hilário Pedro Gurjão. Dominada a sublevação, o presidente Coronel Machado, examinando o estado da força armada e da guarda nacional, desarmou essa e enfraqueceu as fileiras daquela, mandando dar baixa a todos os soldados que já estavam de tempo acabado. Para substituí-los na manutenção da ordem creou por lei de 10 de Outubro de 1831 o *corpo de guardas municipais permanentes* com o efetivo de um 1.º e um 2.º comandante, 3 sargentos, 1 furriel, 6 cabos, 1 corneta e 100 soldados, preenchendo os dois primeiros cargos, respectivamente, com o Tenente de Marinha Germano Máximo de Souza Aranha e Tenente-Coronel graduado Simões da Cunha, o vencedor da insurreição do Rio Negro.

A nomeação em 12 de Dezembro de 1832 do Desembargador José Mariani e do Tenente-Coronel Inácio Corrêa de Vasconcelos para substituirem o presidente Machado de Oliveira e o comandante das armas Tenente-Coronel Seára, veio pôr ainda em evidência o estado de anarquia em que se debatia o Pará e de que infelizmente participara a força pública, inclusive as próprias tropas municipais.

Com a chegada do novo presidente Mariani a 6 de Abril de 1832 no paquete "Feliz", os acontecimentos cuja trama vinham a fiar os partidos políticos teve a sua irrupção. Tido o governo de Machado de Oliveira como amigo dos brasileiros e suspeitando-se que Mariani viesse amparar os portugueses, preparam-se estes, com Joaquim Afonso Jales à frente, para proteger-lhe o embarque; os partidários daquele para impedí-lo.

Não teve o presidente Machado força moral para resistir à desobediência a que o aconselhavam seus amigos, nem o Tenente-Coronel Seára para, calcando os sentimentos de amizade pessoal ao presidente com quem servia, deixar de acompanhá-lo nessa desobediência. Reunindo Jales, em 16 de Abril, gente para assegurar o desembarque de Mariani, fazendo quartel da sua própria casa guarnecida de

barricadas e trincheiras, à rua Cadeia n. 5, esquina da travessa de Passinho (hoje João Alfredo e Campos Sales), o presidente Machado em pessôa comandou a ação contrária. Guarnecendo o litoral com a artilharia, intimou Jales e o atacou quando desobedecido, à frente do 25.° Batalhão da Guarda Nacional, dos municipais permanentes e de algumas peças de artilharia, vencendo-o com apertado cerco e vivo fogo. Morreram na ação Jales e muitos dos seus companheiros, elevando-se o total entre mortos e feridos a 95, sendo 70 dos partidários de Mariani e 25 dos de Machado de Oliveira. Ante esse resultado, retirou-se no mesmo vapor o presidente nomeado sem tomar posse e continuaram Machado e Seára no governo da província e no comando das armas até 4 de Dezembro de 1833, quando foram substituidos, respectivamente, pelo Dr. Bernardo Lobo de Souza e Tenente-Coronel Joaquim José da Silva Santiago.

Tentando acalmar a ebulição política reinante, Lobo de Souza executou fielmente a lei de anistia, mas percebeu desde logo que atos seus tinham tido a infelicidade de despertar tambem a paixão religiosa e que o clero e os restauradores armavam-se para derribá-lo. Homem enérgico e opinioso, não disposto a ceder terreno aos adversários, mandou armar as corvetas de guerra "Bertioga" e "Defensora" do comando dos Capitães de Fragata Jorge Manson e Guilherme Inglis com uma peça de campanha de calibre 9, duas de calibre 8, cem fuzis, cincoenta tiros para cada boca de fogo e 6.000 para fuzil; dotou os guardas municipais com duas peças de calibre 3, a legião de guardas nacionais com uma de 9 e outra de 6, acrescentou ao armamento da fortaleza da Barra uma peça de calibre 1 e outra de 6; convocou para a guarnição de Belém 480 guardas nacionais dos corpos do Bujarú, Acará, Mojú, Abaeté e Muaná, ordenou fazer-se recrutamento para preencher os claros da tropa da 1.ª linha e assim preparado aguardou o golpe de seus inimigos. Este não demorou; feito o congraçamento de Batista Campos com Felix Malcher, que dotado de índole perversa, insinuara seu fuzilamento no movimento de Outubro de 1823 e a quem o presidente Lobo de Souza recusara receber em palácio por sabê-lo incriminado como um dos autores do morticínio do brigue "Palhaço", concentraram os

adversários do presidente todos os seus esforços em reunir gente na fazenda do último no rio Acará. Nesse trabalho muito os ajudaram Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Francisco Nogueira, que com muita coragem se haviam notabilisado na repressão aos motins de 1833. Eduardo Nogueira, que por sua resistente bravura adquirira o cognome de Angelim, rija madeira amazônica, era inimigo de Lobo de Souza desde que sofrera a violência de ser recrutado; Francisco Pedro Vinagre era partidário e amigo de Malcher. Comandou a expedição contra os revoltosos de Acará o 2.° Comandante dos Municipais José Maria Nabuco de Araujo, que para alí seguiu a 19 de Outubro de 1834 à frente de uma força de 16 praças do seu corpo e de soldados do batalhão de guardas nacionais comandado pelo Tenente-Coronel José Pereira da Serra. Acampando na fazenda Vila Nova, não quis Nabuco agir com prudência, descendo para a foz do rio, apesar dos avisos recebidos de que sua força era insuficiente para bater o inimigo e o resultado dessa temeridade foi ser surpreendido na madrugada de 22 por homens ao mando de Antônio Vinagre e de Angelim. Mortas as sentinelas e feridos muitos soldados, Nabuco foi assassinado por Angelim, depois de feito prisioneiro, vingando-se este com essa selvageria de quem o prendera por ocasião do recrutamento. Por um prisioneiro evadido na confusão da chegada a Acará-assú, teve o presidente notícia do desastre. Reunindo no brigue "Cacique", na escuna "Bela Maria" e em três lanchões artilhados cerca de trezentos homens de terra e mar, Lobo de Souza entrega o comando de uns e outros ao Coronel Manoel Sebastião de Melo Marinho Falcão e ao Capitão de Fragata James Inglis e consegue fazê-los seguir para o Acará na tarde de 24. Morto numa emboscada em Goiabal o Coronel Falcão, assume o comando da expedição a 27 o Major Monte Rozo, que desembarca na manhã de 28 próximo à fazenda, e verificando-a abandonada comunica ao comandante Inglis que a manda incendiar, dando de tudo conta ao governo e referindo-lhe tambem a dispersão dos sediciosos pelos rios Castanhal, Itapicurú e Guamá. Sendo-lhe ordenada a perseguição como complemento da vitória, a 3 de Novembro eram presos Malcher e seu filho Aniceto e morto Manoel Vinagre, conse-

guindo-se nos dias subsequentes a captura de grande número de facciosos, recolhendo-se todos a Belem a bordo do "Cacique" e do lanchão artilhado, ficando no Acará com a escuna "Bela Maria" e outros três lánchões assim armados, o comandante Afonso Melo com sua força de permanentes e a guarda nacional de freguesia que fôra mobilisada.

O perigo, porém, não fôra de todo conjurado; Lobo de Souza assim compreendeu e continuou a tomar suas providências de força. Mandou recolher o armamento e munição da tropa de que podia supeitar; determinou que 100 homens de cada um dos batalhões de guarda nacional de Muaná, Bujarú e Capim viessem para Belém para fazer a guarnição em lugar da força de linha; pôs a barca "Independência", a escuna "Alcântara" e as corvetas "Defensora" e "Bertioga" de prontidão; convocou os oficiais reformados de exército e os de reserva da guarda nacional para as rondas da cidade, recolheu a pólvora e munições do Uaurá aos navios de guerra, aproveitou o comandante e marinhagem da barca "Feliz" que estava em concerto para guarnecer a escuna "Mundurucús, que adquirira há pouco e mandou-a para o Acará. Reparou a artilharia das fortalezas, acelerando-lhe os concertos; ativou a aquisição do armamento e correame na Inglaterra; modificou o artilhamento da fortaleza da Barra que era em canhoneira e fê-lo de baterias à barbeta, em reparos a Onofre. Abandonando a antiga prática de recrutamento por distritos, efetuado pelos juizes da paz, mandou praticá-lo por pessôa de sua confiança naqueles que pudessem servir, fossem de que distritos fossem, afim de preencher os claros das forças de 1.ª linha.

Se tais elementos de força fossem servidos e estivessem em mãos leais e honestas, o presidente com eles poderia enfrentar qualquer movimento, mas a indisciplina e a política tinha invadido os quartéis.

Fomentada por Angelim e pelos Vinagre e amparada pelos parentes de Batista Campos e pelos soldados de todas as corporações formou-se a onda que deveria lançar a província na mais desbragada anarquia.

Gruparam-se os sediciosos pela cidade em centros de arregimentação; no meio do mato do Cocoalino (por trás

Almirante Manoel Marques Lisboa
(*Marquês de Tamandaré*)

da que hoje é cadeia de São José) sob o comando de Antônio e Francisco Vinagre; na Av. Nazareth (Largo da Memória) a plebe do creoulo "Patriota"; no fim da rua da Pedreira os que se mascaravam hipocritamente de religiosos. A 1 hora da madrugada de 7 de Janeiro de 1835, sob o comando em chefe de João e Germano Aranha, os revoltosos pôem-se em ação, Vinagre penetra na cidade e de combinação com o Capitão Manoel Gomes Varela e Major Caetano Alberto invadem o quartel onde estavam os caçadores e o corpo de artilharia que eles comandavam. Apoderam-se de tudo, mandam tocar a rebate e postam patrulhas nas ruas que desembocam no Largo do Quartel (hoje Praça Saldanha Marinho). Os oficiais que como o Capitão Domiciano Cardoso, Primeiro Tenente Manoel Inácio de Macedo, Segundos Tenentes Bernardo Luiz Abade e Antônio Manoel de Souza e Alferes Antônio Rodrigues, reagem contra os sublevados, ficam mortos à tiro. Enquanto tal sucedia, os grupos do largo da Memória e do Bacurí marcharam para o largo do Palácio, vendo-se neles os músicos dos corpos de 1.ª linha; entram na residência do presidente em sua busca e na do comandante das armas. O Coronel Santiago, conseguindo fugir, é, entretanto, morto no largo de São João, pelo tapuio Felipe, conhecido por "Mãe da Chuva". Não encontrando o presidente, vão à cadeia, soltam os presos e os armam e municiam; tentam matar o comandante dos permanentes Afonso Melo, o Conselheiro Camecran e o Intendente da Marinha Guilherme Cipriano Ribeiro; assassinam no caminho de Porto do Sal a Manoel Caetano Prata, João Tanger, Manoel Barbosa e outros. No largo do Quartel, um soldado da patrulha atira contra o comandante Inglis, ferindo-o de morte. Em meio dessa terrivel hecatombe surge Lobo de Souza em palácio, saindo destemerosamente de seguro asilo (da casa do Coronel Geraldo José de Abreu) para ir ter a mesma sorte do seu amigo Coronel Santiago. Outro tapuio cuja antonomazia bem significava sua fereza — Domingos Onça — rouba-lhe a vida com certeiro tiro. Estava assim consumada a obra satânica sonhada por Felix Antônio Clemente Malcher, que se fez aclamar mais tarde — às 11 horas do mesmo dia 7, presidente da província pela mesma plebe avinhada

e selvagem que, arrastando para a *Casa das Canoas* os cadáveres de Lobo de Souza e de Santiago, ficara diante deles durante sete horas a cuspir infâmias e a escarnecê-los torpemente.

Ia começar o período lutulento que na história do Pará ficou escrito e conhecido como — o tempo da cabanagem.

CAPÍTULO VII

Do começo da luta da chamada cabanagem até a posse do Marechal Manoel Jorge

Depondo em conselho de investigação a 25 de Julho de 1835 sobre os fatos de Janeiro do mesmo ano ao relatar a aclamação de Malcher, teve o 1.º Tenente da Armada Joaquim Manoel de Oliveira Figueiredo esta frase incisiva e vibrante: "soou no quartel a notícia de que Malcher era o escolhido pelo povo e tropa (*nomes que nestas últimas crises no Pará significam criminosos com armas na mão*). Desgraçadamente nestas últimas palavras do altivo e intemerato marinheiro nenhum exagero há; quer antes, quer depois dos fatos que tão criteriosamente julgou, povo e soldados se confundiam e se conjugavam nos mais nefandos atentados à ordem e à propriedade. O espírito de classe e o sentimento de sua especial destinação patriótica haviam desaparecido da tropa para dar lugar a um individualismo indecoroso, ajudado sobre tudo pela politicagem partidária e pessoal.

Fruto de um movimento antipático pelo cortejo das crueldades que o cancelaram, o governo de Malcher não conseguiu, pela própria natureza pessoal de seu maior representante, desarraigar de si o virus que deveria tambem consumí-lo.

Cedo começaram as suas discórdias com Francisco Pedro Vinagre e com Eduardo Nogueira Angelim, chefes faccionários que, além dos de sua família, contavam com vivas simpatias entre os elementos militares e populares. De vez em vez a cólera do presidente explodia contra o comandante das armas, mas amigos de ambos punham-se de permeio para conseguir uma conciliação tão caricata quanto aparente. Desconfiado, Malcher cuidou de estabelecer núcleos para sua defesa; retirou as tropas de artilharia e in-

fantaria que puzera a princípio em palácio e no Convento do Carmo e concentrou-as no forte do Castelo. Sentindo-se forte, manda a 19 de Fevereiro, pela manhã, sem conhecimento do comandante das armas Francisco Vinagre, prender Angelim e cercar com força de linha a casa do conselheiro Camecran.

Foi isto a fagulha inicial do incêndio; desconsiderado no exercício de suas funções, Vinagre recolhe-se ao quartel da tropa da linha, toca a rebate, reune os poucos soldados que acudiram, leva-os sob seu comando ao quartel das Mercês que era como que o arsenal, encontra-o fechado, mas consegue que o almoxarife 1.° Tenente de artilharia José Antônio Lopes lhe abra as portas, municia sua gente, artilha sua posição com quatro canhões tambem municiados, recebe o apoio dos 200 homens comandados pelo Capitão Francisco de Macedo e dos grupos dirigidos por Antônio Vinagre e outros chefetes. Por sua vez, Malcher sabendo de quanto era capaz seu companheiro de sedição, fortifica-se no forte do Castelo; reune aí permanentes, guardas-nacionais, os elementos populares que lhe eram simpáticos e as guarnições dos navios de guerra (oficiais e marinheiros). Toma a ofensiva da ação, mandando uma coluna de 300 homens, sob o comando de um ajudante de ordens, Alferes João Pedro Gonçalves Campos, atacar Vinagre, apoiando-a com patrulhas de menor efetivo. Às 11 horas da manhã, Vinagre avista a vanguarda da tropa que o vem combater; estende seus comandados deitados na escarpa de uma rampa da praça e com dizimadora descarga recebe os atacantes, enquanto sua artilharia metralha o grosso da força adversária. Batido ao primeiro golpe, Campos recúa e inicia a retirada, mas Vinagre persegue-o tenazmente, sem lhe dar quartel, conseguindo, às 3 horas, tê-lo encurralado no Castelo, pela ocupação que faz dos edifícios do Seminário episcopal e casas fronteiras ao hospital que ficam contíguos ao Forte, deixando-lhe como única saida o rio. Cercado inteiramente e sob o domínio do fogo que lhe faziam dos edifícios visinhos, Malcher retira-se na noite de 19 para bordo da esquadra, deixando a posição sob o comando do 1.° Tenente da Marinha Maximiano da Costa Cabedo. Livre do alcance do fogo de terra, o famigerado presidente, após

mandar para o Castelo marinheiros de guerra e mercantes, não sentiu escrúpulos de bombardear sua terra e manda que os canhões da marinha atirem sobre o Arsenal, palácio do Bispo e Seminário, causando grandes estragos e fazendo muitas vítimas. Esta crueldade a mais de Malcher, ao envés de aumentar o número de seus soldados, deu em resultado uma completa deserção, indo muitos dos profugos se alistarem nas fileiras de Vinagre. Perdidos, tentam os partidários do presidente, por meio de Eduardo Angelim, negociar a paz, mas quando assinavam a ata das negociações, sem se poder precisar quem quebrara o armistício, recomeçaram as hostilidades, delas se aproveitando Vinagre com sua gente para tomar a ferro e fogo as posições de seus adversários no Castelo, no Hospital e no Colégio, escapando com vida os que se lançaram ao rio e sendo um dos primeiros a morrer o comandante Cabedo.

Vitorioso, foi Vinagre aclamado presidente da província e comandante das armas a 21 de Fevereiro, sendo um dos seus primeiros atos a prisão de Malcher, entregue aos seus inimigos pelo 1.° Tenente José Eduardo Wandenkolk, aquele mesmo oficial que foi o seu mentor e na opinião de muitos, o mais autorisado inspirador de seus atos. Ao ser transportado para a fortaleza da Barra, Malcher é assassinado por Quintiliano Barboza, que de uma canoa onde o esperava em frente a Penacova, dá-lhe certeiro tiro no coração, vindo seu cadaver para a Ponte de Pedra, onde sofreu a expiação de sua indiferença ou de sua participação no selvagem desrespeito aos restos mortais do infortunado Lobo de Souza.

Não era lícito esperar de Vinagre ação governamental diferente da que ele teve. Subindo pelos ombros de uma multidão de baixa intelectualidade, sedenta de vinganças pessoais de que seu irmão Antônio era o máximo expoente, natural foi que todos os seus esforços e toda a sua grande energia, que era realmente digna de elogios, resultassem improfícuos no afan de restabelecer a ordem, fazer respeitar a autoridade e firmar novos destinos à administração. Fortificou o Castelo, dando a esse seu irmão o comando respectivo; guarneceu o trem com guardas nacionais, pon-

do-o sob às ordens do Major Pedro Figueiredo, tenente dos bombeiros e um dos seus cabos de guerra no combate da praça das Mercês; reorganisou em 3 companhias os permanentes criados em 1831 para elevar a 300 o número de suas praças, sendo dez sargentos, dos quais um quartel-mestre, três furriéis e dezoito cabos com seis oficiais, dois, portanto, por companhia. Deu os primeiros postos de comando dessas companhias a Angelim, Manoel Paraense e a seu irmão Raimundo Vinagre e conferiu o comando em segundo a Geraldo e Manoel, irmãos de Angelim, e a Francisco Xavier Gomes do Amaral; temendo as reações naturais aos seus atos, mandou proceder ao desarmamento da tropa de linha e dos populares e lançou proclamações, explicando sua conduta. Com a eleição em 7 de Abril dos deputados provinciais, entre os quais obteve o primeiro lugar o doutor Ângelo Custódio Corrêa, readquirira o Pará meio seguro de obter um governo legal, pois que — ao mais votado — como fôra o ilustre cametaense, deveria caber a presidência da província. Para este desígnio veiu-lhe em ajuda o senador Costa Ferreira, presidente do Maranhão. Sabedor do que se passava no Pará, o senador Costa Ferreira incumbiu ao Capitão-Tenente Pedro da Cunha de, na fragata "Imperartiz", auxiliada por dois navios de menor porte, entre os quais o brigue "Constança", ir auxiliar o restabelecimento da ordem e a instalação de um governo regular na sua terra adotiva.

Fazendo-se de vela a 12, chegava a esquadrilha a 17 de Abril em Belem, onde a esperavam ansiosamente os partidários do governo legal e com sérias desconfianças o presidente Vinagre e seus apaniguados. Estes, receiosos de que um governo regular lhes viesse tomar contas de seus crimes, já se haviam preparado para a reação, figurando entre as medidas tentadas pôr em prática o desarmamento da "Defensora" e a substituição de todos os comandantes das náos de guerra surtas no porto que lhes não mereciam confiança. Opuzeram-se-lhe por ato de cunho oficial as tripulações dos mesmos navios, cujos oficiais a 31 de Março expressaram de bordo da "Defensora" seus protestos contra tal infamante medida ao Capitão de Mar e Guerra Guilherme Cipriano Ribeiro, inspetor do Arsenal de Marinha.

Francisco Pedro Vinagre — 2.º Presidente Cabano

Ao fundear, pois, Pedro da Cunha na capital de sua terra, contava já com o apoio integral dos seus camaradas da armada, com quem entrou logo em entendimento para conhecer-lhes os recursos bélicos. Prescrutando o estado da população exacerbada pela presença de sua força, o íntegro e decidido marinheiro manteve sempre sua frota em linha de combate nesta ordem "Imperatriz", "Defensora", "Bela Maria", "Cacique", "Independência" e "Mundurucús" e de prontidão forças para desembarque. Sentindo que Vinagre em aparência pelo menos concordava em entregar a presidência ao Dr. Ângelo Custódio, Pedro da Cunha manda buscá-lo em Cametá a bordo do "Mundurucús", mas previne-se contra as possíveis ciladas dos facciosos e envia, após aquele hiate, a barca "Independência", um lanchão artilhado e finalmente no dia 7 de Maio duas lanchas, sendo uma sob o comando do Tenente Elisiário Antônio dos Santos para aguardá-lo em Jaguararí. Manda 100 armas para Cametá, cuja câmara municipal se declarara revel ao governo de Vinagre e 30 para Igarapé-mirí e recebe a bordo contingentes de pessoal vindos de Bujarú, Abaeté e Acará.

Repelindo com força de comando do Tenente Elisiário na noite de 8 um ataque de lanchas artilhadas e canôas de Vinagre e Angelim, em Burajuba a menos de uma légua de Belém, o presidente Ângelo Custódio entrava a bordo da fragata "Imperatriz" às duas horas da manhã do dia 8 de Maio. A esse tempo eram já conhecidas as providências de Vinagre para se opôr à posse do Dr. Ângelo Custódio; reforçara os pontos fortificados do litoral, estabelecera forte patrulhamento nos trechos do terreno que os separavam e levantara o espírito faccioso da gentalha amiga com as suas proclamações. Pedro da Cunha, exasperado com tanta perfídia e pressuroso de dar termo a tão angustiosa situação, não deu ouvidos às prudentes ponderações do Tenente-Coronel João Henriques de Matos, que lhe demonstrou quão preferivel era estabelecer bloqueio regular às forças de terra, e resolveu o desembarque à viva força para a conquista da capital. A 12, a provocação das forças do Castelo contra a "Imperatriz" com tiros de canhão e de fuzil, apressou o bombardeio da esquadra aos pontos fortificados e mesmo sobre algumas casas do litoral, bombardeio que du-

rou duas horas, que arrazou o forte de São Pedro Nolasco e que só cessou quando o fogo das baterias de terra declinou tambem.

Era o momento azado para o desembarque: em pouco mais de meia hora, de bordo do brigue "Constança", sob o comando do Major João Roberto Aires Carneiro, em escaleres e canoas saltavam na ponte da Alfândega quatro divisões dirigidas pelos Tenentes da Armada Elisiário e Fernando Veiga. Enquanto duas enfrentavam os facciosos do Trem, atacando-os pelo Largo das Mercês, as outras duas avançavam sobre os do largo de Santo Antônio. Sem nenhuma ligação com o comandante em chefe, que se deixou ficar estabilisado na praia com o grosso da força, ambas as colunas conseguiram seus objetivos, isto é, bater sob nutrido fogo de fuzil e granadas de mão as colunas inimigas que se lhe opuzeram no largo das Mercês, na travessa de São Mateus, comandada por Eduardo Angelim, no largo de Santo Antônio e na rua da Praia, tomando-lhes duas peças de calibre 3 e uma de calibre 4. A mortandade foi, porém, grande e não só porque os recursos em homens dos de terra, eram-lhes superior de quasi seis centenas, como porque a incapacidade do chefe da expedição as deixou abandonadas e com as fileiras rarefeitas, as quatro colunas não puderam aproveitar tão cruenta vitória, vendo-se obrigadas ante a força inimiga refeita e reforçada, a embarcar apressadamente, se bem que, muito depois ainda, de muitos covardes companheiros de jornada, salvando-se alguns a nado para bordo dos navios estrangeiros surtos no porto, e morrendo outros fuzilados em plena rua como aconteceu ao Major graduado do exército Antônio Ferreira Barreto. O triunfo das forças de Vinagre insinuou-lhe a continuação do bombardeio à esquadra, e sofrendo muito com ela a fragata "Imperatriz", mandou-a o presidente levantar ferros e ancorar em frente ao Una, destacando para proteger a vila de Cametá a escuna "Bela Maria". Depois de curar os feridos e doentes de sua esquadra na enfermaria que fez crear na ilha de Tatuoca, sob o guarda do brigue "Cacique", Pedro da Cunha, cuja posição era já insustentavel, foi aguardar na baía de Santo Antônio a 16 de Maio novas ordens do presidente Custódio que retirara para Cametá,

onde a capacidade militar do Padre Prudêncio das Mercês organisara a reação como se fôra um general. Foi nessa baía que o encontrou a 19 de Junho, o Marechal Manoel Jorge Rodrigues, presidente nomeado pela regência e que conduzido pela fragata "Campista", vinha acompanhado de uma ala apenas do batalhão de caçadores do Maranhão que lhe cedera o governador da mesma província.

CAPÍTULO VIII

Do governo do Marechal Manoel Jorge até a nomeação do General Andréa

Não é possivel julgar com justiça a ação do velho Marechal Manoel Jorge sem esboçar os traços gerais do cenário em que ela se deveu desenvolver. A província agitava-se convulsionada da capital ao sertão; os espíritos dividiam-se por preconceitos de raça e de religião, e a própria nomeação do marechal classificada de *portuguesada* dera azo aos facciosos para excitar tambem o ódio ao colonisador. Nas mãos criminosas da populaça a que empolgara uma demagogia feroz, andavam as três mil armas (canhões de campanha inclusive) saidas do Trem desde 1833 e que a ele não tinham voltado jamais.

Trazendo comsigo apenas meio batalhão de caçadores, aquí encontrara somente doentes, física e moralmente, 17 soldados do 5.° corpo de artilharia, 45 do 4.° e 18 do 5.° batalhões de caçadores e uma força naval que mal chegava para guarnecer os próprios navios. Era essa a gente que ainda combalida pela indisciplina reinante haveria de manter e prestigiar a alta autoridade tanta vez e tão recentemente ainda desrespeitada pela turba-multa ébria e sanguisedenta.

O Marechal Manoel Jorge temeu, não como soem temer os pusilânimes que se agarram a vida egoisticamente, mas como pode temer um soldado que se vê sem recursos para assegurar com eficiência o prestígio de sua autoridade, de sua classe e de suas tradições de intemerata bravura. Não se concebe que o velho o heróico batalhador da campanha da Península, que o brigadeiro dos exércitos nacionais e imperiais que, intimado a render-se aos 6 navios e 107 canhões de W. Brown, lhe respondera que a *sorte das*

armas é que decide a sorte das praças, se fosse acovardar ante Vinagre e seus faccionários. Agindo com cautela pelos elementos de resistência que poderia opôr, fê-lo como todo chefe refletido o faria.

Assumindo a presidência, porém, de fato, teve de reprimir a anarquia, fazendo prender Francisco Vinagre e Leal Aranha que a promoviam abertamente, substituidos nesse mistér por Antônio Vinagre e E. Angelim, que se correspondendo com os revoltosos do interior da província, preparavam a invasão da capital. Contando-a como certa, o Marechal Manoel Jorge solicitou socorros ao Rio, ao Maranhão, ao Ceará, e a Pernambuco apelando até para os navios de guerra estrangeiros, mas de nenhuma parte o acudiram no momento preciso. Entregue aos seus próprios recursos, começou a sistematisá-los na defesa. Melhorou as condições de resistência do Trem, transferindo para lá o corpo de artilharia que aquartelara em Palácio; fortificou o seminário e hospital militar no largo da Sé para garantir o Castelo dos tiros que desses edifícios o pudessem atingir; ergueu trincheiras na retaguarda de Palácio e abriu-lhes seteiras para cobrir melhor os atiradores, dobrou as rondas e patrulhas da cidade, e estabeleceu desde logo que em caso de ataque seriam guarnecidos tambem o Arsenal de Marinha e o forte de Santo Antônio, e que um navio de guerra iria guardar permanentemente a foz do Acará em frente ao ponto da passagem obrigatória dos sediciosos. Estes, reunidos a esse tempo na fazenda Itabocas, do Rio Mojú, no total aproximado de 2.500 homens, muitos dos quais desarmados, assentaram atingir a cidade, por água, desembarcando em Murutucú e nela penetrando divididos em três colunas. A primeira — a mais forte — comandaria Antônio Vinagre para tomar o Trem (Arsenal de Guerra) e todos os pontos fortificados do bairro da Campina; a segunda, às ordens de Eduardo Angelim, o palácio do presidente; a terceira, que era a mais fraca, o Arsenal de Marinha e as fortalezas do do bairro da cidade. Se bem que sem conhecimentos táticos das armas, compunham-se as colunas de Vinagre de gente sóbria na alimentação, simples nos vestuários, em grande parte experimentada já em combates anteriores, valente e decidida, servindo as reservas que marchavam desarmadas

Eduardo Nogueira Angelim — 3.º Governador Cabano

na retaguarda das colunas para preencher os claros abertos pelos que caissem com as armas na mão.

Sem que fossem pressentidos pelos navios de guerra, os facciosos realisaram tal qual seu plano de operações, na madrugada de 14 de Agosto de 1835. Sabendo por um morador de Murutucú dos movimentos do inimigo, o Marechal mandou que seu filho Capitão Jerônimo Herculano Rodrigues e Tenente José Luz de Faria, à frente de duzentos homens de artilharia e caçadores com duas peças, os fossem atacar no arraial de Nazareth. As primeiras sentinelas sediciosas foram denunciadas no largo da Memória e os tiros trocados puzeram em alerta o grosso das força. Varrendo o arraial com os seus canhões, o contingente legal ao chegar dentro do alcance dos fuzis dos sediciosos recebeu cerradas e repetidas descargas que o fizeram recuar.

Percebendo a retirada, Angelim, enquanto perseguia de frente a força legal, mandava que duas colunas suas, uma pela estrada de São Jerônimo, outra pela do Cemitério, atacando-a pelos flancos, cortassem-lhe a retaguarda no mesmo largo da Memória onde se houvera dado o primeiro choque. A coluna legal, porém, retirou-se na melhor ordem sem se deixar envolver, e um segundo piquete saido de palácio, ainda veio auxiliá-la a voltar ao quartel alí instalado. Angelim não cessou a perseguição e veio até quasi aquele edifício, mas recebendo uma descarga que prostrou muitos dos seus soldados, e temendo os ataques pela retaguarda da tropa que se achava na praça do quartel de artilharia (hoje Saldanha Marinho), recuou até à travessa São Mateus, entrou naquela praça, e sob um denso e ininterrupto tiroteio investiu-a e tomou de assalto a caserna de artilharia, fugindo a tropa que a guarnecia pela rua de São João para o palácio do governo.

A coluna de Gavião não encontrou resistência no Arsenal de Marinha, tomou-o; marchou para o convento do Carmo, batendo a força alí reunida e a que para lá recuara do mesmo arsenal, dispersando-a totalmente. À coluna de Vinagre, como general em chefe dos sediciosos deveria caber, como coube, o objetivo principal a tomada do Trem de artilharia ou Arsenal de Guerra.

O diretor do arsenal Capitão de artilharia Joaquim Rodrigues de Andrade enfrentou-o com admiravel galhardia, conseguindo com uma resistência verdadeiramente heroica fazer-lhe pagar caro a audácia. Tendo dentro do arsenal 30 praças sob o comando do Tenente João Castro da Gama e cerca de 50 moradores das circunsvisinhanças o Capitão Andrade fez encher de areia todas as mochilas inutilisadas e organisou-as em trincheiras para as janelas; adquiriu víveres para resistir a um longo assédio, estabeleceu por água comunicação com a fragata "Imperatriz", fundeada em frente ao Trem, e deu a cada fração de sua força uma missão determinada na luta. Antônio Vinagre ao observar o Trem, para melhor distribuir sua força atacante, recebeu de uma casa na esquina da praça das Mercês traiçoeiro tiro, que o prostrou exânime. Tal alvoroço causou sua morte entre os facciosos, que se não chega a cavalo Eduardo Angelim — seu substituto eleito — não conseguiria evitar a desvairada debandada de grande número que já fugia pela estrada de Nazareth. Regressando ao centro das operações, Angelim gastou a noite de 14 para 15 em ocupar casas dos largos das Mercês e de Palácio para atacar melhor o Trem e a residência do presidente. O marechal não desfaleceu ante o mau êxito de suas colunas; ordenou a retomada do quartel de artilharia, perdendo seu filho nessa ação, mas levando-a a bom êxito, e ao amanhecer de 15 mandou o Tenente-Coronel João Henrique de Matos atacar as casas ocupadas pelo inimigo. Se bem que conseguisse fazê-lo em sua maior parte, as casas por não terem as forças legais gente para guarnecê-las bem, eram de novo retomadas pelos sediciosos, que assim apoiados davam consecutivos ataques a palácio. Tentando bater a coluna de Gavião no Convento do Carmo, sentiu-se o Tenente Coronel Matos atacado pela retaguarda pela coluna de Angelim, mas conseguiu recuar sobre o palácio do governo sem grandes perdas.

Dono absoluto da rua, conhecendo admiravelmente, como sua gente, os meandros da cidade, Angelim escolheu os processos de guerrilha como os meios mais práticos e certos para vencer a pouca gente do governo.

Estabeleceu pela ocupação das casas próximas e pelas comunicações interiores que entre elas abriu, a coberto,

portanto, de fogo inimigo, um cerco cada vez mais apertado às posições restantes em mãos das forças legais, e dia a dia o foi apertando, constringindo cada vez mais o perímetro dentro do qual se moviam as autoridades constituidas. Nos pontos mais adequados manteve núcleos fortes de sediciosos, bem comandados e melhor armados para fazer sortidas contra os adversários e contra-atacar as destes, e reservou o que havia de mais decidido e apaixonado nas suas hostes para o ataque ao Trem. Enfrentaram-se nessa dificil posição o caudilho destemeroso e o soldado competente e bravo, vencendo este com um terço apenas de militares profissionais dotados das armas regulamentares a onda informe e quinze vezes maior dos facciosos de Angelim. Às 5 horas da tarde de 15 esse chefe dispoz sua gente para a luta; dividiu-a em duas grandes colunas uma para levar o ataque pela praça das Mercês, guardando-se do inimigo que pelas ruas de Santo Antônio e dos Mercadores (João Alfredo) viessem socorrer o Trem e outra que se estendeu pela rua da Indústria. A esta é que foi dada a incumbência de iniciar a ação por uma fuzilaria tremenda e audaz; mas a reação da guarnição do Trem a fuzil e a granadas de mãos lançadas das janelas espalhou a dor e a morte de uma maneira desoladora para os sediciosos. Não se lhes quebrantou a coragem, porém; auxiliados por companheiros que subindo às casas visinhas de lá fuzilavam os soldados legais, voltaram com fúria ao ataque, armados de alavancas, machados e armas de golpe para abrir brecha no portão do edifício, agindo com ondas sucessivas de homens a que a paixão e o sangue enchiam de verdadeira inconsciência. Apesar da guarnição continuar a dizimá-los pavorosamente, às 7 horas da noite conseguiram abrir a brecha desejada. Outro portão mais forte, porém, os impedia de conseguir seu objetivo; o gênio do comandante Rodrigues de Andrade tudo tinha previsto. Aproveitando-se da desvairada alegria dos atacantes ao penetrarem no páteo, a guarnição despejou sobre eles uma chuva de granadas de mão que lhe abriu nas fileiras incontáveis claros.

Por cinco vezes mais, com fúria e ódio crescentes, as hostes tapuias de Angelim se arrojaram à conquista do Trem, mas por outras tantas vezes foram repelidas com perdas

enormes pela defesa heroica, sistemática e cuidadosamente organisada pelo seu intrépido e valoroso comandante, duas vezes ferido nos ataques que repeliu. O Marechal Manoel Jorge não desconhecia sua verdadeira situação ao nono dia da entrada dos rebeldes na capital; a precariedade de suas condições era cada vez mais apavorante. Senhor apenas do Castelo, Arsenal de Marinha, Seminário e Palácio com guarnições já muito rarefeitas, vendo a cidade entregue à anarquia e às portas da tremenda calamidade da fome pela falta de gêneros alimentícios, desamparado da esquadra que no bombardeio feito à cidade mais danosa lhe fôra que ao inimigo, e que já não desembarcava mais seus marinheiros, e dos quinhentos *voluntários* que desertaram em levas numerosas, ao respeitavel veterano de tantas batalhas ilustres cabia não o direito, mas o dever de ao menos se não deixar aprisionar e de acolher nos navios da marinha imperial todo o povo que pudesse lá caber, fugindo assim à cólera insana e ao desenfreio das paixões desordenadas das coluna de Angelim. Reunidos na noite de 22 de Agosto em palácio, Taylor, comandante da esquadrilha, Manson, comandante da "Campista", os Tenentes-Coronéis, Brito Inglês, oficial às ordens e D'Elvas Portugal, comandante dos voluntários, e Major Carneiro Junqueira, comandante do 4.º de caçadores, sob a presidência do Marechal, foi resolvido que o presidente transferisse com sua pessoa a séde do governo para bordo da "Campista", que as tropas restantes fossem embarcadas para os demais navios, que o cartuchame fosse inutilizado e as bocas de fogo escravadas. Tudo se realizou como se delineara, às 2 horas da madrugada, sendo os defensores do Trem de tudo inteirados pelos sinais da esquadra, embarcando-se grande número de famílias e de cidadãos para bordo da "Campista", "Imperatriz", "Regeneração", "Defensora", "Cacique", "Rio da Prata", "Bela Maria", "Patagônia", que foram ancorar na baía de Santo Antônio, deixando apenas a "Imperatriz" para vigilar a fortaleza.

Estabelecido o governo da província a bordo da "Campista", cedo viu o Marechal que não era possivel a permanência da tropa e do povo a bordo das naus de guerra;

facilitou a esse passagens para o interior e para fora do Estado e desembarcou aquela na ilha de Tatuoca. Comprou 1.000 armas e 10.000 libras de pólvora, requisitou ao governo da regência 2.500 homens, peças de campanha e pelo menos 18 embarcações de pequeno calado para a navegação dos rios. Vencida a legalidade na capital os rebeldes de Angelim dele irradiaram para Vigia, Acará, Mojú, Abaeté, Macapá e outros pontos do interior, onde lhes convinha atear o incêndio da sedição. A Itacuan, à margem do rio Arari, Igarapé-mirí, e diversas localidades das proximidades da capital que se tornaram centros do movimento anárquico que dominara Belém, teve o Marechal Manoel Jorge de enviar forças que infelizmente eram batidas pela pusilanimidade dos que a compunham. E como não conseguisse aniquilá-los, tratou de evitar que viessem de novo para a cidade ou dela saissem, bloqueando-os com uma esquadrilha de lanchões e canoas, cuja capitânea era a corveta "Defensora".

Nesta angustiosa situação foi que o vieram encontrar na ilha de Tatuoca a 15 de Dezembro as primeiras forças legais que lhe enviara o governo central embarcadas no brigue de guerra "Pirajá" e paquete "Contança" e mais três navios mercantes, conduzindo víveres, dinheiro, petrechos bélicos e fardamento sob a guarda de Luiz Inácio Ribeiro Roma.

Aquartelando as forças chegadas, na ilha de Cutijuba, o Marechal Manoel Jorge demonstrou que lhe não haviam faltado nunca nem iniciativa nem coragem, mas sim meios para reprimir a rebelião de Angelim e seus sectários. Debandou-os com uma expedição de 100 homens no *Mosqueiro* onde faziam fogo de canhão aos navios que passavam, atacou-os no dia seguinte com o 2.° de caçadores do comando do Major Manoel Luiz Tavares, e sob a proteção das naus de guerra "Independência" e "Brasília", acompanhadas de lanchas e canoas no *Chapéu Virado;* a 6 de Fevereiro enviou para Vigia o 1.° batalhão de caçadores sob o comando do Major Francisco Sérgio de Oliveira, com 200 praças nos navios "Rio da Prata", "Bela Maria" e "Jaguararí", restabelecer o regime legal, conseguindo a 10 dominar a vila e em

poucos dias mais Porto Salvo, Penhalonga, Veríssimo, Maurícia, Colares, São Caetano, Curuçá e Cintra. Em meio a sua agora proveitosa atividade surpreendeu-o a demissão dos cargos que aceitara com sacrifício de sua alta patente, pondo em jogo até o brilho de seu nome e a sua reputação de soldado, sendo substituido nelas pelo Brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andréa, que chegou a Tatuoca a 9 de Abril de 1836.

Ao encerrar este capítulo não posso fazê-lo sem prestar devida homenagem ao patriotismo intemerato de Francisco Pedro Vinagre e de Eduardo Angelim em dois lances dificeis de seus governos, que mesmo dentro da anarquia que os alimentava e mantinha, não deixaram que os franceses da força naval de Caiena e que os ingleses dos navios de Strong, estes em Março de 1836 e aqueles, um ano antes precisamente, nos exigissem em tom insolente e audaz satisfações que não lhes devíamos. O comandante da força naval francesa, reclamando contra o cerco e busca dados no consulado de sua nação sob o governo de Malcher exigia que "sem perda de tempo fosse armado o pavilhão francês no mastro da principal fortaleza da capital onde se costumava içar a bandeira brasileira e que aí tremulasse por tanto tempo quanto levasse a ser saudada por uma salva real de 21 tiros dados pelos canhões da mesma fortaleza, *exigência que faria valer em presença de quarenta canhões que se achavam de morrões acesos*. O comandante da "Belvedere", para vingar os atos de pirataria cometidos em Salinas no mercante inglês "Clio" por facciosos de Angelim, exigia por sua vez que "a bandeira inglesa fosse arvorada em todas as fortalezas da cidade, *estando por baixo a brasileira, saudada* com 21 tiros, sendo entregues à justiça inglesa os criminosos".

O destemido Angelim respondeu aos ingleses como o denodado Vinagre contestara antes aos franceses — isto é — negando-se terminantemente a dar tão covardes satisfações que aviltariam a nossa bandeira e a nossa Pátria e dizendo-lhes que aos criminosos — governo e sediciosos, num e noutro caso, já os punira o povo, depondo e eliminando Malcher e prendendo os saqueadores de Salinas dentro das

leis do país, que as possuia para punir seus criminosos sem auxílio da justiça inglesa.

Quaisquer que tenham sido os crimes desses dois chefes rebeldes, esses atos de enérgico patriotismo praticados em circunstâncias excepcionais da vida do povo paraense, não podem ficar sem o destaque de uma menção tão honrosa para suas memórias, quanto consoladora e grata para o nosso coração de brasileiros!

CAPÍTULO IX

A ação militar do General Andréa e a asfixia da desordem cabana

A 19 de Abril de 1836 chegava à Tatuoca o novo presidente e comandante das armas General Andréa. Comboiava o navio que o conduziu uma esquadrilha de navios afeiçoados à navegação dos rios da Amazônia composta de patachos "Januária", brigue "Brasileiro", brigue-escuna "2 de Março", escunas "Fluminense", "Pelotas", "Porto Alegre" e "Rio Grandense", comandadas pelo 1.º Tenente J. Manoel da Costa, Capitão-Tenente Agnelo Petra de Bittencourt, Primeiros Tenentes Manoel Francisco da Costa Pereira, Francisco Osório, Francisco dos Santos, Manoel Vieira e Fernando de Lima, sob a chefia do Capitão de Fragata Frederico Mariath, nomeado para substituir Taylor na divisão naval. Acompanhavam o novo presidente para o auxiliarem na sua árdua missão os oficiais do exército Capitão Francisco Antônio Bittencourt e 1.º Tenente Joaquim Vitorino Cabral, de artilharia; Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha Baiano, de infantaria; Capitão João Antônio Tota de Carvalho e Tenentes José Soares de Andréa e Albino dos Santos Pereira, de engenharia. Nos próprios navios de guerra e distribuidos ainda pelos navios mercantes que carregavam víveres, petrechos bélicos e demais efeitos militares, procediam do Rio e da Baía, colhidos nas próprias prisões dessas províncias quatrocentos recrutas destinados às forças do exército.

Assumindo suas funções no mesmo dia, Andréa desembarcou todas as forças em Tatuoca, mandando em seguida explorar a ilha de Uarapiranga pelo Major Luiz de Souza e força de um batalhão, ilha que por estar à maior proximidade da capital escolheu para seu quartel-general. Intensificou de maneira severíssima a instrução de seus recru-

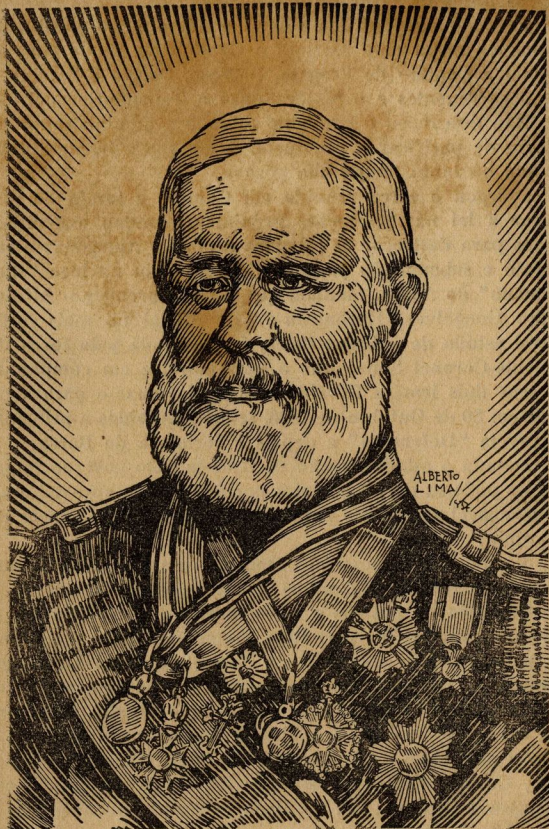
Capitão de Fragata Frederico Mariath

tas, dando-lhes tempo apenas para repousar e fazer refeições, não consentindo em caso algum que tivesse ingresso na ilha pessoa que levasse aos sediciosos notícias ao menos aproximada de seus recursos militares.. Começou suas operações por bater os facciosos nos pontos em que mais perto da capital se haviam fortificado. Barroso, comandando o "Brasileiro", Felipe Leal a "Leal Cametaense", o Capitão João Francisco de Melo 100 homens do 2.° de caçadores de Pernambuco, o Tenente João Luiz de Castro Gama cerca de cincoenta do 5.°, tambem de caçadores, batem os sediciosos de Igarapé-mirí, fazendo 43 mortos e 151 prisioneiros, dos quais apenas 50 combatentes. A 25 de Abril o 1.° Tenente Luiz Salvino, comandante da escuna "D. Francisca", destroça os de Vizeu e os atira para Ourem e para o Guamá em debandada, e poucos dias mais a divisão constituida do "Fluminense", "19 de Outubro" e "Porto Alegre" do comando do 1.° Tenente Paulo Osório expele os revoltosos do Capim e do Guajará, pondo-os fora do "Bom Intento", "Pernambuco", "São Domingos", "Tapicurú" e "Trafaria", situações em que se haviam fixado para acumular recursos bélicos.

Angelim sentiu por esses golpes e pela indisciplina com que sua gente se entregava a mais desbragada anarquia, que lhe fugia das mãos a autoridade, não mais respeitada e acatada como outr'óra. Necessário era, pois, entrar em relações com o General Andréa e para isso veio servir-lhe a simpática mediação do bondoso Bispo Dom Romualdo. Começou pedindo para os seus ao novo presidente uma lei de anistia que lhes apagasse os grandes erros e desatinos, medida que recusou Andréa tomar, por ser de exclusiva competência da Assembléia Geral. Em seguida, solicitou que o novo governo fosse o intermediário do pedido que dela faria à mesma assembléia, mas enquanto a esperavam, fosse aceita pela autoridade legal uma suspensão de hostilidades. A astúcia avisada do presidente aceitou a primeira parte do pedido, mas recusou a última, sob o aliás justo pretexto de que armistício cabe só na guerra entre nações e não entre partidos empenhados em lutas civís. Não desanimou o chefe dos faccionários com a resposta, e replicou ao velho general com veemência e energia, exigindo que o deixasse

embarcar-se com seus asseclas, ainda de armas na mão, para o Amazonas onde aguardaria a anistia desejada. Andréa, não só lhe negou tal permissão, mesmo quando Angelim ameaçou incendiar a cidade se o não atendessem, como lhe indicou com aquela tão sua imperturbavel serenidade o lugar onde se devia recolher, sem novas ameaças à ordem e incentivos à rebelião — a fazenda Carnapijó. Receiando que os sediciosos o quizessem enganar, afastando-se para destino que não o que lhes marcara, o presidente bloqueia-os pelos rios Acará e Guamá com alguns dos seus brigues de guerra, o que leva Angelim a escrever-lhe um ofício de caricata energia, recusando obedecer-lhe, e Andréa a responder-lhe, suspendendo desde logo as negociações encetadas, de nada mais servindo mesmo a intervenção do Bispo Romualdo.

A 8 de Maio proclama Angelim a seus comandados a necessidade de abandonar Belém e lhes aponta como núcleos de resistência no interior da província os rios Capim, Guamá, Acará e Mojú, sendo que para o segundo deles é que seguiria, mesmo rompendo o bloqueio. Procurou escapar-se pela Pedreira, lugar que fortificara com canhões e tropa reforçada, mas sabida esta manobra pelo governo, não só a escuna "Rio da Prata", com dois outros navios que a auxiliaram, hostilisados pelos tiros dos sediciosos, contrabateram a posição com sua artilharia, como deram desembarque, pondo em debandada os rebeldes, que recolheram aniquilados à cidade. Descrentes por completo de mantê-la em suas mãos, os sediciosos com Angelim à frente a abandonaram em barcos e canôas, pelo Arsenal de Marinha, em busca de Guamá, mas surpreendidos na fuga, após oporem alguma resistência, destroçou-se o comboio naval ao fogo dos canhões da esquadrilha legal que o fez fugir, disseminados já, pelos furos e rios mais próximos, logrando o chefe dos faccionários atingir, devido a propícia ventania, o Acará, subindo-o e internando-se convenientemente.

Na própria noite e já ao romper a madrugada de 13 de Maio, a mando de Andréa, o Major de artilharia Joaquim José Luiz de Souza e o Capitão de Fragata F. Mariath, com as forças de Uarapiranga e marinheiros, prepararam-se para

Almirante Francisco Manoel Barroso
(Barão do Amazonas)

tomar conta da cidade abandonada, conseguindo-o às primeiras horas da tarde do mesmo dia.

Fazendo sua entrada oficial a 14, o novo presidente promoveu nessa data Mariath a Capitão de Mar e Guerra, Agnelo a Capitão de Fragata, Barroso, Osório e Salvino a Capitães-Tenentes e o Major Souza a Tenente-Coronel.

Não descançou o eminente soldado e administrador na missão de pacificar a província, dando-lhe a tranquilidade de que há tanto tempo não gozava.

Delegou à força reunida em Cametá a tarefa de restaurar a lei nas povoações próximas, mandou expedições várias para destroçar os rebeldes no baixo Amazonas e em Marajó e sabendo do paradeiro de Angelim no lago "Rio-Pequeno" do Acará, mandou que o fosse prender o Alferes Pedro Gonçalves. Encontrou-o esse oficial no mais lastimavel estado de pobreza física, ferido ainda pela força do Tenente-Coronel Souza que o perseguira, e em companhia de seus dois irmãos Geraldo e Manoel trouxe-o para a cidade em 30 de Outubro de 1836, sendo recolhidos a princípio à corveta "Defensora" e depois à fortaleza da Barra.

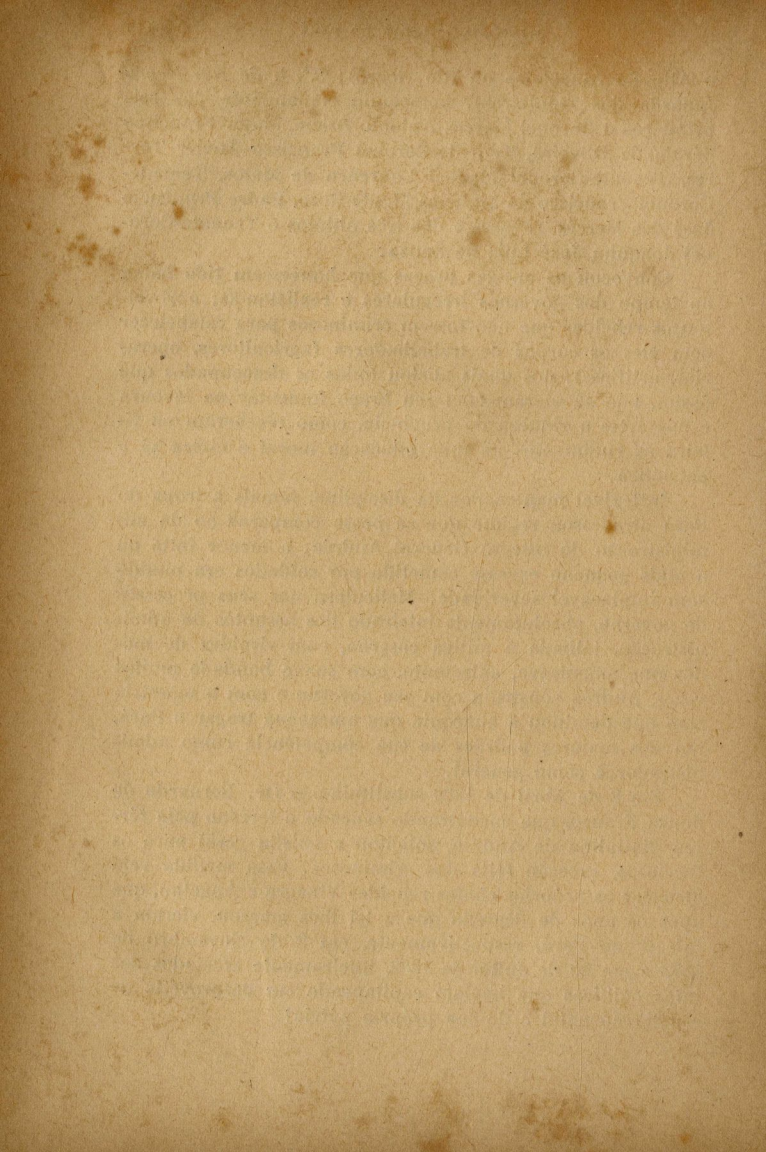
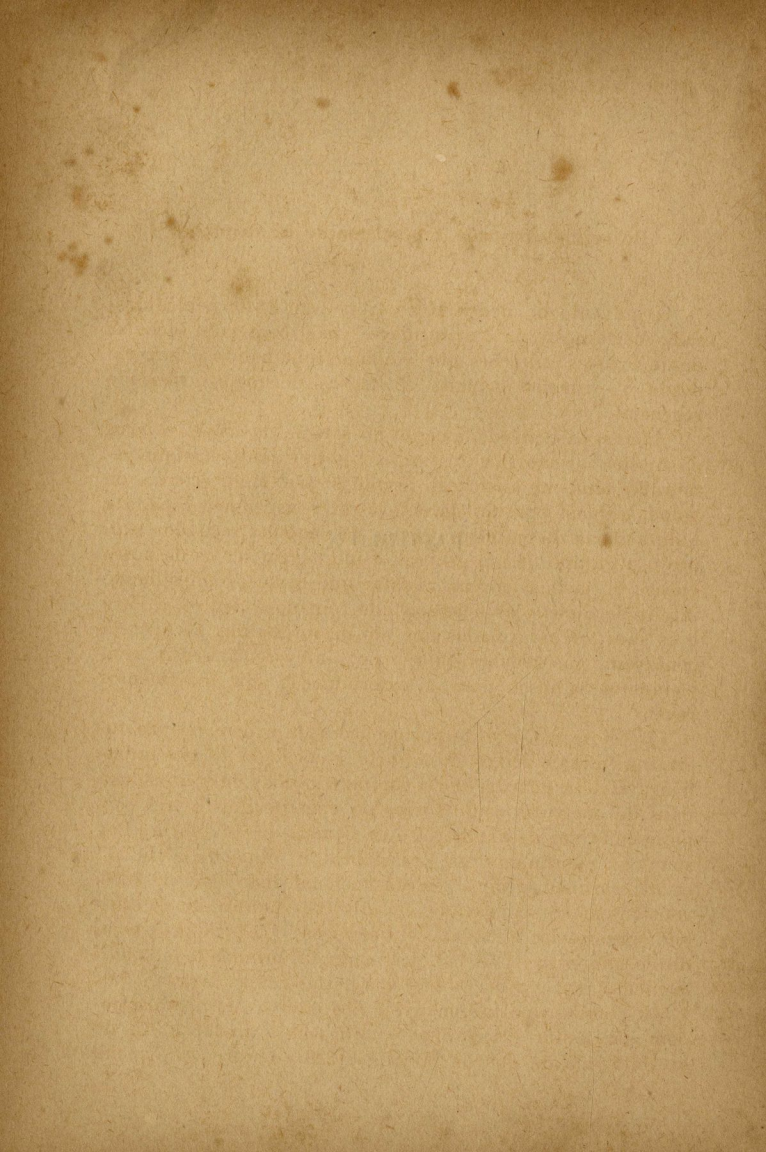
Dotada a administração de Andréa pelo governo imperial de poderes descricionários por seis meses, aproveitou-os o incançavel presidente para extirpar pela raiz o cancer da anarquia.

Verificando impossivel organisar com a celeridade que as circunstâncias exigiam os 3 batalhões de caçadores, o de artilharia da posição e o esquadrão de cavalaria que o governo imperial lhe permitira, creou na capital um corpo de policia sob o comando do Tenente-Coronel Domingos Simões da Cunha, em substituição aos permanentes; em Cachoeira um esquadrão de cavalaria e dividiu a província em nove comandos militares assim constituidos: 1.°, todo o município de *Belém;* 2.°, *de Vigia* (Colares, S. Caetano, Curuçá, Cintra e Salinas); 3.°, *de Bragança* (Vizeu, Turiassú e Ourém); 4.°, *de Marajó,* compreendendo toda a ilha; 5.°, *de Macapá* (toda a margem esquerda da foz do Amazonas até encontrar o 1.° comando); 6.°, *de Cametá* (Tocantins, Oeiras, Portel e Melgaço); 7.°, *de Porto de Moz* ou *Gurupá* (limitando com as de Macapá, Marajó, Cametá e Santarem); 8.°, *de Santarem* (limitando com o 7.° e com

o Alto do Amazonas ou Rio Negro); 9.º, o *de Rio Negro* (guarda das fronteiras), nomeando comandante dos seis primeiros o Coronel Marcos Antônio Brício, Major Francisco Sérgio de Oliveira, Tenente-Coronel Francisco Xavier Torres, Tenente-Coronel Manoel Lourenço de Matos, Tenente-Coronel Francisco de Siqueira Monte-Roso, Padre Prudêncio José das Mercês Tavares e dos três últimos o Tenente-Coronel Joaquim José Luiz de Souza.

Convocou as antigas praças que houvessem tido baixa ao tempo dos governos irregulares e realistou-as; aproveitou os rebeldes que não fossem criminosos para estabelecer com eles os corpos de trabalhadores (agricultores, operários, artífices), nos quais alistou todos os desocupados que assim, não só vieram com seu braço fomentar na lavoura e nas artes a riqueza da província, como receberam na fileira os rudimentos de uma educação moral e cívica sã e patriótica.

Inflexivel mantenedor da disciplina, jamais a tropa do Pará atravessou regime que se possa comparar ao da administração do íntegro General Andréa; a menor falta ou o mais pequeno excesso cometido por soldados era punido com implacavel severidade. Meticuloso nos seus processos de governo, absolutamente inteirado dos assuntos da administração, talhada à antiga caserna, com rispidez de modos que amenisava, entretanto, com suave bondade muitas vezes, Andréa construiu com seu governo e com a maestria com que dominou a anarquia que ameaçava tragar o Pará, um dos maiores padrões de sua competência como administrador e como general.

Em 8 de Abril de 1839 substituia-o o Dr. Bernardo de Souza Franco, que encontrando saneado o terreno pela férrea disciplina de Andréa, solicitou a anistia geral para os facciosos, exceção feita dos criminosos. Essa medida veio alcançar os próprios chefes rebeldes Vinagre e Angelim, que após os anos de degredo que a lei lhes marcou, vieram a falecer no Pará, respectivamente, em 2 de Novembro de 1873 e em 20 de Julho de 1882, inteiramente afastados das lutas políticas que haviam capitaneado em desproveito de seu torrão natal e de sua própria pátria!

CAPÍTULO X

Do segundo reinado à proclamação da República

O advento de Pedro II ao trono, em 1840, pela apressada declaração da "maioridade" não conseguiu debelar desde logo as agitações que vinham trabalhando o império desde o primeiro reinado e através de todo o período regencial.

Infiltrado demasiadamente no sangue da nação o *virus* do motim, os movimentos sediciosos que tanto haviam penetrado tambem as forças armadas não amorteceram de golpe, e quasi por um decênio alem resistiram à espada e à diplomacia do eminente Caxias, já naqueles recuados tempos o prototipo de um general, como devem ser os de nossa época. E' justiça, porém, registar que nesse prolongamento infeliz de dissenções pelo segundo reinado a dentro, o Pará e as suas forças armadas que tão inconfessaveis pecados já contavam, não colaboraram mais; antes concorreram com elementos valiosos para a exterminação dos movimentos reveis.

Receiosa a Côrte de perturbações da ordem na província, nunca mais deixou de ter nela a sulcar-lhe os rios indestrinçaveis e a guardar-lhe a capital, flotilhas de três a cinco náos de guerra, e como forças do exército dois a três corpos, sendo um de artilharia e os demais de infantaria. Por sua vez mantinham os presidentes a "Guarda Policial" criada para substituir a guarda nacional dissolvida em 1836, constantemente convocada em diversos pontos do interior onde necessários se faziam seus serviços; o "Corpo provincial de caçadores da polícia" destinado propriamente ao policiamento repressivo. Os efetivos destas forças orçavam por 1.500 homens que fazem inveja aos efetivos de agora e podem ser assim discriminados: 101 da armada, 1.015 do exército, 155 da guarda policial e 229 do Corpo provincial

de caçadores da polícia. Dessa penúltima corporação figura aquí apenas o número dos chamados a serviço; seu alistamento, porém, elevava-se a 661 oficiais e 15.528 guardas classificados pelas comarcas da capital, de Bragança, de Cametá e Macapá, do Alto e do Baixo-Amazonas.

Para servir as necessidades dessa tropa, criando os arsenais de guerra nas províncias, e pouco a pouco se foi transformando o antigo Trem no estabelecimento de artífices que veio a ser mais tarde — a 3 de Maio de 1874 — pela criação da primeira companhia inaugurada com o efetivo de quarenta aprendizes.

A pacificação dos espíritos ia deixando tempo aos trabalhos profícuos em prol da eficiência das forças e da satisfação de suas mais prementes necessidades. Em 1840 para firmar um ponto de concentração de esforços em face dos franceses da Guiana e estabelecer paralelamente o domínio do Brasil, conseguiu o comandante das armas Marcos Antônio Brício estabelecer no rio Araguarí e a sua margem esquerda a Colônia Militar que tomou a denominação de Pedro II, onde e sempre, apesar da insalubridade que não melhorou nem mesmo com sua transferência em 1907 para a margem direita do rio Oiapoque — novo limite marcado pelo laudo de Berna — foi mantido um destacamento de força do exército, com sacrifício enorme de oficiais e praças vitimados pelo paludismo.

Quatro anos mais tarde, em Março, o comando das armas, já então exercido pelo Coronel Cipriano José de Almeida alcança estabelecer comunicação facil por terra entre os corpos da tropa com séde em Belém e o seu depósito de pólvora e artifícios de guerra do Uaurá, terminando a estrada projetada, e ficando assim independente de comunicação por água tão precária nos casos em que os revoltosos tinham sempre ficado com o domínio dos rios.

A "revolta praieira" que estalou no Recife em 1847-1848, com um carater muito mais acentuadamente nativista que a cabanagem entre nós, deu aso a que o agitado Pará, àquela época já socegado, e entregue aos lazeres tranquilos da paz, tivesse a ventura de cooperar tambem numa pacificação. A cumplicidade do próprio presidente da província

Chichorro da Gama na revolta deu-lhe amplitude gravíssima e difícil de circunscrever, e foi preciso que as outras províncias auxiliassem Pernambuco na dominação do movimento rebelde que se alastrava pelo interior. Mandou-lhe o Pará seu concurso, enviando para o Recife em meiados de Janeiro de 1849 na barca a vapor "Imperatriz" o 3.° batalhão de artilharia do exército com 360 praças, corpo que só daquela cidade regressou, no mesmo ano, após a pacificação total da província.

Não impediu essa preocupação mais ampla com a paz do Império que se fosse cuidando do que dizia respeito aos limites interiores da província, no intuito não só de prevenir incursões perigosas a tranquilidade como aos interesses fiscais. Foi com esses desígnios que em 15 de Outubro de 1849 o Coronel Jerônimo Francisco Coelho mandou inaugurar a Colônia Militar de São João do Araguaia, a princípio à entrada da cachoeira de Itaboca e depois transferida para o próprio lugar onde fôra o registo de S. João do Araguaia.

A 12 de Agosto de 1850, poucos dias antes pois do desmembramento da província do Amazonas, o presidente Ângelo Custódio Corrêa e o comandante das armas Coronel Francisco Xavier Torres, por ordem do governo imperial, mandavam instalar nas imediações do Forte de São Joaquim a colônia militar do Rio Branco, para desenvolver na zona fronteiriça com a Guiana Inglesa a colonisação brasisileira e apoiar às guarnições do mesmo forte contra a demasiada penetração daqueles nossos visinhos. Com idênticos intuitos, e mais o de auxiliar à reconstrução do forte de Óbidos, cujo estado de ruina era tal que o presidente conselheiro Sebastião do Rego Barros se apressara em ir pessoalmente assistir o início das obras, foi em 8 de Abril de 1854 criada na embocadura do rio Trombetas a colônia militar de Óbidos, por algum tempo florescente centro agrícola e mais tarde transferida para a margem do Tocantins em frente à Cachoeira de Itabocas.

Constituia aspiração dos presidentes que aqui vinham dirigir a província reerguer a guarda nacional, e essa aspiração foi satisfeita em 1852, ficando criados no Pará três comandos superiores, constituindo o 1.°, a capital e Bragança; o 2.°, Cametá; o 3.°, Macapá.

Nas mesmas condições da antiga guarda policial que a substituira em 1836, a guarda nacional ficou a preencher com a presença de seus homens a ausência dos soldados do Exército, sendo constantemente convocada para esse fim. Por acasião de irromper a guerra com o Paraguai, não era auspicioso o estado da Guarda Nacional e julgo que a essa causa como à pouca densidade da população, deve-se não ter o Pará, como muitas províncias do Império, enviado numerosos batalhões de voluntários. Um, porém, enviou desde logo em 29 de Março de 1865, o que tinha de mais seu e de melhor organisado na ocasião — seu Corpo provincial de caçadores da polícia.

Sob o comando do Tenente-Coronel Joaquim Cavalcante de Albuquerque Belo que já era seu comandante e que foi promovido a Tenente-Coronel a 15 do mesmo mês e ano em que marchou para o Paraguai, embarcou aquele corpo de polícia que, tomando a denominação do 13.º Corpo de Voluntários da Pátria, tão alto ergueu no campo inimigo o nome de terra de Gurjão.

Sob as bençãos dos irmãos que ficavam e à sombra de formosa bandeira tecida e bordada pelas mãos patrícias da mulher paraense, o 13.º de voluntários bateu-se heroicamente em quasi todas as grandes batalhas da campanha contra Lopez, registando-se sua presença por atos de bravura e de abnegação em Tuiutí, Curuzú, Curupaití, Estero Rocas, Protero Coelho, Estabelecimento, Humaitá, Lomas Valentinas, Aquidaban, Campo-Grande, Chaco e Itororó e tantas outras mais ações de menor importância guerreira.

Regressando coberto de glórias à terra natal em 8 de Julho de 1870, trouxe o 13.º de Voluntários da Pátria, como mais brilhante atestado de sua heroicidade e de sua dedicação pelo Brasil a mesma bandeira que recebera das mãos fidalgas das mulheres de sua terra, salpicada de sangue dos inimigos que intentaram arrebatá-la e tendo nas suas dobras os sinais das balas paraguaias. Como era de hábito então, foi a bandeira gloriosa guardada na Catedral de Belém, de onde pleiteia a Força Pública retirá-la em breve, iniciando com ela a primeira vitrina de seu museu militar. O imposto de sangue pago pelo Pará na guerra do Paraguai não se limitou a esse corpo; em contingentes sem organisação for-

mal de unidades do Exército, a província enviou muitos milhares de seus filhos a defender contra o ditador Lopez e seu valente povo a honra e a integridade do Brasil.

Após a guerra, como durante ela, a guarda nacional maior número de contingentes teve de prestar ao serviço ativo, substituindo o Exército, sendo que até 1872 guarneciam seus oficiais e praças as fortificações todas da Amazônia, prontos à sua defesa no caso de serem ameaçados pelos possiveis inimigos do norte. Projetando os governantes melhorá-la cada vez mais, em 1871 conseguem elevar a 9 seus comandos superiores, formando: 1.°) a Capital; 2.°) Cametá; 3.°) Igarapé-miri; 4°) Santarém; 5.°) Vigia; 6.°) Bragança; 7.°) Marajó e Cachoeira; 8.°) Macapá; 9.°) Gurupá. Por essa ocasião elevava-se seu efetivo alistado a 3.965 homens de infantaria e 642 adidos.

À primeira tentativa para se realizar o sorteio militar no Brasil, correspondeu o Pará com interesse muito patriótico, conseguindo alistar para o serviço da paz 129 homens e para o serviço de guerra 1.346 no ano de 1876.

Entregue a província à normalidade de administrações que decorriam com absoluta tranquilidade, as instituições militares foram operando paralelamente sua transformação lenta e gradual, para a finalidade brilhante que a situação de hoje faz prever com segurança.

Mesmo assim, não se alheiaram exército e armada das questões sociais que a todo o Brasil interessavam. A solução do problema negro encontrou nas forças de 1.ª linha que guarneciam o Pará a mais decidida colaboração, interessando-se todos por verem libertados da escravidão os pais, os filhos, as mães, os irmãos de milhares dos soldados negros que no Paraguai misturaram heroicamente com o sangue dos soldados brancos, seu próprio sangue em defesa da Pátria comum agredida e traiçoeiramente acometida pelos paraguaios ao mando de Lopez.

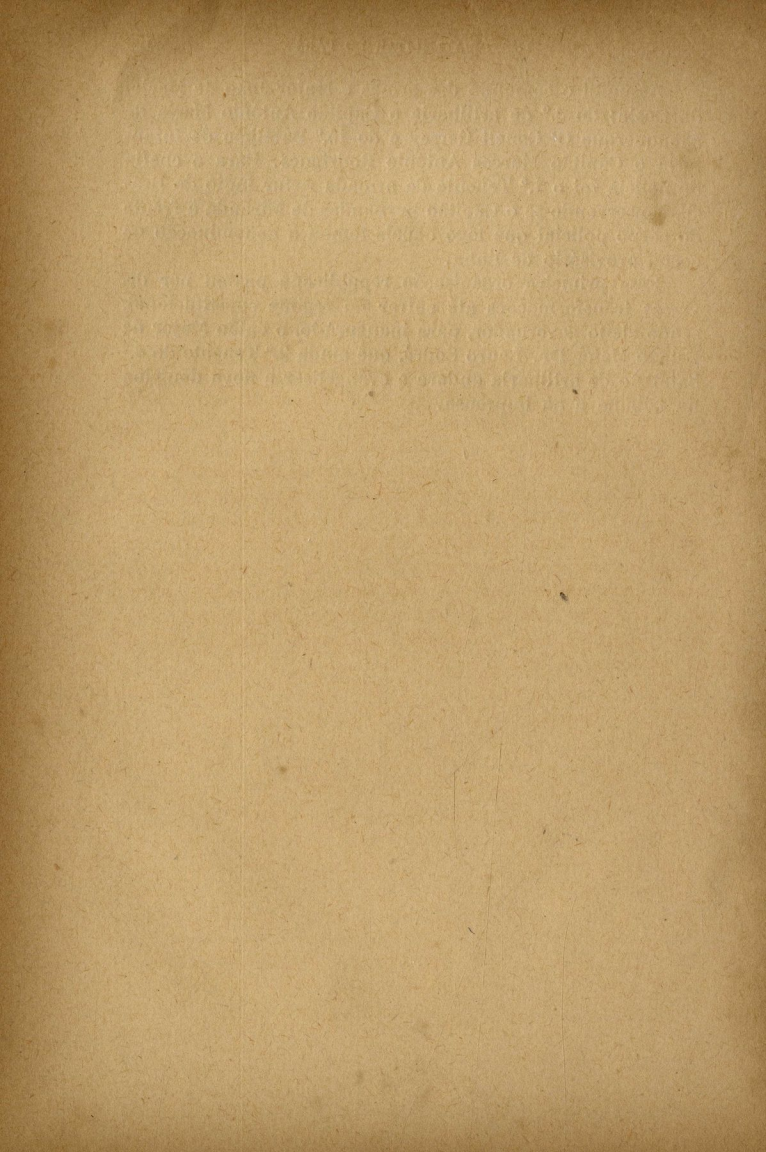
Evoluindo assim no seu pensar e no seu sentir quando alvorou a República em 15 de Novembro de 1889, o espírito da tropa comungou imediatamente com o do povo que queria sacudir para longe o jugo monárquico.

Recebidos os primeiros telegramas do Rio de Janeiro,

na tarde de 15, anunciando a transformação do regime, foram os chefes militares da guarnição procurados pelos diretores do Clube Republicano na noite do mesmo dia. A 16, ao meio dia reuniam-se no antigo quartel de 15.° Batalhão de Infantaria (hoje 26.° Batalhão de Caçadores) à praça Justo Chermont (antigo Arraial de Nazareth) os chefes republicanos e toda a oficialidade da guarnição para cuidarem de instalação do governo provisório da província. Assentadas idéias a respeito, uma comissão de republicanos parlamentou com o presidente Dr. Silvino Cavalcante de Albuquerque, empossado dois dias antes apenas. O integro chefe do último governo monárquico aconselhou-os a que aguardassem mais detalhadas notícias dos acontecimentos, confirmando o movimento, declarando-lhes, porém, que só cederia pela força.

Às 3 horas da tarde do dia 16, descia o 15.° de infantaria em marcha pela estrada de Nazareth a operar junção com o 4.° batalhão de artilharia na praça Saldanha Marinho, para depois efetuarem o cerco de palácio do governo, quando encontrou em seu caminho o corpo de polícia, comandado pelo Capitão do Exército e Tenente-Coronel daquela corporação, Raimundo Antônio Fernandes de Miranda. Ao ver seus camaradas do Exército que seguiam a implantar a República na sua terra, o Capitão Miranda num gesto de desprendimento que evitou uma luta inutil e inglória, arrancou as insígnias da polícia e aderiu ao movimento, arrastando com sua adesão a de todo o corpo que comandava. Operada a junção com o 4.° de artilharia marcharam todas as forças sobre palácio, cercando-o e conteirando o 4.° de artilharia suas bocas de fogo, sob o comando de paraense 1.° Tenente João Gualberto de Matos para os pontos de acesso ao mesmo edifício. Esta atitude determinou tambem a adesão do Corpo de Bombeiros que se achava formado fora do Palácio e que fez causa comum com a tropa republicana. Deposto o presidente sem resistência nem luta, foi eleita uma junta provisória de que fizeram parte o dr. Justo Chermont, do Clube Republicano, o Tenente-Coronel Bento José Fernandes Junior, do exército, e Capitão de Fragata José Maria do Nascimento, da armada, inspetor do Arsenal de Marinha.

Assumiu o comando das armas o Major João de Maciel da Costa; do 4.º de artilharia o Capitão Antônio Maria de Albuquerque O' Conell Gersey e do 15.º Batalhão de Infantaria o Capitão Marcos Antônio Rodrigues. Para a chefia de polícia foi o 1.º Tenente da armada Artur Índio do Brasil, conservando-se o Capitão Fernandes de Miranda à frente do corpo policial que logo depois tomou a denominação de corpo provisório de linha.

Essa primeira organisação republicana passou por diversas transformações até entrar no regime constitucional, sendo eleito governador, para inaugurá-lo, o então Major de Estado Maior Dr. Lauro Sodré, que ainda 2.º Tenente do 4.º batalhão de artilharia andara a evangelisar a nova doutrina na tribuna e na imprensa.

DUAS PALAVRAS DEPOIS

Fica aquí no adito do regime republicano esse imperfeito escorço da história militar do Pará; não é tempo ainda de levá-lo por diante. As paixões políticas com uma veemência destrutora que é de todo lamentavel, andam ainda a deformar os fatos e a denegrir, senão a demolir reputações e nomes muitos deles inconspurcáveis. Para tratar de uns e de outros, para julgá-los com a serenidade e o reto juizo que a História exige, são precisos uma impessoalidade e um ponto de vista superior que só se poderá conseguir quando as cenas da vida republicana dos nossos dias, recuando para um longínquo horizonte, adquirirem a perspectiva que as fará destacar nítidas e inconfundiveis nos seus contornos e na sua grandeza real. A esse tempo, outro fará a obra que para mim é nesta hora ainda inoportuna.

(Começado este trabalho a 1 de Março e terminado aos 11 de Junho de 1921).

APENSOS

APENSO I

Fortaleza de S. José de Macapá

Com um raro senso que se pode chamar providencial, os descobridores de nosso país lançaram sobre as terras que iam devassando, uma sábia triangulação estratégica de defesa contra as incursões estrangeiras.

Infelizmente não o fizeram senão sob a ameaça dessas incursões, ou para dizer melhor a verdade, as mais das vezes, após haver a colônia sofrido o insulto das violações à mão armada. Isto não infirma entretanto o valor do alto serviço prestado ao Brasil.

Ao passo que as fortificações contra os ataques indígenas, levantadas na sua maioria no interior das terras, revestiam o carater de *passageiras,* pois que eram erguidas ao acaso, e no rumo donde provinham as reações dos aborígenes, aquelas que nos guardavam da cobiça dos invasores e corsários, foram plantadas permanentemente com predefinida antevidência, na costa atlântica ou nas encruzilhadas fluviais.

As fatais transformações geodinâmicas, a sucessão dos tratados realizados nas dificuldades das crises internacionais, a evolução do armamento e da aeronáutica dando feição insólita e transcendente aos problemas da guerra no século que está a correr, não destruiram, se bem que hajam diminuido, o valor dos pontos julgados naquela remota época, vértices cardeais da defesa do país, ou como melhormente hoje se verifica, élos indesatáveis da cadeia de defesa do continente americano.

Entre esses pontos figura o ocupado pela fortaleza de São José de Macapá, situada na cidade desse nome, na antiga província do Pará.

Lançada em 1686 nas ruínas do forte de Camamú, tomado aos ingleses e por nós destruída, com a denominação do local — Santo Antônio de Macapá, por ordem do Capitão General Antônio de

Albuquerque Coelho de Carvalho, seu projeto arquitetônico foi atribuido ao jesuita e matemático Aluisio Corrado, importante elemento do séquito do mesmo capitão em suas inspeções administrativas.

Mais tarde porém, quando a previdência de Pombal lobrigando as consequências do tratado de 1761, mandou fortificar a foz do Amazonas, estudos feitos nesse momento determinaram que sua construção definitiva se fizesse um pouco abaixo de Santo Antônio.

Haveria influido possivelmente para esse deslocamento, um estudo mais seguro e exato do regime das correntes e dos ventos, das condições do ancoradouro, da altitude do ponto e portanto do coeficiente de erosão das águas. O que é certo é que indo naquele ano à Macapá o Capitão-General acompanhado do Major alemão João Geraldo Goonfelts, de Henrique Antônio Galluzi e outros engenheiros, novos planos foram delineados para a poderosa fortificação, planos que só se ultimaram em 1764 sendo aprovados pelo Capitão-General Fernando da Costa de Ataide Teive. Explica-se dessa maneira o motivo porque seu projeto é atribuido ora a Corrado, ora a Galluzi, sendo que a esse último com maior soma de razões por ter sido o iniciador da construção.

A fortaleza de Macapá, se não foi a primeira, foi entretanto a mais importante obra permanente de sua época, pois que era ao mesmo tempo a garantia e a segurança da chamada Guiana Brasileira, e a chave do melhor dos canais que davam acesso ao tão cubiçado Amazonas, na opinião do Conselheiro J. M. de Oliveira Figueiredo. Para se julgar melhor de seu valor, vamos resumir os dados descritivos encontrados na exposição do mesmo Conselheiro Figueiredo.

A fortaleza de S. José de Macapá foi construida numa altitude de vinte pés, tendo a forma de um quadrado de fortificação rasante. Nos ângulos do quadrado ergueram-se quatro baluartes de figura pentagonal, cada um dos quais com quatorze canhoneiras lançantes, guarnecidas por mais de oitenta peças de ferro e bronze de diferentes calibres, montados em reparos a Onofre, trabalhando sobre o próprio terrapleno. O recinto da praça, tambem de forma quadrada, continha oito edifícios para a administração e por baixo do terrapleno ficavam as casernas para o aquartelamento da guarnição. As muralhas da fortaleza foram constituidas de cantaria escura primorosamente trabalhada, e extraidas das rochas do rio das Pedreiras que corre a noroeste da cidade. Todas as abóbadas

cobridoras dos paióis e das casernas, das prisões e das cozinhas foram construidas à prova de bombas. Circundada por um profundo fosso nas faces sul e oeste, a fortaleza de Macapá nunca foi de todo terminada, pois as obras exteriores, tão necessárias não só ao complemento da defesa como à segurança da própria fortificação, jamais foram levadas a termo, deixando sua esplanada exposta às correntesas das águas do Amazonas.

Isso não obstante, seu custo em 1764 elevou-se a três milhões de cruzados.

APENSO II

Os generais Manoel Marques

Com o mesmo nome de Manoel Marques, o Brasil teve quatro dos seus mais valorosos generais: Manoel Marques (só) ou em verdade, Manoel Marques d'Elvas Portugal, e os Manoel Marques de Souza, pai, filho, e o neto, que foi o último desse nome e Conde de Porto Alegre.

Essa homonímia, se bem que parcial como é em relação ao primeiro, tem gerado confusões sobre o papel histórico de cada um desses eminentes soldados, confusões que mais desfalcam o patrimônio de glórias do vencedor de Caiena, que dos demais Manoel Marques, de tão celebrada fama.

Se os historiadores houvessem dado o nome inteiro e certo, não haveria motivo para tomar um por outro, tão diferente foi o primeiro dos Marques de Souza.

Manoel Marques (só) ou d'Elvas Portugal, nasceu em Portugal, donde veio para o Pará em 1803 com a missão de comandar e instruir um corpo de artilharia que a metrópole creara em Belém para a defesa da capitania. Toda sua vida de soldado de carreira, ilustre e bravo, se desenvolveu na Amazônia, falecendo em 1824 na mesma cidade que viera defender. Alto renome lhe trouxe a tomada de Caiena, tendo o Príncipe Regente, por seus leais serviços nessa "revanche" à invasão francesa, o elevado do posto de Tenente-Coronel a Brigadeiro de infantaria, com a mesma desatenção à graduação hierárquica, com que o governo da metrópole já o promovera de Capitão a Tenente-Coronel quando o mandou para o Brasil.

Os Manoel Marques de Souza foram todos nascidos no Rio Grande do Sul. O segundo e o terceiro, soldados de profissão, tiveram, como o primeiro, para cenário de suas brilhantes vitórias militares os rincões meridionais do país, entrelaçando suas vidas numa continuidade de resultados miraculosos, desde a guerra entre

Portugal e a Espanha até a nossa campanha com o Paraguai, escrevendo assim, em três gerações sucessivas, páginas das mais notáveis de nossa história guerreira.

Manoel Marques de Souza (avô) foi de empregado público e Tenente das milícias da Capitania, sob o comando do primeiro Visconde de Pelotas, posto em que se revelaram seus extraordinários pendores militares, a Tenente-General do exército regular; o segundo atingio a graduação de brigadeiro aos 42 anos, sempre com destacada bravura, e o último o Conde de Porto Alegre ascendeu a Tenente-General.

Os Marques de Souza, primeiro e último, morreram em 22 de Abril de 1822 e 18 de Julho de 1875, respectivamente, na Côrte (Rio de Janeiro) e o segundo faleceu envenenado em Montevidéu a 21 de Novembro de 1824.

Fosse para evitar enganos com os soldados de igual nome, seus contemporâneos, fosse para ligar o seu — emocionalmente — ao da guarnição militar donde partira para o Brasil, conjugado sonoramente ao da própria Pátria, o que é mais plausivel, não resta dúvida que o vencedor de Caiena se chamou Manoel Marques d'Elvas Portugal.

Foi com esse nome que o encontraram na história o versadíssimo Raphael Gallanti, Henrique Santa Roza, profundo conhecedor dos fastos amazonienses; Teodoro Braga notavel pesquisador da história do Pará que o regista como governador das armas dessa capitania de 1823 a 1824; Basílio de Magalhães, professor e historiador brilhantes, num dos seus melhores trabalhos didáticos; Carlos Carneiro, o criterioso e erudito narrador da Sinopse da História Naval Brasileira, e finalmente nosso ilustrado confrade o Comandante Lucas Boiteux no seu magnífico estudo sobre a "Conquista de Caiena" (*Nossas Campanhas Navaes*) feito com o mais profundo amor a verdade, como tudo que sai de sua pena autorisada, ao referir-lhe a nomeação para comandante do pequeno exército invasor, dá-lhe o nome de Manoel Marques (d'Elvas Portugal), acrescentando "que alguns historiadores, como Pereira da Silva e Rocha Pombo, confundem com o guerreiro rio-grandense do sul, seu contemporâneo, Manoel Marques de Souza". Rocha Pombo, o grande historiador patrício, cujo nome acaba de ser citado por Boiteux e que não teve entusiasmos pela tomada de Caiena, chamou-o de Manoel Marques, só; Feliciano Pinheiro Bittencourt, dizendo que a expedição não encontrou resistência (o que vai por sua conta) nomeou seu

chefe de Manoel Marques, também só. Mais curiosa também é a versão de Fernando Osório Filho, que diz textualmente no seu "Espírito das Armas Brasileiras" que a tomada de Caiena foi uma reação militar contra Bonaparte, tendo sido feita uma expedição armada fulminante ao mando do *Marquês d'Elvas*.

Já aí o Marques comum aos quatro bravos Generais se transformou em título nobiliárquico, se bem que aliado ao toponimo d'Elvas.

A verdade entretanto, é que dos quatro Marques, nenhum foi Marquês, e o único titular foi o último — o Conde de Portó Alegre.

APENSO III

Taylor, Mariath, Barroso e Tamandaré

A desordem cabana tendo por teatro de operações grande parte da bacia amazônica, de cujos meandros se utilizou para suas sortidas, não podia ser asfixiada sem o concurso da nossa nascente marinha de guerra, e esse ela o prestou com inexcedivel patriotismo e bravura.

Mas vale salientar neste apenso que a intervenção da marinha naquele tempo se realizou sob o comando dos seus próprios chefes — chefe de divisão Taylor que se celebrizara nas lutas pela independência, Capitão de Fragata Frederico Mariath que substituiu Greenfell no comando da esquadra, e ainda com o concurso dos Primeiros Tenentes Francisco Manoel Barroso e Manoel Marques Lisboa, nomes que em tão remota época ninguem suporia atingissem um dia o pináculo da glória em que se imortalizaram.

A história militar do Pará recolheu assim imperecivelmente ao seu patrimônio heróico os nomes de Mariath, o marinheiro ilustre que a mando do General Andréa e em companhia do Major Joaquim José Luiz de Souza ocupou a cidade de Belém após a queda do governo cabano; Barroso o grande marinheiro do "Riachuelo" cuja divisa ficou como uma legenda de patriotismo, e de Tamandaré — o patrono da Marinha, glória estelar da sua nobre classe.

A história do Pará registrará orgulhosa que foi em suas águas que o impertérrito General Soares Andréa, pregou aos punhos de Mariath, de Barroso e de Tamandaré as insígnias de Capitão de Mar e Guerra, Capitão de Fragata e Capitão-Tenente, promovendo-os por distinção, pelo auxílio que lhe prestaram no extermínio da desordem cabana e na reinplantação da ordem e da autoridade legal.

APENSO IV

Oyapockia ou Pinsonia

A região batisada desde remota época de "Guiana Brasileira" ou "Guiana Portuguesa" foi sempre uma larga porta aberta aos conquistadores e traficantes extrangeiros.

Escancarando à voracidade dos corsários o grandioso estuário amazônico, pontilhado por centenas de ilhas que serviam como excelentes pontos de apoio às suas expoliações, holandeses, franceses e ingleses, nunca nos deixaram em paz.

A fortificação de Macapá não bastou para lhes impedir os surtos de cobiça, e os Capitães-mores e Governadores das regiões setentrionais para defenderem seu território, viam-se na contingência de batê-los onde eles apareciam, sem um plano e órbita de ação previamente delineados e delimitados.

Os habitantes da chamada Guiana Brasileira, entendiam que "a estólida vaidade dos Capitães-Generais" foi sempre um embaraço a uma ação conjunta de defesa da região, pois não concentraram nunca suas vistas sobre ela, dando-lhe o valor que sua situação estratégica, sua importância comercial e sua produção agrícola e pastoril mereciam. Entendiam que a implantação em Macapá da poderosa obra de fortificação que o Capitão-General Coelho de Carvalho resolvera com tanto proveito para a defesa da região, elejia a vila que deu o nome em reduto central dessa defesa, e porto comercial que rivalisaria com Belém.

Contando com a inevitavel oposição dos paraenses para alcançar esses intuitos, o nó górdio a cortar seria a constituição de uma nova província que incorporasse todo o território em questão, e dando-lhe como capital — Macapá.

Esses desejos não ficaram em palavras, arrazoaram-se em três representações assinadas por quatro centenas dos mais altos valores da população de então, e delas se fizeram orgãos na Câmara

dos Deputados, representantes de diversas províncias, apresentando o seguinte projeto que é interessante conhecer nos seus próprios termos "Criação da Província de Oyapockia — Projeto apresentado à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 1.º de Julho de 1853.

A Assembléia Geral Legislativa resolve:

Art. 1.º — Fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Oypockia o território compreendido entre os rios Nhamundá, Amazonas, Oceano Atlântico, e os limites setentrionais do Império. O Governo designará no ato da criação quais as Ilhas adjacentes dos Rios Amazonas e Nhamundá que ficarão pertencendo à nova Província.

Art. 2.º — A capital da nova Província será a Vila de Macapá, enquanto a Assembléia Provincial respectiva não resolver a mudança.

Art. 3.º — A Província da Oyapockia dará um Senador a dois Deputados à Assembléia Geral Legislativa. A Assembléia Provincial constará de 20 Membros.

Art. 4.º — O Governo fica autorisado para crear na mesma Província as Estações Fiscais indispensáveis para a arrecadação das Rendas Gerais, submetendo-as depois ao conhecimento da Assembléia Geral para sua definitiva aprovação.

Art. 5.º — Ficam revogadas todas as Leis em contrário.

Paço da Câmara dos Deputados, 1.º de Julho de 1853.

Cândido Mendes de Almeida — Barão de Maroim — João Wilkens de Matos — João Lustosa da Cunha Paranaguá — Silvério Fernandes de Araujo Jorge — Aprígio José de Souza — José Antônio Saraiva — Otaviano Cabral Raposo da Câmara — Inácio Joaquim Barbosa — Dr. José de Góis Siqueira — José Tomaz dos Santos e Almeida — Luiz Barbalho Muniz Fiuza — Francisco Mendes Costa Corrêa — João Duarte Lisboa Serra — Francisco de Paula Santos — Viriato Bandeira Duarte."

Esse projeto, na conformidade das praxes regimentais da época, foi ter à Comissão de Estatística, que apesar de julgar aceitáveis as razões que o justificaram, pediu entretanto que se ouvisse o Governo Imperial a respeito.

Até Junho de 1869 não tinham chegado à Assembléia as informações solicitadas, o que não impediu fosse o projeto aprovado em primeira discussão, e novamente mandado à mesma comissão de estatística. Em 25 de Agosto de 1870, essa comissão deu seu parecer de n. 136 solicitando de novo a opinião do Governo, e

esse comunicou à Assembéia em 2 de Setembro do mesmo ano, haver requisitado à Presidência do Pará os esclarecimentos necessários, *exigindo-se brevidade*.

Nunca essa brevidade teve fim.

Em 22 de Maio de 1873 o ilustrado geógrafo Cândido Mendes de Almeida, primeiro signatário do projeto de 1853, fez-se o campeão incançavel de seus objetivos, e para não deixá-los morrer no esquecimento, dirigiu à comissão de estatística, brilhante memória, fornecendo-lhe todos os dados precisos, e solicitando a aprovação do malfadado projeto em segunda discussão.

Essa injeção de óleo canforado não salvou da morte a aspiração das gentes de Macapá, de Gurupá e de Mazagão, sepultada em lugar incerto.

Nesse notavel trabalho, o provecto senador maranhense, volveu a tratar de um aspecto interessante do projeto, o que dizia respeito ao nome dado à nova e pretendida província no projeto de 1853, e declarou então que motivos expostos no seu "Atlas do Império do Brasil" o haviam convencido de propôr na segunda discussão do projeto a mudança da denominação de "Província de Oyapokia" para "Província de Pinsonia".

E explica as razões porque iria propôr tal mudança nos seguintes termos que transcrevemos textualmente para finalisar este apenso a respeito:

"Nesse projeto que fizemos acompanhar da respectiva Carta, demos ao territorio o nome de Oyapockia, que a algumas pessoas pareceu inconveniente, tendo em mira as pretenções de França ao *dominio completo* do rio Oyapock, não obstante o nosso direito á sua margem direita. Achando razoavel a objeção, tanto mais quanto a denominação dessa Provincia devera ser a de "Amazonas", nome que sem grande fundamento foi dado á antiga Capitania do Rio Negro, entendemos que deveriamos procurar uma denominação que satisfizesse ao território que não nos he disputado. He por isso que hoje designamos esse territorio pelo titulo de "Pinsonia", afim de se honrar a memoria de seu descobridor, o celebrado navegante hespanhol Vicente Yanez Pinson, um dos mais intrépidos companheiros de Colombo, comandante da veleira caravella "Niña".

Preferimos esta designação à de "Cabo do Norte", da antiga Capitania de Bento Maciel Parente, ou de Guiana Portuguesa ou Brasileira, como pretendiam Aires de Casal e outros."

OBRAS PUBLICADAS

PELA

Biblioteca Militar

EM 1938

Vol.	Mês	Obra
Vol. I	— Jan.	— Em Guarda! (Contra o Comunismo) — Col. de vários autores.
» II	— Fev.	— Episódios Militares — Gen. Joaquim S. de Azevedo Pimentel.
» III	— Março	— Os Mestres da Guerra — L. Roussel. Trad. do Gen. Tasso Fragoso.
» IV	— Abril	— A Arte de Comandar — André Gavet. Trad. do 1° Ten. Eduardo Martins Trindade.
» V	— Maio	— Reflexões sôbre o Generalato do Conde de Caxias.
» VI	— Junho	— Antônio João — General V. Benício da Silva.
» VII	— Julho	— Caxias — Major Afonso de Carvalho.
» VIII	— Agost.	
» IX	— Set.	— Bosquejo Histórico e Documentado das Operações Militares na Província do Rio Grande do Sul — Dr. Saturnino de Souza e Oliveira.
» X	— Out.	Uskub ou Papel da Cavalaria na Vitória — General Jouinot Gambetta. Tradução do Capitão Salm de Miranda.
» XI	— Nov.	
» XII	— Dez.	— Tibúrcio — Dr. Euzébio de Souza.

EM 1939

Vol.	Mês	Obra
Vol. XIII	— Jan.	— Facundo — Domingo Sarmiento. Tradução de Carlos Maul.
» XIV	— Fev.	— Educação Moral do Soldado — Carlo Corsi. Tradução do Estado Maior do Exército.
» XV	— Março	— Grandes Soldados do Brasil — Major Lima Figueiredo.
» XVI	— Abril	— A Revolução Farroupilha — General Augusto Tasso Fragoso.
» XVII	— Maio	
» XVIII	— Junho	— A Poesia do Dever — Capitão Valter Prestes.
» XIX	— Julho	— Escola Rosa da Fonseca — Edição da Biblioteca Militar.
» XX	— Agost.	— Vida de Luiz Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias — Padre Joaquim Pinto de Campos.
» XXI	— Set.	
» XXII	— Out.	— Pequena História da Grande Guerra — Coronel Blin. Trad. do Cap. Salm de Miranda.
» XXIII	— Nov.	— Bandeiras do Brasil — 1° Tenente Janarí Gentil Nunes.
» XXIV	— Dez.	— O Tiro de Morteiro — Capitão Golberí do Couto e Silva.

EM 1940

Vol.	Mês	Obra
Vol. XXV	— Jan.	— Benjamin Constant — Benjamin Constant Neto.
» XXVI	— Fev.	— Cautela! O Inimigo Está Escutando — Barão de Grote. Tradução do Gen. Bertoldo Klinger.
» XXVII	— Março	
» XXVIII	— Abril	— Estudos de Português — Ten. Coronel Jonas Correia.
» XXIX	— Maio	— O Paraná na Guerra do Paraguai — Daví Carneiro.
» XXX	— Junho	— Aeronáutica Brasileira — Domingos Barros.
» XXXI	— Julho	— Os Generais do Exército Brasileiro — Capitão A. Pretextato Maciel da Silva.
» XXXII	— Agost.	
» XXXIII	— Set.	— Notas de Geografia Militar Sul Americana — Cel. F. de Paula Cidade.
» XXXIV	— Out.	
» XXXV	— Nov.	— Laguna (Poema) — Arnaldo Nunes.
» XXXVI	— Dez.	— Fortificações — Cap. Inácio Azambuja.

EM 1941

Vol.		Mês	Obra
Vol.	XXXVII	Jan.	**Rio Grande de S. Pedro** — Gen. João Borges Fortes.
"	XXXVIII	Fev.	**O Espirito Militar na Questão Acreana** — Castilhos Goycochêa.
"	XXXIX	Março	**A Guarda Morre...** — Marcel Dupona — Trad. de Otávio Murgel de Rezende.
"	XL	Abril	**Cidades e Sertões** — Ten. Cel. Lima Figueiredo.
"	XLI	Maio	**Manual de Serviço em Campanha** — Cel. Dalmay — Trad. e anotação do Cap. José H. Garcia.
"	XLII	Jun.	
"	XLIII	Jul.	**O Exército dos Estados Unidos** — Trad. do Capitão Mauricio Eugênio de Gusmão Pereira Lessa.
"	XLIV	Agost.	**Fundamentação da Ortografia Simplificada** — Daltro Santos.
"	XLV	Set.	**Lições da Guerra de Espanha** — Gen. Duval — Trad. do Cap. Frederico Trota.
"	XLVI	Out.	**Um ano de observação no Extremo Oriente** — Ten. Cel. Lima Figueiredo.
"	XLVII	Nov.	
"	XLVIII	Dez.	**História Militar do Brasil** (1° volume) — Cap. Genserico de Vasconcelos.

EM 1942

Vol.		Mês	Obra
Vol.	XLIX	Jan.	**História Militar do Brasil** (2° volume) — Cap. Genserico de Vasconcelos.
"	L	Fev.	**Um Soldado do Reino e do Império** — Afonso Arinos de Melo Franco.
"	LI	Março	**Santa Catarina no Exército** (1° volume) — Alm. Henrique Boiteux.
"	LII	Abril	**Santa Catarina no Exército** (2° vol.) — Idem.
"	LIII	Maio	**História do Grande Chanceler** — Cap. Deoclécio De Paranhos Antunes.
"	LIV	Junho	**Gazes de Combate** — Cap. Dr. Ernestino de Oliveira.
"	LV	Julho	
"	LVI	Agosto	**História da Arma de Engenharia** — Major A. Lira Tavares.
"	LVII	Set.	**Imagens do Tocantins e da Amazônia** — Tenente Umberto Peregrino.
"	LVIII	Out.	**Cânticos Militares** — Coletânea organizada por Mariza Lira.
"	LXI	Nov.	**Os Generais do Exército Brasileiro** (3° volume) — Laurênio Lago.
"	LX	Dez.	**Comandar** — Ten. Cel. Lebaud — Trad. do Major Niso de Viana Montezuma.

EM 1943

Vol.		Mês	Obra
Vol.	LXI	Jan.	**Ensáio sobre a tática alemã** — Ten. Cel. Mermet — Trad. do Major Salm de Miranda.
"	LXII	Fev.	**Auxiliar de Instrutor de Pontes** — Cap. Samuel Corrêa.
"	LXIII	Março	**Fronteiras do Brasil** — Cap. Omar Emir Chaves.
"	LXIV	Abril	**Andrade Neves, o Vanguardeiro** — Cap. Deoclécio De Paranhos Antunes.

PUBLICAÇÕES AVULSAS

Osório — Ten. Cel. Onofre Lima.
Educação Física Militar — Cap. Gutemberg Aires de Miranda.
Antônio João — Separata do livro **Episódios Militares**.
Símbolo da Pátria — Professor Daltro Santos.
Mulheres Brasileiras — Edição da Biblioteca.
Floriano — Diversos autores.
Floriano — Conferência proferida pelo Dr. Carlos Maul.
Caxias — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
Osório — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
Tuiutí é Osório, Osório é Tuiutí — Gen. Lobo Viana.
República Brasileira — Diversos autores.
Anais do Exército Brasileiro — 1938.
Faze assim — Cmt. Frederico Vilar.
Floriano — Carlos Maul.
Anais do Exército Brasileiro — 1939.
Roteiro dos Andes — Angione Costa.
Centauro de Luvas — Carlos Maul.
Discursos, Orações e Conferências — Gen. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque.
A influência dos Pais de Família na Defesa Nacional — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
A República do Perú — Conferência do Gen. V. Benício da Silva.
A Fôrça Construtiva de Um Não — Conferência do Dr. Alexandre Marcondes Filho.
O Coronel Luiz Alves de Lima e Silva no Maranhão — Jerônimo de Viveiros.
Escola de Estado Maior — (Encerramento dos Cursos).
O Exército, Fator de Brasilidade — Des. José de Mesquita.
Comemorações do Dia do Soldado.
Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil — Cel. Laurênio Lago.
Os Tamborins — Euzébio de Souza.
Rumo ao Oéste — Conferência do Gen. Rondon.
Emprego Tático das Transmissões — Ten. Cel. Paulo Bolivar Teixeira.
Artilharia — Exercícios na Carta. — General Artur Silio Portela.
Bicentenário da Colonização de Porto Alegre — Conf. do Coronel Souza Doca.
O Exército na Batalha do Riachuelo — Gen. Raimundo Barbosa.
Batalha de Tuiutí — Conf. do Gen. V. Benício da Silva.
História do Grande Chanceler — Deoclécio de Paranhos Antunes.
Anais do Exército Brasileiro — 1940.
Método Schreiber — General Augusto Tasso Fragoso.